

DM
OLIV/MCO1



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

“FLORES PARA FLORES”

Um estudo de caso

**Descrição de um projecto de intervenção e reflexão sobre o
Sentimento de Comunidade em uma
Comunidade Rural Brasileira**

Maria Corrêa Fontes Chagas de Oliveira (aluna n.º 14248)


Orientador de Dissertação:

José Henrique Ornelas



Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:
MESTRE EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

2008

 Instituto Superior de Psicologia Aplicada
Centro de
Documentação

Registo: 18346
Data: 22.06.09

Tel.: 21 631 17 50 • info@ispa.pt

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de José Ornelas, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, para a obtenção do Grau de Mestre na especialidade em Psicologia Comunitária conforme o despacho da DGES, n.º 6037/2007 publicado em Diário da Republica 2ª série de 23 de Março de 2007.

“... traz a força das falanges
e dos caboclos da floresta...”

Madrinha Conceição

“O importante não é estar aqui ou ali, mas Ser.
E Ser é uma ciência complicada, feita de
pequenas-grandes observações do cotidiano,
dentro e fora da gente. Se não executamos
essas observações, não chegamos a Ser: apenas
estamos e desaparecemos.”

Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai e a Mãe do céu e da Terra, por me auxiliarem na caminhada. Em especial aos pais Teresa e Artur por me ensinarem a amar e respeitar a terra e as populações que dela vivem com sabedoria.

Agradeço ao ISPA enquanto instituição que me possibilitou a vinda às terras portuguesas. Em especial ao Centro de Estudos Interculturais Aziz Ab`Sáber, em nome das professoras Manuela Machado e Eva Delgado Martins, por incentivarem e acolherem nesta terra ancestral.

Com carinho e gratidão agradeço a família de Santarém, os pais Ilda e António e os irmãos Gonçalo e João. Agradeço pela acolhida e por me acompanharem nos primeiros passos na adaptação à sociedade portuguesa e seus mistérios. Agradeço por contribuírem no despertar do sentimento de também ser parte desta nova comunidade.

Agradeço ao professor e orientador José Ornelas por possibilitar o espaço criativo e de reflexões sobre as possibilidades comunitárias. Ao professor João Paulo Amaro pela gentil disponibilidade em auxiliar na busca por compreender o Sentimento de Comunidade e os temas relacionados.

Agradeço aos amigos que acompanharam com atenção e paciência este processo de aprendizado. Em especial à Mariana Miranda, Enaile Iadanza e Carolina Höfs, amigas incansáveis e dedicadas às frequentes dúvidas e urgências. Grata.

À família ashtangui, um especial agradecimento por serem e estarem e por isso auxiliarem a manter a integridade em cada passo, em especial à Belina e Nuno, guerreiros e amigos. Namastê. Agradeço com amor as boas vibrações da família da floresta que acompanhou e tanto contribuiu para a formação do sentimento de pertencer a uma comunidade em terras distantes.

Agradeço aos Senhores e Senhoras que vivem no campo e nele produzem e reproduzem uma maneira de estar em comunidade. Em especial às famílias do Assentamento Gameleira, pelo exemplo e pela força de vontade de seguir aprendendo com as intempéries da vida e do ambiente. Agradeço pela amizade e pela sabedoria que cultivam em seus dias.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao companheiro Jean por me acompanhar com paciência e descontração. Agradeço por me auxiliar a transformar o “cavalo de batalha” em um caminho de brilhantes pedras finas.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1: Enquadramento Teórico	5
1.1. Comunidade e Sentimento de Comunidade (SC)	5
1.2. Literatura e investigações ligadas ao conceito	15
1.3. Elementos com maior constância	19
1.3.1. Coesão Social	19
1.3.2. Vizinhança e Ambiente	20
1.3.3. Satisfação e Ligação	21
1.3.4. Participação	22
1.3.5. Capital Social.....	24
1.4. O contributo de McMillan e Chavis	26
1.4.1. McMillan e Chavis: as quatro dimensões do SC	31
Estatuto de Membro/Espírito (Spirit)	32
Influência/Confiança (Trust).....	33
Integração e satisfação das necessidades/Trocas (Trade)	34
Conexões emocionais partilhadas/Arte (Art).....	35
1.5. O Instrumento	37
Capítulo 2: Metodologias de Investigação Participativa.....	38
2.1. Participatory Action Research (PAR)	42
2.2. Investigación-acción Participativa (IAP)	46
2.3. Metodologia Utilizada.....	52
Capítulo 3: Trabalho em Campo	58
3.1. Assentamento Gameleira.....	59
3.1.1. Ocupação histórica e contexto socio-económico.....	59
3.2. Programa de Pequenos Projectos – PPP	63
3.2.1. As bases do projecto	65
3.2.2. Breve descrição dos resultados previstos para o PPP	68
3.2.3. Actividades Realizadas e Reflexões	70
Capítulo 4: Método	81
4.1. Percurso da Pesquisa em Campo	81
4.2. Participantes	83
4.3. Procedimentos	83
4.4. Informações do Índice de Sentimento de Comunidade (SCI)	83
4.4.1. Análise descritiva: média e desvio padrão.....	84
4.4.2. Análise de acordo com o aspecto do sexo dos participantes	86
4.4.3. Análise de acordo com a idade dos participantes.....	88
4.4.4. Análise de acordo com a naturalidade dos participantes.....	89
4.4.5. Análise de acordo com o tempo de escola dos participantes.....	90
4.4.6. Análise de acordo com o tempo de residência dos participantes.....	90
4.4.7. Outras correlações significativas	91
Discussão e Conclusão.....	93
Bibliografia	101
Anexos.....	107

RESUMO

Este trabalho aborda as actividades e os resultados de um programa de intervenção em uma comunidade rural brasileira. Com a proposta metodológica de investigação acção participativa no trabalho descrevemos a localização, a implantação e o projecto para o desenvolvimento sustentável da comunidade rural do Assentamento Gameleira, localizado na região central do Brasil. Foi realizada uma trajectória de construção de relações baseadas no diálogo, com o intuito de promover a participação e a confiança. Após o levantamento das necessidades das famílias participantes, agentes internos e externos foram instrumentalizados por meio de oficinas e cursos com temáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Durante este percurso técnico-prático da intervenção foi possível avaliar a forma como o sentimento de comunidade se manifestava e reflectir sobre a maneira como melhor poderia ser aproveitado para o desenvolvimento dos trabalhos em campo. A estrutura deste trabalho conta com uma breve abordagem em torno do conceito de SC e as investigações nesta área. Como base para o estudo de caso adoptamos os elementos propostos por McMillan e Chavis e o índice por eles desenvolvido. Foram aplicados 35 inquéritos e realizadas 4 entrevistas, com pessoas chaves da comunidade. Como resultado os dados demonstram as características de uma organização comunitária recente e com baixa integração entre as pessoas. Na população investigada as variáveis do SC não apresentam grande integração entre elas para a formação de um sentimento que possibilite a identificação enquanto colectivo.

Palavras – Chave: Sentimento de comunidade, desenvolvimento sustentável, comunidade rural, pesquisa participativa.

ABSTRACT

This work analyses the activities and the results of an interventional program which took place in a Brazilian rural community. Methodologically, participatory research was used to describe how this sustainable development project was localized and implemented at Assentamento Gameleira, a rural community in central Brazil. The dialogue with the community was built in order to have both participation and trust from those persons. After scanning the involved families' needs, workshops and short-term courses instrumentalized internal and external agents in some sustainable development thematics. During technical and practical of the intervention period, it was possible to evaluate how the sense of community was manifested and reflect on how it could be useful to the fieldwork. This dissertation brings a brief discussion around the sense of community concept and contributions from other investigations done on that. As an analytical base for this case study, we adopt the index developed by McMillan and Chavis. 35 surveys were done and 4 keypersons were interviewed. As a result, data show characteristics of a recent community and its low-scale integration. In the present population, SC variants do not present a scale integration between them large enough in order to facilitate their identification as a collectivity.

Key Words: Sense of community, sustainable development, rural community, participatory action research.

INTRODUÇÃO

Em tempos globalizados, o foco dos debates económicos, políticos e até mesmo sociais ganham novas e maiores dimensões. É comum assistirmos intervenções diversas que buscam homogeneizar culturas, modelos políticos e estruturas económicas, como maneiras para a organização dos cenários comunitários, como se um “instrumento” unificado fosse plausível de desenvolvimento e aplicação para todos os contextos.

As novas tecnologias fizeram a humanidade entrar na era das comunicações globais. No campo das comunicações, por exemplo, é possível interagir com regiões de todo o mundo partindo de um computador ou telefone, de modo a permitir a emissão e o recebimento de informações, o diálogo constante, a discussão das informações e a troca de conhecimentos de maneira quase imediata, devido a construção de limites espaciais e temporais menos severos.

A partir do cenário da comunicação, poderíamos reflectir sobre o perfil do cenário global, onde as relações, a economia e a cultura caminham para uma forma de relações sociais globais, em que culturas, economias e distintos contextos comunicam-se e entendem-se. Observa-se uma certa homogeneidade das falas, das atitudes, dos produtos, das condutas e de todos os aspectos que envolvem a maneira humana de se organizar nas relações e nos espaços.

Existem diversas tentativas de conceitualização sobre este processo global, muitos autores escrevem acerca do tema. Mancebo (2000), diz que o mundo entrou no ciclo de uma história global, onde nos deparamos inclusive com a “globalização da cultura”. Neste sentido, assistimos à formação de inumeráveis grupos de solidariedade, redes virtuais, assim como também assistimos ao desaparecimento de culturas nativas e ancestrais, que já não podem acompanhar o ritmo das transformações sem alterar profundamente suas bases para incorporarem elementos do “mundo globalizado”. A

compreensão das mudanças antropológicas que estão em curso requer muita atenção e pesquisa para que possam ser aproveitadas de maneira positiva.

Entender e localizar os impactos desta tensão contextual entre modernidade e pós-modernidade tornaram-se importantes passos para a compreensão de cenários comunitários menores. Neste sentido, reflectir sobre a palavra “Comunidade” é tão necessário e desafiador, quanto reflectir sobre o senso de convivência em comunidade. Em zonas distintas, ao redor do mundo, encontramos áreas onde as transformações se reflectem de maneira intensa, espelham também as alterações no significado conceptual, simbólico e prático da apreciação acerca da comunidade.

Como um exemplo, podemos nos referir às numerosas populações que vivem ainda afastadas das transformações da globalização, e que, apesar do não acesso aos seus benefícios tecnológicos, ainda assim são atingidas de alguma maneira pela desagregação daquilo que chamavam comunidade. Tais situações encontram-se principalmente em zonas rurais ao redor do globo, em que a ocupação das fronteiras agrícolas é perceptível na alteração das relações entre o indivíduo e seu habitat. Áreas em que observamos a possível existência harmónica entre indivíduo e natureza, mas que no entanto, recebem a influência de modelos de vida “novos e tecnológicos”, podem apresentar alterações no convívio com o ambiente que, nem sempre, é referido como harmónico e pode até representar uma barreira de acesso a “vida desejada”.

No Brasil, cerca de 20% da população está em áreas rurais, o que em números absolutos representa 31.947.618 habitantes (IBGE, 2000). Este montante está distribuído por áreas extensas, com distintos perfis e/ou dificuldades. Por vezes, estar em uma zona rural pode significar maior qualidade de vida, no entanto encontramos situações extremamente precárias e condições de vida que vão desde o não acesso ao sistema de educação e saúde, até mesmo, a fome crónica. Observando estes distintos cenários, diversas iniciativas e projectos de intervenção para a transformação são implementados por inúmeras organizações nacionais e internacionais.

O contexto “homem do campo” no Brasil é variado. Por ser um país que mantém vasta superfície de terras ocupadas por actividades agrícolas e também por vegetação nativa, existe enraizada, em uma percentagem da população, a ligação com a terra. Muitas famílias se mantêm por gerações ligadas a sua terra natal e suas parcelas agricultáveis. No entanto, muitas outras famílias são empurradas para as cidades, mais especificamente para a região marginal dos centros urbanos. As pessoas se dirigem as

idades a procura de um “sonho”, muitas vezes perdido, de melhoria das condições de vida. Ao se depararem com uma realidade urbana nada amigável e pouco familiar, observamos a organização de movimentos sociais de luta pela reintegração do homem ao campo, implementando reivindicações para boas condições de trabalho e para que sua permanência possa ser estabelecida nas zonas rurais. É assim que vemos o nascimento e crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e outras subdivisões desta mesma iniciativa. Como também observamos a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que promove institucionalmente o retorno ao campo de famílias que assim desejam.

A dicotomia entre o rural e o urbano e o deslocamento de massas humanas é um dos panos de fundo onde acontece o desenrolar de relações humanas e encontramos solos férteis para inter-relações e construção de grupos sociais com expressão de maior ou menor dimensão, mas que abarcam seres humanos na jornada de existência enquanto indivíduos.

Entender as origens dessa tensão no contexto pós-moderno, na tentativa de sugerir alternativa(s) a esse processo, é a motivação principal deste trabalho. Para tanto, o foco desta dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária será o estudo do Sentimento de Comunidade (SC). Os estudos de Seymour Sarason (1974) propuseram o SC como um dos temas centrais para os debates, pesquisas e trabalhos na Psicologia Comunitária, por ser este o sentimento que possibilita ao indivíduo se “auto-definir” diante da percepção de suas similaridades com os outros, bem como perceber e conhecer as interdependências actuantes nas relações que vive.

Além disso, o mesmo autor assinala que no contexto social mais global e na desintegração das comunidades sociais contemporâneas é que se origina a desagregação do sentimento psicológico de sociedade. Esta desagregação é uma constante nas sociedades industrializadas contemporâneas que, portanto, apresentam como uma chave para a actuação da psicologia comunitária, a acção de desenvolvimento do mesmo.

Tendo como premissa que o desenvolvimento comunitário é uma das maneiras de promover o reconhecimento das potencialidades enquanto grupo e também como indivíduos, com o foco nos programas e projectos sociais levados a cabo, que podem ser instrumentos de grande valia para o processo de *empowerment* comunitário, procuramos aqui, descrever e analisar um programa implementado em uma comunidade rural brasileira. Bem como, reflectir sobre o SC dos indivíduos que compuseram o grupo de

intervenção do projecto de Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para uma Comunidade Rural do Cerrado¹, no assentamento Gameleira².

Para tal, este trabalho analisou os dados recolhidos a partir da aplicação do instrumento de McMillan e Chavis, para medir o SC, somado a pesquisa de campo realizada nos moldes da investigação acção participativa. A perspectiva é que as análises aqui propostas possam servir para o processo de *empowerment* desta população. Também, como um dos objectivos práticos poder disponibilizar as informações aos programas que ali se desenvolvem, para os profissionais envolvidos nos trabalhos e projectos no sentido de planear acções mais eficazes junto às populações que ali vivem. E ainda, explicitar aos indivíduos os resultados deste trabalho de dissertação - para o qual se disponibilizaram a participar - podendo junto a eles ponderar e reflectir sobre a importância e significância dos dados e referências que aqui serão apresentados.

À guisa de conclusão, esta dissertação está organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo faremos o enquadramento teórico acerca do tema, contando com a bibliografia consultada sobre o conceito e SC e algumas das aplicações diversas que o tema vem apresentando. O segundo capítulo apresenta um breve debate sobre metodologias participativas. No terceiro capítulo apresentamos o grupo estudado e a contextualização do trabalho de campo. O quarto capítulo será dedicado a apresentação de dados referentes ao instrumento utilizado, onde finalizamos o trabalho com a exposição dos dados e algumas conclusões acerca da pesquisa.

Esperamos aqui poder contribuir minimamente para dar conhecimento acerca da existência de um grupo de pessoas e sua maneira de viver, com a possibilidade de trazer elementos que possam ser úteis às novas pesquisas.

¹ Cerrado é a denominação do ecossistema da região. Com maiores descrições no capítulo referente.

² Assentamento é um local geográfico onde famílias foram estabelecidas. É a fase conclusiva do processo de reforma agrária realizado pelo INCRA.

CAPÍTULO I

Enquadramento Teórico

“... o consenso geral é claro: uma comunidade é mais do que um grupo político ou uma área geográfica. Ela contém uma série de instituições que pode ser formal ou informalmente relacionadas umas com as outras ou não relacionadas de todo. É composta por uma miríade de grupos, transitórios ou permanentes, que podem ter efeitos semelhantes ou diferentes e variam em tamanho, efeitos e pelo poder que possuem ou buscam ter.” (Sarason, 1974, p. 131).³

Para compreender a experiência individual de viver em comunidade ou para estudar o sentimento que os indivíduos têm acerca de sua comunidade, como se pretende aqui, é importante localiza-los em seu grupo. A experiência individual de comunidade tem as raízes em contextos de níveis elevados de fenómenos sociais (Sarason, 1974), que só podem e devem ser analisados a partir de cada realidade específica.

Ao levar em consideração que a Psicologia Comunitária é uma ciência “de, em, por e com a comunidade” (Vidal, 1999), esta acaba por ser o “todo” ao qual se destina a teoria e a prática da psicologia comunitária. Para elaborar e realizar projectos de intervenção social é necessário desvendar alguns dos véus que cobrem os grupos. Nas ciências sociais o conceito de comunidade é algo bastante discutido e o encontramos associados a distintas facetas das organizações sociais, é um conceito multifacetado.

Buscamos aqui realizar um apanhado sintético da bibliografia existente e acessível para traçar linhas conceptuais que norteiem este trabalho.

1.1. Comunidade e Sentimento de Comunidade (SC)

As reflexões acerca das origens conceituais do termo comunidade vêm de longa data. Desde o princípio, as ciências que se ocupam das reflexões sociais debatem e reflectem sobre a importância do grupo social, portanto buscam também parâmetros que norteiem a conceitualização de comunidade, para que as ciências humanas tenham referências para trabalharem.

³ Tradução livre.

A formulação do conceito de comunidade é de difícil definição, pois a palavra comunidade é utilizada sob uma multiplicidade de formas que pode manifestar pontos variados de entendimento. Reconhecendo esta multiplicidade, em 1955, Hillery declara ter encontrado e examinado mais de 94 definições diferentes, na maior parte delas (em 69) os pontos convergentes referiam-se a: partilha de um espaço físico, as relações e os laços comuns e a interacção social.

A sociologia contribui desde cedo com teorias e pontos primordiais para o debate. Do ponto de vista da sociologia, de maneira directa e objectiva, comunidade é referida como um conjunto de pessoas com interesses mútuos que compartilham o mesmo local físico/geográfico e se organizam dentro de um conjunto de normas. Os teóricos desta área do conhecimento escreveram grandes tratados acerca da dinâmica das comunidades. Neste ramo científico valoriza-se o entendimento sobre as inter-relações dos indivíduos com as estruturas organizacionais, que se convertem no cerne do que chamamos social. É neste contexto que o indivíduo faz o trânsito da categoria de ser biológico e disponibiliza o potencial de ser social. É a partir destas relações que formas diversas de estruturas sociais podem ser implantadas e dar movimentação colectiva e organizada na direcção dos interesses de um grupo.

Na Psicologia Comunitária o SC é um conceito fundamental e sobre o qual vários autores se debruçam (e.g., Buckner, 1998; Davidson & Cother, 1998; Glynn, 1981; Riger & Lavrakas, 1981; Loolittlr & MacDonald, 1978). No entanto, continua haver alguma falta de consenso acerca da temática. SC é a denominação utilizada pela maioria dos autores, entretanto também é referido por outros como o Sentimento Psicológico de Comunidade. Certo é que como pano de fundo para a conceitualização está a concordância de que o SC é um conceito que auxilia a perceber de que forma os aspectos reais e imaginários estão associados, em cada pessoa ou grupo de pessoas, de maneira a permitir a análise da relação dos factores individuais e colectivos na expressão individual da competência da comunidade.

Na antropologia, o conceito de comunidade é tratado como base para a compreensão acerca da expressão que o ser humano encontra para se colocar perante o mundo. Geertz (2001) trabalha com a noção de que os seres humanos dão sentido ao mundo através das histórias que contam e ouvem, ou seja, se educam através das narrativas. As histórias são contadas de diversas formas e permitem apreciações diversas de acordo com o narrador ou o receptor da história, bem como o contexto em que ela é

repassada. Portanto, é necessário a identificação pessoal, encontrar em cada história um sentido que toque o indivíduo e passe a pertencer a seu universo interno. A palavra comunidade pode nos fazer pensar em coisas distintas e dimensões variadas, mas em geral nos remete a ideia de grupo, de agrupamento, reunião de seres vivos. Neste sentido, Montero (2004) diz que na busca por conceitualização para o termo podemos ser levados a referir comunidade quase como “qualquer coisa”, pois esta é uma palavra que deriva da raiz do comum, compartilhado, o que gera uma certa confusão conceptual que as ciências mais objectivas lidam de forma quantitativas e pontuais.

Sarason (1974) tentou explicar a dificuldade em também definir o SC, afirmando que não é comum na psicologia tratar de coisas que não soem precisas e que na verdade soam como julgamento, não se apresentando como algo compatível com a ciência. No entanto, o mesmo autor acrescenta a importância do entendimento sobre o conceito para o desenvolvimento dos estudos e trabalhos na Psicologia Comunitária. De acordo com Sarason, o SC é a chave para compreender os problemas da sociedade, o lado obscuro do individualismo, que se manifesta como alienação, anonimato e solidão, aspectos estes que se referem a dissolução das conexões com as origens sociológicas. Na argumentação do autor, a dissolução das redes ou sistemas de apoio, da integração e da interdependência social, caracterizados como elementos constituintes do SC, seria o problema social mais alarmante nas sociedades ocidentais modernas. E, portanto, a recuperação e reconstrução desse SC seria o objectivo fundamental do fazer comunitário. (Sarason, citado por Vidal, 1996).

Como um dos autores base para os trabalhos acerca do SC, Sarason propõe a aproximação de um conceito: “Sentimento Psicológico de Comunidade é a percepção de similaridade com os outros, uma reconhecida interdependência com os outros, uma vontade em manter essa interdependência dando ou fazendo pelos outros o que esperamos que façam a nós, o sentimento de que somos parte de uma grande e estável estrutura da qual podemos depender.” (Sarason, 1974, p. 157)

Desde a introdução deste conceito encontramos inúmeras definições e estudos nesta área. Nos últimos anos, houve uma crescente atenção às comunidades com fontes de risco e de protecção aos indivíduos e o SC como instrumento que auxilia a capturar tanto um sentido individual de pertença a um grupo, como as interações entre indivíduos do mesmo grupo ao possibilitar descrever o impacto das relações positivas e negativas entre os indivíduos e a comunidade. De certa maneira, o SC seria uma medida

que poderia descrever os impactos positivos e negativos das relações entre os indivíduos e a comunidade. Tanto possibilita a observação de um maior envolvimento e compromisso activo, como também o isolamento e a alienação às questões colectivas, de acordo com a forma em que o SC é construído na comunidade. Identificados os elementos de influência para tais comportamentos podemos melhor planear acções de intervenção.

Em uma revisão bibliográfica sobre o tema Amaro (2007) refere que por meio do SC podemos avaliar a extensão na qual as pessoas se sentem ligadas umas às outras e capazes de exercer influência no grupo de modo a ter suas necessidades satisfeitas. Ao compreender a forma como tais relações se estabelecem, os interventores comunitários podem determinar quais aspectos são mais apropriados para dar início a implementação de intervenções comunitárias (Amaro, 2007).

[S]e pudermos aprender que aspectos da comunidade criam um forte sentimento de comunidade, se pudermos aprender a aumentar esses aspectos, talvez não tenhamos de nos preocupar com problemas individuais específicos e as intervenções consequentes para lidar com eles. Poderíamos nos concentrar apenas na formação de comunidades saudáveis. Então poderíamos verdadeiramente tornar-nos psicólogos comunitários. (Hill, citado por Brodsky et al, 1999).

As palavras de Hill clarificam que mesmo depois de vários pesquisadores terem se envolvido com a área do SC ainda não foram capazes de desenvolver um conceito estandardizado e com uma definição operacional sobre o tema. Este autor diz que o SC pode ser pesquisado com mais sucesso quando estudado em um agregado de variáveis e com uma abordagem multidisciplinar.

De maneira geral, e no senso comum, encontramos o posicionamento de que o SC estaria em crise, ou seja, em declínio nas comunidades de uma maneira geral. No entanto, Hill (1996), desafia este ramo da Psicologia Comunitária a desenvolver outras pesquisas no intuito de testar empiricamente este pressuposto de que o SC está realmente a diminuir. Para isso, encoraja os estudos de comunidades que não estejam ligadas e identificadas com os territórios, mas sim aquelas que estejam para além das vizinhanças.

Gusfield (1975) identificou e resumiu as comunidades em duas dimensões principais, a primeira seria a dimensão territorial e a segunda relacional. A dimensão relacional da comunidade está ligada com a natureza e a qualidade dos relacionamentos que na comunidade se realizam. De maneira que algumas

comunidades se delineiam não pela demarcação territorial visível, como no exemplo de uma comunidade de docentes que trabalham em determinada especialidade particular, que possuem algum tipo de contacto entre si e qualidade do relacionamento, mas podem viver e trabalhar em posições diferenciadas, talvez mesmo em lugares diferentes em todo o mundo. Outras comunidades podem parecer ser definidas primeiramente de acordo com o território, como no exemplo, o caso clássico na psicologia comunitária, das vizinhanças, mas mesmo nesses casos, a proximidade ou o território compartilhado não podem por si só constituir uma comunidade, a dimensão relacional é também essencial.

Para cada contexto encontrado haverá distintos elementos internos e externos que actuarão e influenciarão na forma como o conceito de comunidade será definido ou trabalhado. Ou seja, sempre que buscarmos uma conceitualização para o termo esbarraremos de maneira mais ou menos explícita nos pré-conceitos que regem as relações entre investigadores ou interventores sociais, de acordo com cada caso, e as pessoas do grupo com quem se trabalha. Por tamanha pluralidade encontrada nos elementos levados em consideração para estudarmos e definirmos comunidade, Montero (2004), sistematiza características tipificantes do conceito encontradas na literatura sobre o tema; a maioria das definições, ou grande parte delas assinalam e retomam as questões relativas aos seguintes aspectos constitutivos do conceito de comunidade: aspectos comuns partilhados (história, cultura, interesses, necessidades, expectativas socialmente construídas pelo grupo); espaço e tempo; relações sociais habituais e frequentes; inter-influência entre os indivíduos e do colectivo aos indivíduos; uma identidade social construída a partir dos aspectos anteriores; sentido de pertencimento ao grupo; desenvolvimento de um sentido de comunidade derivado de todo o apontado anteriormente; um nível de integração que vai além da identificação por classe social, etnia, religião ou nação; vínculo emocional compartilhado; formas de poder produzidas dentro do âmbito das relações compartilhadas e limites não muito bem definidos.

Os Psicólogos Comunitários utilizam o constructo Comunidade para estudar os mediadores colectivos e comunitários do desenvolvimento, tais como *empowerment*, promoção da diversidade, e mudança social ao nível comunitário (Dalton et al. citado por Amaro, 2007). Nas ciências sociais as comunidades estão identificadas de acordo com alguns tipos de organização. Um exemplo pode ser a comunidade territorial, relacionada com o território ou ao espaço geográfico em que um certo grupo de pessoa

habita, ou ainda as comunidades relacionais, referindo-se às redes de relações resultantes das inter-relações entre as pessoas. Autores como Gusfield, Heller, Suttles, McMillan e Chavis (citado por Amaro, 2007), entre outros, referem que são justamente estas redes que conduzem as pessoas a estarem juntas, o interesse em desenvolverem relacionamentos sociais e compartilharem interesses comuns, mais do que o partilhar um espaço físico. Encontramos uma definição que abrange ambos os tipos de comunidades, em síntese a comunidade seria um sistema ou grupo social de raízes locais, diferenciável no cerne da sociedade que é baseada em características e interesses partilhados pelos seus membros e subsistemas que incluem: a localização geográfica, a interdependência e interação psicossocial estável e o sentimento de pertencer a uma comunidade e a identificação com seus símbolos e as instituições (Sánchez Vidal, 1991).

Em 1974, Sarason antecipa para a Psicologia Comunitária a dificuldade de se definir o conceito de comunidade. Para este autor, uma comunidade seria algo tão complexo, com níveis de relações altamente interligados que requereria uma atenção especial à dinâmica particular que apresenta. Portanto, as ciências que fossem lidar e trabalhar com tal objecto teriam, na visão de Sarason, que se comportar como algo também especializado. Para citá-lo: “estes constituem um conjunto de questões relacionadas, não menos difíceis de estudar e compreender que a natureza do átomo ou o funcionamento do corpo humano”⁴ (Sarason, 1974, p.31). E por assim ser, encontramos inúmeros ramos das ciências sociais empenhados na questão, o que se reflecte em estudos, debates e publicações variadas sobre o tema.

Fisher (1982) também reconhece “a comunidade” como uma entidade funcional autónoma que requer um tratamento teórico e metodológico diferenciado, de acordo com as características de cada contexto específico. Este autor distingue alguns níveis onde as questões comunitárias se expressam, são eles: individual, interpessoal, grupal, intergrupal, organizacional, comunitário, social e internacional.

A questão da definição de um conceito tem avançado no sentido de trabalhar com noções que englobem também uma perspectiva psicossocial. Em realidade as definições vigentes indicam que comunidade seria algo em que se supõe encontrar relações e inter-relações que compartilham aspectos comuns entre indivíduos que se reconhecem como integrantes de certo contexto e tenham desenvolvido uma forma de identidade social devido a um contexto histórico e cultural compartilhado (Montero,

2004). Um tema forte é a ideia de que as histórias comuns e os símbolos são centrais para o processo de construção da comunidade e da manutenção dos limites da comunidade. Nagel (1994) escreveu que "a cultura é construída da mesma forma como são construídas fronteiras étnicas, pelas acções de indivíduos e grupos e suas interacções com as sociedades maiores" (p. 162). Sugeriu que os grupos pudessem reconstruir e criar a sua cultura através de processos de revitalização cultural e de reconstrução. Revisões e inovações culturais ocorrem quando elementos presentes em determinada cultura são alterados ou quando novas formas culturais ou práticas são criadas. Através destes processos as comunidades são reconstruídas, os limites são criados e significados partilhados e realizados. Os conhecimentos partilhados compõem a história comum, no que McMillan e Chavis (1986) definiram como uma noção de partilha da ligação emocional (citado por Sonnn, Bishop & Drew, 1999).

Em uma revisão do conceito na bibliografia clássica e contemporânea, Zygmund Bauman (2003) apresenta a palavra comunidade como "uma coisa boa", um lugar confortável, onde os indivíduos sentem-se aconchegados e abrigados das intempéries da vida e do mundo ao redor. Bauman sugere que em qualquer momento quando a palavra comunidade for utilizada, ela vem fazer referência a um espaço em que se encontraria protecção e apoio. Comunidade seria assim mencionada como um sinonimo para "paraíso perdido", para onde os seres humanos esperam retornar. De acordo com Bauman não é apenas a "dura realidade", essa realidade declaradamente "não comunitária" cada vez mais global e por vezes hostil, que nos faz imaginar e desejar essa comunidade que nos traz a "sensação de aconchego". A realidade apenas alimenta esse desejo. Em suas palavras:

As lealdades humanas, oferecidas e normalmente esperadas dentro de um 'círculo aconchegante', não derivam de uma lógica social externa ou de qualquer análise económica custo-benefício. Isto é precisamente o que torna este círculo 'aconchegante': não há espaço para o cálculo frio que qualquer sociedade em volta poderia apresentar, de modo impessoal e sem humor, como 'impondo-se à razão'. E essa é a razão por que as pessoas afectadas por essa frialdade sonham com este círculo mágico e gostariam de adaptar aquele mundo frio a seu tamanho e medida. Dentro do 'círculo aconchegante' elas não precisam provar nada e podem, o que quer que tenham feito, esperar simpatia e ajuda. (Bauman, 2003, p. 16)

Importante ressaltar que as reflexões de Bauman partem da observação do processo de modernização global e a busca por segurança neste contexto. Certo é que o panorama histórico actual também gera cenários de análise em que encontramos grupos

⁴ Tradução livre.

que se identificam e se assumem pertencentes a comunidades locais, relacionais ou ainda psicossociais. A identidade social é que permite a construção de um sentido de comunidade, que é percebido pelas pessoas de um grupo social de maneira mais ou menos interna, mas em geral representado e denominado pelo pronome pessoal nós (Montero, 2004).

Encontramos diferentes autores que conceptualizam comunidade de formas distintas. Em geral é possível definir comunidade como um grupo de pessoas que estão juntas e compartilham interesses e problemas; que estão em inter-relação e interação, reconhecendo que compõem um grupo ao qual se sentem, de alguma forma, pertencentes. Também é o lugar onde se encontram recursos emocionais e ajuda. Sarason (1974) refere que o sentir pertencente evita que as pessoas sintam-se sozinhas e portanto possibilitando uma maior qualidade de vida, pois pertencem a “uma rede de relacionamentos e suporte mútuo, sempre disponível e da qual podem pertencer” (Sarason, 1974, p. 1). Neste sentido, a qualidade de vida está ligada, de alguma maneira, ao que este autor chamou Sentimento Psicológico de Comunidade.

Bauman nos apresenta um posicionamento que evidencia uma contraposição, ao que Hill menciona sobre o declínio do SC. De acordo com Bauman, na busca por aconchego, à segurança de estar em grupos, observa-se a valorização da “individualidade”. Na realidade moderna, “pouco comunitária” das relações sociais, os laços comunitários foram se afrouxando e deixando espaço para relações mais individualizadas. Para compreender esses espaços a teoria acabou por se debruçar sobre a ideia de identidade, ou “nova identidade”, como uma tentativa de compreensão desse espaço vazio deixado pela desarticulação da comunidade, que parece promover um distanciamento e separação cada vez maior entre as pessoas (Hobsbawm, citado por Bauman, 2003). Ao mesmo tempo, movimentos sociais e individuais tendem ao resgate da vida comunitária como essência da comunidade ou do espírito de comunidade, que é o que alguns autores têm como premissa fundamental para a construção e o reconhecimento de SC.

Em artigo de 1997, Bishop, Chertok e Jason propõem a análise do SC para além das fronteiras de localidade, consideram que a proximidade geográfica não é a única condição e razão para a expressão do SC, ou para acreditar que o fenómeno é necessariamente limitado aos vínculos locais. Vários autores (Chavis & Newbrough, 1986; Dunham, 1986; Hunter & Riger, 1986; Klein & D'Aunno, 1986; Price, 1985;

Weinstock, 1984; Wellman, 1979) têm escrito sobre a necessidade de conceituar o sentido de comunidade para além da experiência do contexto do bairro (citado por Bishop, Chertok & Jason, 1997). Nos últimos vinte anos, registou-se o surgimento de uma variedade de pequenas escalas, cujas metas e configurações incluem explicitamente clamar ou recriar um senso de comunidade (ou SC) por meio de acções de voluntariado. Algumas definições levam em conta a assistência mútua e os grupos de apoio internacional por computadores. Enquanto as comunidades variam em termos de missão primordial, de membros e de actividades, cada um destes determinantes proporciona uma oportunidade única para o estudo do SC em acção no “espaço” em que ocorrem. Torna-se cada vez mais forte a utilização de medidas de SC para além das experiências de comunidades ou grupos em áreas geográficas delimitadas e definidas. (Bishop et al., 1997).

A necessidade de buscar uma comunidade parece também ser uma estratégia para a manutenção das mesmas. Elas persistem e procuram caminhos para pertencerem ao mundo global e ainda manterem-se como representação de algo familiar, na tentativa de gerar o “berço confortável”, o “paraíso perdido” ou simplesmente um lugar onde os indivíduos sintam-se identificados, e portanto, pertencentes a algo. O reconhecimento do espaço individual e a valorização da individualidade é apenas um dos aspectos que nos leva em direcção ao indivíduo como peça única de cada grupo ou composição social. É precisamente o indivíduo que manifesta e deixa explícita a presença da comunidade e para que esta seja percebida e compreendida, por quem quer que seja, é necessário observar aqueles que a podem explicitar.

Assim, partimos da compreensão de que para haver comunidade, para além de um espaço físico e traços culturais em comum, é necessário um sentimento de consciência partilhada, no sentido de pertença ao tecido social com fortes laços, o que supõe um suporte social e o acesso a uma série de recursos que favoreça a vida individual, seja para enfrentar momentos difíceis ou para partilhar momentos alegres. Os estudos desta malha social, quase orgânica e tão específica, necessita ser tratada sob uma óptica verdadeiramente interdisciplinar, aquela que apresenta não apenas conceitos para sustentar escritos e defender uma postura teórica, mas, explicita o grande potencial de união das visões da sociologia e da psicologia ao contar com a possibilidade de alargar nosso entendimento acerca do SC (Hughey & Speer, 1972). De tal maneira, muitos psicólogos comunitários atribuem ao SC grande importância no papel da transformação

social, e muitos interventores utilizam como estratégia de acção, o fortalecimento do SC em seus aspectos positivos. O SC tem sido aplicado nas investigações e trabalhos em distintas e variadas áreas das ciências sociais. Encontramos vasta bibliografia descritiva das aplicações e conclusões referentes a temas investigados dentro desta área, tais como: SC e questões raciais, SC e área residencial, SC e género e raça, comércio étnico e conceitos do SC, factores ambientais que influenciam no SC, a relação da solidão e idade na adolescência e o SC que podemos encontrar nesta etapa do desenvolvimento humano, SC nas escolas, SC e grupos políticos, são algumas temáticas encontradas na selecção bibliográfica realizada.

A comunidade de investigadores é desafiada a desenvolver metodologias para avaliar a intensidade e os efeitos dos laços de comunidade em grupos não identificados necessariamente com a territorialidade, mas que expressem o sentido da experiência em comunidade. Autores que escrevem sobre o tema identificaram várias experiências e factores que caracterizam a dinâmica do trabalho na comunidade. A ligação por parentesco é sugerida como uma característica que distingue as pessoas na comunidade, assim como o sentimento de identificação que os membros possam ter a partir de um conjunto de valores partilhados (Sarason, 1974). Outros elementos que foram propostos como centrais na reflexão sobre a dinâmica comunitária incluem as fronteiras que definem os participantes ou membros do grupo; a mútua influência entre os membros; a capacidade de suprir as necessidades por meio dos recursos disponíveis no grupo, e a ligação emocional partilhada (Chavis & McMillan, 1986).

Bishop, Chertok e Jason (1997) apontam que a definição de Sarason sobre o SC apresenta um efeito preventivo nos processos de solidão, o que poderia ser benéfico nas experiências de stress. Verificou que as variáveis de SC, stress e apoio social, podem apresentar uma influência em comum. Portanto, parece razoável prever que as correlações entre estas variáveis sejam significativas, o que poderá auxiliar a aprofundar na compreensão da estrutura social.

Além disso, um mecanismo repetidamente explorado por psicólogos da comunidade é a teoria do "efeito tampão", ou seja, o apoio social como agente de grande participação para a diminuição dos níveis de stress (Gottlieb, citado por Bishop, Chertok & Jason, 1997), particularmente relevante para a prevenção de doença mental. A proposição é que o apoio social possa agir para evitar o stress, reduzindo a ameaça percebida de eventos adversos, ou ajudar a lidar com o stress presente, por meio da

oferta de recursos como efeito moderador. Uma revisão da literatura sobre o stress e apoio social sugere que a construção do SC pode estar conceptualmente e funcionalmente ligado à variável de apoio social, e, assim, relacionada com a variável de stress. A construção teórica em torno do conceito de esperança, bem como de stress e apoio social, também tem sido apontada como parte importante para a experiência dos indivíduos como integrantes de relações sociais e para a promoção da saúde. Muitos autores têm escrito sobre os factores, ou circunstâncias que contribuem para engendrar a esperança. Neste campo um tema comum nos resultados das investigações sobre a esperança tem sido a importância da ligação entre as pessoas. Para Stotland a oportunidade de se associar com outras pessoas como suportes individuais aumenta a capacidade de gerar esperança, e auxiliando assim, segundo Dufault e Martocchio, a realização dos objectivos do que vem a ser esperança para cada um (citado por Bishop, Chertok & Jason, 1997).

Estudos sobre stress, doença mental e desintegração social, dentre outras problemáticas sociais, referidas por Rappaport (1977) e Levine (1987), identificam como traços comuns o desmantelamento de laços e apoios sociais adequados, ou a ruptura de redes sociais de suporte, que habitualmente favorecem o equilíbrio emocional e psíquico do indivíduo. Ao longo da história das disciplinas comunitárias, encontramos estudos variados a esclarecer que o SC é uma conceitualização bastante útil na exploração das percepções individuais de competência da comunidade.

1.2 Literatura e investigações ligadas ao conceito

Apesar da maior parte da literatura sobre o tema referir-se à importância sobre o SC positivo como parte importante para o desenvolvimento da comunidade, isso não parece ser uma afirmação que se aplica a todas as comunidades. Em 1996, Brodsky escreve um artigo que amplia a compreensão do SC ao argumentar que tal conceito pode se apresentar como positivo, negativo ou neutro dependendo da situação que é investigada. Como exemplo, para a sua investigação Brodsky (1996) realizou a avaliação em um projecto de habitação, em Washington, considerado perigoso, focando um grupo de mães solteiras africanas. O pesquisador refere que para estas mães seria vantajoso ter um baixo SC, o que em termos práticos representava manter distância dos vizinhos e não se envolver em grupos. Para algumas das mães entrevistadas, a perspectiva de se engajar mais com a comunidade foi sinónimo de sacrifício de alguns de seus próprios valores,

que podiam até comprometer sua própria segurança e de suas famílias. Neste estudo, Brodsky (1996) constatou que para a construção de projectos de intervenção em distintas comunidades, os interventores precisam levar em consideração as possíveis implicações que a mesma pode gerar sobre alguns membros da comunidade. Dunham (1986) também observa que um forte SC não é necessariamente uma coisa boa, porque as fronteiras do que uma comunidade definirá como positivo pode gerar a exclusão de alguma outra comunidade, e algumas comunidades têm uma intenção deliberada nociva ou negativa para outra (e.g., a comunidade Ku Klux Klan).

Em 1998, Prezza e Constantini desenvolveram um estudo que investigou a relação entre o SC, a satisfação de vida, a auto-estima, o apoio social percebido e a satisfação com os serviços comunitários. As autoras aplicaram uma versão italiana da escala de SC e outras escalas de medidas de satisfação e de auto-estima. A investigação foi levada a cabo em três comunidades italianas de tamanhos variados: uma vila, uma cidade pequena e uma cidade grande, com um total de 336 entrevistados. Os resultados encontrados demonstraram um maior SC, satisfação de vida e satisfação com os serviços comunitários nas vilas, em relação às cidades. Apenas nas vilas o bem-estar pessoal se apresentou correlacionado com o bem-estar da comunidade, enquanto que nas pequenas cidades apesar de terem medidas menores, estavam mais próximas aos resultados da vila do que da grande cidade. O perfil da vila foi o que mais se aproximou à vida no campo. Na vila as pessoas com SC mais elevado tendem a ter filhos, participar em grupos da comunidade e eram indivíduos de idade mais avançada. Enquanto que na pequena cidade, SC foi correlacionado com aumento da idade e do emprego dentro da própria vizinhança. Na cidade grande as pessoas que possuíam um SC mais elevado eram aquelas que trabalharam na sua vizinhança, possuíam um menor nível de educação, eram do sexo feminino e participavam em grupos locais. Neste estudo os diferentes níveis de SC foram claramente implicados ao contexto geográfico e à densidade demográfica dos espaços.

Em um outro estudo sobre o SC e territorialidade, Van Zandt (1997) explorou o SC em colónias rurais de subsistência ao longo da fronteira do México com o Texas. Apesar das condições de vida materialmente frágeis, os moradores apresentaram um elevado SC. A investigação pretendia avaliar o SC e explorar, de maneira independente, o grau de territorialidade que ligava os colonos. Os resultados demonstraram tanto um elevado SC, como um forte grau de territorialidade, apontando para uma ligação entre os

dois aspectos. No entanto, com a metodologia aplicada na investigação, a autora não pôde correlacionar os aspectos mencionados indicando possíveis caminhos para a continuidade do estudo, relacionando as duas variáveis com outras características, tal como a falta de apoios financeiros.

Brodsky (et al., 1999) investiga o SC em bairros de baixa renda, explorando nesta realidade as variáveis do SC. Este estudo contestou a suposição de que os bairros de baixa renda seriam locais de alienação e baixos níveis de expressão comunitária. Os autores buscaram informações directamente com os indivíduos dos bairros (somando 749 entrevistas) e também utilizaram fontes externas de três bairros urbanos de Baltimore, EUA. Utilizaram 14 variáveis de nível individual, das quais 5 foram significativamente e positivamente relacionadas ao SC, são elas: idade, conhecimento de indivíduos bem sucedidos no bairro, presença de instituição religiosa, registo de voto e envolvimento com organizações do bairro. Enquanto ter filhos e preocupação com o declínio da qualidade de vida na vizinhança foram variáveis inversamente relacionadas com o SC. A nível de comunidade o que somou para a obtenção de SC positivo foi a percentagem de votantes registados, níveis percentuais de pessoas envolvidas em organizações na vizinhança e proporção de pessoas que são proprietárias de suas casas. O que contou negativamente para o SC dentro da comunidade foi a percentagem de força de trabalho inactiva, densidade populacional, rendimento *per capita* e dimensão do agregado familiar. A conclusão dos autores leva a análise de que o SC de um indivíduo é influenciado por variáveis de nível individual e também comunitário, ao mesmo tempo em que as variáveis comunitárias diferenciam-se de acordo com o bairro. Nesta investigação, os autores sugerem que os trabalhos de intervenção voltados para o desenvolvimento local deveriam realizar mudanças a nível da comunidade, por meio da redução do público carenciado, ou seja, em benefício de uma comunidade saudável com melhores oportunidades de empregos e habitação.

Na continuidade dos estudos sobre o SC nos espaços das vizinhanças, Enns e Wilson (1999) exploraram a interacção e o envolvimento entre os vizinhos e áreas urbanas planeadas variadas, em Vancouver, Canadá. Nas entrevistas com os moradores constava uma listagem de 35 perguntas que indagava acerca da familiaridade com a vizinhança, a sociabilidade dos moradores, o envolvimento com a comunidade, o compromisso com o bairro e as referências que os moradores utilizavam para definir os limites de suas vizinhanças. Uma das descobertas que vale referir sobre esta investigação

foi que a maioria dos inquiridos considerou como sua vizinhança um raio de acesso dentro do percurso que se pode realizar em cinco minutos, a pé, a partir de sua casa.

O caso estudado demonstra um pico de interação interna entre o primeiro e o nono anos de residência e entre pessoas com famílias extensas presentes na vizinhança. Outros factores fortemente presentes que favorecem a interação e consolidação de relações comunitárias foram: vizinhos amigáveis, distribuição espacial (sobretudo em moradores de áreas urbanas planeadas), participação em programas sociais presentes na localidade e locais de encontro. Em contraposição elementos como a falta de tempo, ausência de crianças, ausência de bairros, locais de encontro e líderes comunitários, foram apontados como “dificultadores” para uma vizinhança interactiva. Outros estudos focaram a atenção em bairros urbanos, por exemplo, o caso de um bairro em Caracas explorado por Garcia et al. (1999), que além do SC, buscaram perceber sobre a interpretação dos residentes a respeito de sua comunidade e a importância da história da mesma. As entrevistas realizadas demonstraram que uma consciência crítica da história local integrada a vida quotidiana é fundamental para a formação e a manutenção do SC. Os autores referidos incentivam as investigações futuras sobre SC a buscarem compreender a história da comunidade e as suas próprias definições. De acordo com estes autores, “comunidade” e “SC” seriam conceitos teoricamente bastante semelhantes e portanto, não poderiam ser tratados em separado.

Um outro estudo que nos mostra o SC em vizinhanças foi realizado em um subúrbio, em Orange Country, Califórnia. O SC neste contexto estava directamente relacionado com a quantidade de participação local que se verificava na comunidade, em 68% dos entrevistados verificou-se um SC relacionado à vizinhança, apesar da urbanização dos subúrbios diminuir o sentimento global de comunidade. Ao mesmo tempo que a vizinhança foi identificada como ponto de associação que permitia o desenvolvimento de um SC, este também está associado ao grau de privacidade que os indivíduos podem ter. Os autores se surpreenderam ao descobrir que a privacidade estava positivamente associada ao SC e também se relacionava com a diminuição dos níveis de stress pessoal, pois aparentemente a privacidade possibilitava a regulamentação da vida social e permitia que as pessoas se sentissem ligadas às suas comunidades.

Inúmeros estudos aplicam a noção de SC em suas investigações em busca de esclarecimento sobre as formas nas quais as comunidades se organizam. As dinâmicas sociais são variadas e permitem o acesso a diferentes elementos que compõem o

contexto específico em que o SC se manifesta. Várias pesquisas procuraram identificar o SC em comunidades definidas como tal a partir da territorialidade. Bishop et al., (1997), realiza uma investigação e sugere que o SC é uma experiência, gerada na interacção dos indivíduos com o grupo, que promove a percepção de pertencer e ameniza sentimentos de isolamento. Enquanto grande parte da literatura escrita sobre comunidades em termos de áreas geográficas definidas, a literatura teórica indica que o SC pode estar associado com afiliações, para além daquelas definidas pelo espaço geográfico. Nestes termos, os autores descrevem o SC fundamentalmente ligado os processos interactivos e ecológicos. (Bishop et al., 1997).

1.3. Elementos com maior constância

O SC continua a ser uma área de estudo bastante concorrida, onde as investigações apresentam pontos inconclusivos. As conceitualizações podem tanto apresentar múltiplas dimensões para uma definição, como também uma única dimensão pode ser proposta para delinear o conceito. O saldo geral das investigações realizadas até o presente momento sugere elementos e pontos que já haviam sido apresentados previamente, tais como os conceitos de vizinho, componentes, participação, satisfação, qualidade de vida e coesão. Aparentemente estes elementos estão directamente relacionados ao SC e aparecem com frequência nas investigações nesta área. Os elementos mais frequentes são: (i) coesão social, (ii) vizinhança e ambiente, (iii) satisfação e ligação, (iv) participação e (v) capital social.

1.3.1 Coesão Social

Na literatura referente a coesão social identificamos uma estreita ligação entre esta e a expressão do SC. Puddifoot (1995), identificou a coesão social como um dos temas que focam a comunidade. Em parte do conceito de SC está implícita à atracção dos indivíduos. Uma das formas de expressão dessa atracção é a maneira como as pessoas se relacionam com o espaço que escolhem para habitar. A definição de uma área residencial, o bairro e a interacção com a vizinhança é algo fortemente marcado onde encontramos a expressão do SC. A coesão entre vizinhos é estudada e alguns instrumentos para a medida dessa interacção foram desenvolvidos na intenção não apenas de medir a coesão das pessoas, mas também identificar as forças que operam para sua concretização. Puddifoot elabora uma perspectiva da coesão social como um dos

elementos que possibilita um constructo diferenciado da comunidade, que ele chamou de Identidade Comunitária (cit. por Amaro 2007). Smith (1975), argumenta que dentro de um bairro existem várias forças que operam no sentido da coesão, para analisa-la é necessário ter em conta sua complexidade. Para isso, delinea quatro dimensões: uso de instalações físicas, identificação pessoal, interacção social entre vizinhos e o valor do consenso entre os vizinhos. No entanto a coesão salienta apenas um dos aspectos que compõem o SC e é investigado em distintos lugares, em geral associado à vizinhança.

1.3.2 Vizinhança e Ambiente

A vizinhança tem sido um espaço de inúmeras investigações sobre o SC, pois neste espaço é possível reconhecer inúmeras redes de relações e múltiplas possibilidades de acção das pessoas que a compõem. Alguns autores acreditam que a maneira como o bairro ou edifício estão construídos influenciam a forma como as pessoas se comportam e interagem na vizinhança. Neste sentido, a estrutura arquitectónica, a presença ou não de espaços verdes, praças e outros locais públicos, o tamanho e a densidade da população, as actividades em comum, entre outros factores, fornecem informações preciosas para o entendimento das redes sociais e da expressão do SC.

Os laços entre os componentes de uma vizinhança podem ser fortes ou fracos e representarem um maior ou menor SC. Independentemente de laços fortes ou fracos a ligação entre o SC e o ambiente em que as pessoas vivem vem sendo desvendado por inúmeras investigações que buscam compreender as redes sociais que diferentes ambientes permitem que sejam desenvolvidas. As pesquisas nesta área descrevem a presença de sentimentos de cumplicidade e também de aborrecimento e irritação pela vida em vizinhança. Paquin e Grambrill (1995), investigaram numa vizinhança específica (Alameda Coutry, Califórnia) a frequência e a severidade das irritações entre vizinhos. Na investigação via telefónica (n= 198) constataram que cerca de 90% dos inquiridos já haviam experimentado alguma irritação com os vizinhos. Havia reclamações que se apresentavam como universais ao mesmo tempo que variavam por diferentes tipos de queixas. Apesar disso uma pequena percentagem de pessoas é gravemente afectada pelo stress de viver em vizinhanças. As vizinhanças apesar de apresentarem focos variados de problemáticas interpessoais também são contextos e ambientes favoráveis ao desenvolvimento de uma série de relações positivas. Outras investigações propõem o sentimento de bem-estar pelo contexto de vizinhança ou pela

organização do espaço físico. Ainda elementos como criminalidade e violência urbana foram associadas as investigações sobre a apreciação do SC em torno do ambiente e da vizinhança que se vive.

1.3.3 Satisfação e Ligação

O SC apresenta inúmeros elementos que podem ser investigados, a ligação ao grupo, a vizinhança, a comunidade e a satisfação que advém desta ligação é uma maneira de identificar e equacionar o SC. A ligação e a satisfação proveniente da vida em comunidade pode ser visualizada e entendida por meio dos indicadores de saúde física e mental das pessoas, pois a satisfação seria composta por diversos elementos de essencial importância para o bom funcionamento de uma comunidade enquanto instituição social, e também, na ordem prática das questões materiais que precisam estar asseguradas. Autores como Bachrach e Zautra (1985), Bardo e Bardo (1983) investigaram o SC, o sentimento de auto-eficácia, a participação da comunidade, os mecanismos de confronto a situações problemáticas, as opiniões e as preocupações, a desmoralização do sentimento positivo de comunidade e elementos relacionados às características demográficas. Os resultados sugerem que o SC está relacionado ao maior envolvimento e ligação à comunidade, por meio de organização comunitária, e também se relaciona com a satisfação, representada por um longo tempo de residência na comunidade. Bachrach e Zautra (1985), realizaram um estudo em uma vizinhança no Arizona acerca das respostas individuais dos membros sobre a ameaça da instalação de uma zona de resíduos perigosos na área. Como resultado constataram que as pessoas que se opuseram de maneira mais activa foram os indivíduos mais velhos e com mais tempo de residência. Neste estudo os autores chamam a atenção para os factores da comunidade e os factores individuais que contribuem no processo de confrontar as dificuldades. O sentimento de ligação ao grupo comunitário, seja ele de vizinhança física ou de redes sociais envolvem directamente o SC, que nos mostra aspectos importantes para o desenvolvimento de posturas de participação activa.

Em 1984, Hughey e Bardo estudam a estrutura da satisfação comunitária em uma cidade específica no sudeste dos EUA. Os resultados sugerem que a satisfação da comunidade era determinada por múltiplos factores, em grande parte por variáveis sociais. Algumas delas foram identificadas como a percepção dos cuidados oferecidos pelos membros e instituições aos componentes do grupo. Tal percepção possibilitaria o

sentimento de pertencer. Outras variáveis identificadas foram a simpatia da comunidade e a qualidade de vida oferecida. A participação e a acção política aparecem, nas investigações referidas pela literatura disponível, como elementos que são fortalecidos conforme o nível de sentimento positivo de comunidade (relacionado com a ligação dos indivíduos) e a satisfação referente a mesma.

1.3.4 Participação

O tema da participação é apresentado pelas investigações na área do SC como um elemento fundamental para que haja desenvolvimento do grupo enquanto comunidade. Forin e Wandersman (1990), apresentam um artigo em que relacionam ao desenvolvimento comunitário conceitos de participação dos cidadãos, as organizações comunitárias voluntárias e o *empowerment*. Outro estudo (Perkins, Florin, Rich, Wandersman & Chavis, 1990) relevante nesta área investigou a relação entre participação e o ambiente físico e social em blocos residenciais. Os autores investigaram a participação na área residencial e a incidência de criminalidade, observando o espaço físico, social e a demografia dos espaços. Os resultados sugerem que nós ambientes com maior investimento de capital humano em participação em associações, onde as pessoas estejam satisfeitas e apresentem longos períodos de residência, onde a vizinhança seja símbolo de coesão e o SC seja representado pela positiva, são promotores visíveis da qualidade de vida. Significativamente, o ambiente social e físico foram encontrados como dados mais relevantes para a participação individual, em relação à característica demográfica ou aos problemas de criminalidade. Outro resultado interessante foi a apreciação de que as propriedades privadas que apresentem barreiras físicas, como vedações por exemplo, desencorajam o contacto social e a participação. (Perkins, Florin, Rich, Wandersman & Chavis, 1990).

Obst et al., (2002), abordam os diversos aspectos sobre os quais o SC pode variar. Dentre os quais, mencionam que o SC é mais alto no seguintes perfis: em áreas rurais de baixa densidade demográfica; em pessoas com filhos; nos participantes de organizações locais e naqueles que consideram a vizinhança algo mais extenso que o espaço físico de uma rua ou bloco. Ao analisar os diversos elementos que compõe o SC percebe-se a interacção e a complementaridade entre eles. Os elementos não são excludentes, mas sim compõem uma malha que os interrelaciona e possibilita a visão de um todo complexo que chamamos comunidade e suas dinâmicas. Perceber tais

dinâmicas é um dos desafios daqueles que investigam o SC e suas componentes que podem ser observadas por meio de estudos que trazem como base as conceptualizações. Uma definição utilizada para entender o alcance que a participação tem na comunidade é expresso por meio de um processo em que os indivíduos fazem parte das decisões tomadas nas instituições, programas e ambientes que de alguma forma os afectam. Em suma, a participação dos indivíduos envolve a tomada de decisões pelo caminho de dar voz e escutar para influenciar as decisões que atingem o colectivo.

Wandersman (2001), diz que a participação dos cidadãos é algo mais extenso que o voluntariado ou suporte social entre membros de um grupo. A participação ocorre quando há disponibilidade em fazer parte das decisões para a comunidade e se estende para além do voto eleitoral, pois não é apenas um processo estatístico que informa as características das pessoas e das instituições. Pelo contrário, os psicólogos comunitários se interessam pela parte do processo da participação que acontece para além do voto, está ligado a extensa rede de relações sociais e actividades que dinamizam o contexto social. Um conceito directamente relacionado a participação é o *empowerment*, pois em um processo pelo qual as pessoas, instituições e a comunidade passam a ter maior conhecimento e perícia sobre seus próprios assuntos possibilita que os componentes estejam envolvidos de maneira mais engajada, permitindo o desenvolvimento de lideranças eficazes e uma preocupação com o bom desempenho das funções.

A participação é um processo, favorece a ligação da comunidade para direccionar seu foco de acção, seja para a prevenção do abuso das drogas, debater o orçamento da escola local ou etc. Há diferentes formas de promover e intensificar a participação dos cidadãos em sua comunidade. Em geral as decisões tomadas a partir da participação efectiva do grupo ou comunidade, representa decisões mais acertadas, ou seja, a participação é um caminho para a decisão e melhoria do colectivo. No entanto, se a for considerada como uma finalidade em si pode acarretar custos no processo de desenvolvimento de outros objectivos (Wandersman, 2001). Desta forma, nos encontramos diante de duas possibilidades de trabalho. De maneira objectiva, teríamos a possibilidade de trabalhar a participação das pessoas em sua comunidade como um caminho para se atingir alguns objectivos, ou dimensionar a participação como a finalidade do trabalho comunitário. Em ambas as maneiras a participação vêm sendo estudada, em diversos contextos sociais é associada como um elemento que apresenta em si a preocupação com o desenvolvimento do SC.

A participação em si requer uma postura de voluntariado, mas se as pessoas envolvidas encontram em sua participação um movimento recompensador tornam-se mais envolvidas. Promover o *empowerment* é uma maneira de gerar a participação ao mesmo tempo superar qualquer custo pessoal, pois ao trabalhar o *empowerment* individual ou comunitário é inerente a acesso a benefícios, tais como: adquirir novos conhecimentos, realizar novos contactos e estar envolvido em questões inovadoras, ao mesmo em que faz parte da melhoria da comunidade. Mesmo que esta melhoria represente um investimento de tempo e organização da dinâmica pessoal para realizar encontros e reuniões, uma tarefa com benefícios atraentes, estimulará adaptações para que seja realizada. A promoção do *empowerment* das comunidades envolve directamente o reforço do SC (Wandersman, 2001).

1.3.5. *Capital Social*

Este conceito está associado ao SC e tem ganho bastante visibilidade em outras disciplinas ligadas às ciências sociais. Segundo Putnam (2000), as comunidades apresentam, para além do capital físico e humano, o capital social. Assim a estrutura social contaria não apenas pelo espaço físico em que se encontra, como também pelas pessoas que a compõem e as relações que ali se estabelecem. As comunidades apresentam um capital social, incluindo um leque de organizações comunitárias e redes sociais que fazem parte do desenvolvimento das formas que as relações entre indivíduo e comunidade se estabelece. Ideias como identidade comunitária, participação e bem comum estão intrinsecamente relacionadas ao capital social e auxiliam na formação de redes de confiança que facilitam a cooperação entre redes de pessoas e instituições. “Enquanto que o capital físico se refere a objectos físicos e o capital humano se refere as qualidades dos indivíduos, o capital social refere-se às ligações entre indivíduos - às redes sociais e às normas de reciprocidade e confiança que emergem dessas relações” (Putnam, citado por Ornelas 2008, p. 67).

A complexidade das relações, das redes de informação e a percepção da estabilidade, podem ser elementos fundamentais para a apreciação do capital social de uma comunidade. Isto não se localiza directamente nos indivíduos, tampouco nas estruturas sociais, mas sim podemos observar e localizar o capital social no espaço entre as pessoas, pois surge das interacções quotidianas que são parte da dinâmica inerente a forma de viver da comunidade. Assim, diversos elementos devem ser levados em conta

para a análise da expressão do capital social, pois trata-se aqui de dimensões especiais que compõem a maneira de viver e se relacionar, até por isso, está tão implicado com o SC. De acordo com Onyx e Bullen (1997 e 2000) para aprofundar o entendimento acerca do tema é necessário ter atenção a dimensões como os índices de participação social, as relações das vizinhanças, os tipos de formulações sobre família e amizade, o sentimento de segurança e de confiança, a tolerância a diversidade e ainda, o valor atribuído a vida, sendo que todos os elementos mencionados devem ser analisados de acordo com a proatividade no contexto social (cit. por Ornelas, 2008). Apesar de poucas pesquisas na temática do capital social encontramos ligação estreita ao SC, na medida que os elementos que compõem a análise do capital social são elementos também relevantes para o acesso ao SC dos grupos.

Na perspectiva da Psicologia Comunitária há uma estreita relação entre a qualidade de vida dos indivíduos e da comunidade. Os elementos apresentados são parte fundamental para a compreensão sobre uma comunidade e o SC uma das maneiras de acessar os posicionamentos de seus componentes. Ao reflectirmos sobre o alcance que a análise de SC pode trazer para os trabalhos comunitários e as diversas aplicações e correlações que podem ser estabelecidas para aprofundar o entendimento de um grupo, optamos por avaliar este aspecto no nosso grupo de intervenção e investigação. Pois, para além de todos os aspectos mencionados e as possíveis investigações realizadas a partir das variáveis associadas ao SC, este também nos permite compreender algumas correlações sociais que permitem reflexões frutíferas para que a intervenção seja mais eficaz

Para tanto, optamos por utilizar o modelo apresentado por McMillan e Chavis (1986) e investigar a importância de cada um dos elementos que compõem o SC neste modelo. A partir daí, avaliar quais elementos mais presentes no grupo investigado, afim de reflectir as possibilidades, os melhores posicionamentos e propostas para trabalhos futuros nesta comunidade.

Nossa entrada no grupo investigado está ligada a sua auto identificação enquanto uma comunidade territorial, um assentamento localizado em determinada área. A partir desta localização procedemos a verificação a que nos propusemos, buscamos definir um grupo relacional dentro desta comunidade territorial identificada como Assentamento Gameleira.

1.4. O contributo de McMillan e Chavis

Sonn e Fisher (1996) aplicaram o modelo de McMillan e Chavis (1986) na investigação sobre SC dentro de um grupo político construído, no sentido de analisar a adaptação multi-cultural. Neste estudo encontramos um formato de perguntas abertas direccionadas a um grupo de 23 pessoas que foram classificadas como de “cor” na África do Sul e que se mudaram para Melbourne, Austrália. A análise dos dados revelou duas dimensões do SC neste grupo. A primeira refere-se directamente às construções vindas do ambiente externo, nomeadamente a maneira como as definições de grupo e membro estavam influenciadas pelas leis do apartheid, e a segunda reflecte as formas como os membros do grupo têm socialmente construído o conceito de comunidade. Em África do Sul o estatuto de “cor” era rejeitado pelo grupo que associava esta etiqueta aos estereótipos negativos que foram interiorizados por eles. No entanto, depois da mudança para Austrália, o estatuto de “cor” passou a transportar menos conotações negativas e reflectir um rótulo associado a identidade e a história partilhada, o que trazia elementos para a formação de um SC com base comunitária.

Como vimos, Sonn e Fisher (1996) apresentam mais uma aplicação do instrumento construído por McMillan e Chavis (1986). Este instrumento vem sendo utilizado com maior eficácia e conta com uma melhor estrutura teórica, pois de acordo com as correlações implicadas na investigação, nos permite compreender a forma de organização dos grupos estudados. Em uma revisão de literatura de diversos estudos acerca do tema, encontra-se uma ligação entre o SC positivo e a participação activa e envolvimento para resoluções de questões. Assim como, Pretty Anderswas e Collet (1994) apontam para o fortalecimento de redes sociais em comunidades com maior grau de envolvimento e SC mais apurado. Alguns testes empíricos (Chavis & Wandersman 1990) demonstraram que os componentes psicossociais e a influência que tal sentimento realiza sobre os indivíduos, nos permite estar de frente a aspectos catalizadores da participação e da transformação social. Ou seja, a participação e o SC aparecem como elementos sociais que se influenciam mutuamente. Para além da influência entre indivíduos, o SC é conceptualizado, por Chavis e Newbrough (1986), como algo que também recebe influência do ambiente. Logo, identificar ou explicar um SC individual pode ser um melhor caminho para compreender e examinar factores simultâneos do indivíduo e do ambiente social.

Em 2002, Obst et al., realizaram três aplicações consecutivas da teoria de McMillan e Chavis para comunidades geográficas e relacionais entre os fãs da ficção científica. Para tanto aplicaram uma vistoria de medição do SC em 359 membros da World Science Fiction Convention sediada em Melbourne, Austrália. Os autores descobriram que os membros mais antigos do grupo identificavam seu SC por meio da filiação formal ao grupo. No entanto, não houve grandes diferenças do SC encontrado entre as pessoas que participavam do grupo e mantinham um contacto cara a cara com aquelas que se encontravam em espaços virtuais na Internet. Neste sentido, os autores encontraram elementos significativos para a conclusão de que o contacto cara a cara não é fundamental para o desenvolvimento do SC. Nesta mesma investigação os autores reforçam a possibilidade de um quinto elemento na teoria de McMillan e Chavis, que seria a identificação consciente, ou seja a identificação e a sensibilização dos colegas membros da comunidade e dos filiados ao grupo. Os autores concluem com a ideia de que "talvez a tecnologia em vez de romper as comunidades, as próprias comunidades estão a evoluir no sentido de espírito e, em consonância com as tendências tecnológicas e de sociedade." (Obst, et al., 2002a).

Na segunda etapa, os autores trataram de buscar informações sobre o SC do grupo de fãs de ficção científica em relação a vizinhança geográfica. Os autores relatam um SC mais elevado dos entrevistados na relação com seu grupo relacional, em comparação aos bairros. Especificamente, os inquiridos tinham sentimentos de pertença mais forte relacionados aos laços, aos valores partilhados e da influência no seio dos fãs da comunidade de ficção científica do que em relação à sua comunidade local. Nesta aplicação os autores puderam constatar que para o SC nas comunidades relacionais a identificação consciente é um elemento importante para a construção deste sentimento, ao mesmo tempo em que é o elemento mais fraco quando considerada a comunidade geográfica. Pertencer é um aspecto importante para todos os tipos de comunidade, no entanto para aquelas que nós conscientemente escolhemos participar a identificação é o elemento fundamental para que haja um forte SC, enquanto que a influência aparece como um elemento mais relacionado ao SC geográfico.

No terceiro artigo os autores investigam o SC na vizinhança de residentes rurais, regionais e urbanos em Queensland, Austrália. Os resultados, mais uma vez, suportam a teoria dos quatros elementos para o SC propostos por McMillan e Chavis (1986) e também apontam para o quinto, identificação consciente. Em contraste com o segundo

artigo, nesta investigação a identificação consciente foi relacionada como o elemento mais forte para a constituição do SC. Ao mesmo tempo, os autores apontam como sendo importantes investigações futuras sobre esta relação com a identificação consciente.

Bishop et al, (1997), sugerem o alargamento da questão e propõem que ao invés de apenas conceptualizar o SC nas experiências diversas para além das filiações locais, seria útil reexaminar as origens do próprio conceito de SC. As várias definições de SC, que foram apresentadas, estão directamente co-relacionadas com o conceito apresentado na obra original de Sarason (1974). O SC tem sido descrito como algo que se baseia sobre um fundo sensível de pertença a uma colectividade (Newbrough & Chavis, 1986), ou o resultado desejável pelas correntes comuns. Sua ausência tem sido associada ao isolamento e disfunção social (Glynn, 1981). No seu núcleo, esta construção é definida em termos da sua função ao invés de uma referência particular (Bishop et al. 1997).

Apesar da popularidade do Índice de Sentimento de Comunidade (SCI), Chaves e Pretty (1999) apontam a situação de que as equipas de pesquisa sobre o tema continuam trabalhando para criarem um questionário capaz de englobar características peculiares de contextos culturais e históricos das pessoas envolvidas, a partir de sua própria óptica e conceitualização. Os autores reflectem a importância de investigar sobre a história local de uma comunidade para compreender a maneira como o SC é ali manifestado. Alguns pesquisadores não demonstram segurança no uso do SCI para medir o SC em todos os tipos de comunidades. Chaves e Pretty (1999) referem que pesquisadores continuam a trabalhar para descortinar a complexa relação entre a vizinhança de base e o SC, mesmo que as comunidades relacionais sejam mais importantes que as comunidades territoriais. Em 1999, Chiuper e Pretty fazem uma revisão do SCI, testando a teoria de MacMillan e Chavis, bem como ao instrumento desenvolvido a partir daí. Os autores buscam desenvolver uma estrutura confiável e um sistema de medidas que possam ser utilizadas por todos os pesquisadores que estudam o tema. Em suas pesquisas Chiuper e Pretty (1999) aplicaram o SCI em 4 grupos diferenciados para averiguar a adequação às situações. Os resultados apontaram para a existência das quatro dimensões identificadas por McMillan e Chavis (1986), embora os resultados não tivessem sido consistentes para todos os conjuntos de dados pesquisados. Por esta razão, eles apelam a um maior desenvolvimento do índice que representa adequadamente a teoria de McMillan e Chavis (Chiuper & Pretty, 1999). Sugerem que

os itens individuais em escala possam ter necessidade de ser reavaliado, e que os pontos de fora das tabelas devam ser integradas com a SIC.

Ao analisar a noção concreta acerca da comunidade enquanto espaço físico e territorial acaba-se por abdicar de uma noção mais funcional do que vem a ser comunidade, o que nos leva a questões essenciais sobre a natureza dos grupos comunitários, tais como: Quais são os elementos básicos de uma comunidade grupo, em oposição a um grupo que não funciona como uma comunidade? Quais são as condições necessárias ao desenvolvimento dos laços da comunidade? O SC é apenas uma experiência individual ou é parte do tecido de relações humanas? Como é que certas pessoas ou grupos podem vir a ter um senso de comunidade, enquanto outros não? Quais são os impactos da presença de um SC sobre o bem-estar dos indivíduos e de todo o contexto? (Bishop et al., 1997).

Uma crítica bastante dura recebida pelo formato em que o modelo McMillan e Chavis é apresentado e aplicado refere-se directamente a maneira como a ciência constrói sua relação com o investigado e como utiliza os conceitos. Rapley e Pretty (1999), escrevem um artigo em que falam da discrepância entre a ideologia da disciplina e seus compromissos epistemológicos. Para ilustrar uma aparente contradição os autores avaliam a investigação realizada por Pretty, Conroy, Dugay, Fowler e Williams (1996), com um grupo de adolescentes em que o foco foi o SC. O estudo indica que a construção académica do conceito de SC, tal como é operacionalizado no SCI, não representava a experiência e compreensão da comunidade por parte dos adolescentes; parte do problema identificado foi que o termo SC e vários itens do SCI não eram representativos das categorias em uso pelas pessoas entrevistadas, ou seja, pelo grupo estudado (Pretty et al., 1996). Desta maneira, o SCI foi avaliado pelos participantes não como uma aplicação participativa e idónea de suas realidades mas, pelo contrário, algo que representava o discurso académico com o qual não estavam familiarizados (Pretty & Rapley, 1996). A discussão proposta é a incompatibilidade deste sentimento de distanciamento das categorias dos participantes e a natureza retórica de *empowerment* proposta pela psicologia comunitária como um todo. Paradoxos como este acabam por dilacerar o corpo de conhecimento da psicologia comunitária. Neste artigo, os autores tem como proposta emitir um aviso sonoro referente a urgência de maior rigor acerca dos conceitos e aplicações que ilustram directamente a agenda política e filosófica da psicologia comunitária. Uma das saídas apontadas é a revisão das metodologias

tradicionais e a utilização de abordagens mais ligadas activamente ao que se deseja desvendar sobre as comunidades (Rapley e Pretty, 1999).

Dunham (1986), escreve um artigo que é uma crítica aos trabalhos realizados por McMillan e Chavis (1986) e Chavis et al. (1986). O autor diz que nestes trabalhos encontramos mais uma medida de coesão de grupo que conduz a instituição comunidade a ideais utópicos. Para o autor a falha em definir comunidade levaria a uma aceitação não-crítica de uma visão utópica de comunidade, que para ser implementada necessitaria de uma estrutura totalitária de governo, o que colocaria em risco a democracia. Para este autor a comunidade apenas pode ser verdadeiramente observada por métodos de natureza qualitativa, por meio de reflexão histórica e inter-cultural. Esta abordagem é fundamental para a compreensão do SC. (Dunham, 1986).

Sonn, Bishop e Drew (1999) destacam que é importante reconhecer que o SCI permite uma mudança de referências dependendo do contexto da investigação. Apesar disso, mesmo com a possibilidade de alterar a questão referente ao local onde o estudo acontece os itens não mudam. Para os autores esta parece uma boa prática pois supostamente possibilita a contextualização dos itens aplicados. No entanto, a cada contexto encontramos maneiras diferentes de como as pessoas dão significado as suas comunidades. Tomando por base o SCI, partimos do pressuposto de que a soma das partes indica o SC global de um grupo, ou assume-se que o SC “pode ser entendido simplesmente somado-se as tendências dos seus membros” (Mankowski & Rappaport, citado por Sonn et. al. 1999). Este processo tem sido referido como um “falácia ecológica”. Argumenta-se que o todo é maior que a soma das partes; ou seja, para compreender a comunidade é preciso compreender o que significa ser parte de um contexto particular. Isto é, temos de ir além dos componentes da comunidade e explorar os entendimentos partilhados pelos membros do grupo sobre suas comunidades e os processos que levam à comunidade e promover a formação da mesma.

A história e a importância da partilha de experiências foram ilustradas por Sonn (1996), que investigou o SC em uma comunidade imigrante entre um grupo para a Austrália. O autor mostrou que a história, experiências e símbolos que um grupo partilha, fornece as bases para a recuperação e reconstrução cultural, que fornece as bases para o desenvolvimento de SC. Por isso, precisamos permitir que o SC seja uma construção de tipo aberto, para que ambos possam informar o contexto histórico, sua forma e função. Payne (1996) delineou uma abordagem em que se baseia no

contextualismo. O foco desta abordagem está na compreensão dos significados dentro de um contexto, ou seja, como é que as pessoas percebem seus ambientes e como podem informar a compreensão da comunidade. Payne argumentou que ao proceder a contextualização das investigações, elas nos fornecem as ferramentas para orientar a investigação de eventos e processos psicológicos que ocorrem nas comunidades. Esta abordagem é consistente com as direções oferecidas pelos pesquisadores que têm promovido uma abordagem holística dos modos de como utilizar o inquérito. Por exemplo, Rappaport (1993, 1995) destacou o potencial da narrativa como uma abordagem de compreensão e de dar voz. Narrativas, segundo ele, são histórias que não são exclusivas para os indivíduos, mas comum entre um grupo de pessoas. Um grupo de pessoas com uma narrativa compartilhada pode ser visto como uma comunidade. (cit. por Sonn et. al. 1999).

O SC poderia estar relacionado aos aspectos cognitivos, ao comportamento, a um estado afectivo individual, a uma condição ambiental ou ainda, a uma dimensão espiritual (Chipper e Pretty, 1999), mas ainda apresenta uma falta de consenso. Em meio a tantos debates, a teoria que fundamenta o instrumento de avaliação do SC desenvolvido por McMillan e Chavis vem a ser o mais utilizado e com fiabilidade mais comprovada.

1.4.1 – McMillan e Chavis - as quatro dimensões do SC

Em 1986, a teoria de McMillan e Chavis aparece como uma das teorias mais elaboradas acerca do SC que se tornou a mais considerada e utilizada no âmbito da psicologia comunitária. Estes autores apresentam a definição do conceito em questão da seguinte maneira: “Um sentimento que os membros de uma comunidade têm, de pertença a uma comunidade, um sentimento que os membros se preocupam uns com os outros e que o grupo está preocupado com eles, e uma fé partilhada que as necessidades dos membros irão ser satisfeitas através do compromisso de se manterem juntos” (McMillan & Chavis, 1986, p. 6). Os autores compreendem o SC como algo complexo e propõem uma composição de quatro elementos ou dimensões, são estas: estatuto de membro, influência, integração e satisfação das necessidades e a ligação emocional partilhada. Tais dimensões devem ser entendidas e estudadas de maneira e serem situadas como mutuamente interligadas.

Em 1996, em comemoração ao décimo aniversário do artigo de McMillan e Chavis, McMillan deu novos nomes às quatro dimensões (*Spirit, Trust, Trade e Art*) que interligadas formariam a maneira que encontraram de mensurar o SC. Nesta actualização dos termos, o autor sugere o alargar do que ele tinha escrito em 1986 com Chavis. No que diz respeito à adesão a uma comunidade deu maior ênfase ao "espírito" da comunidade decorrente da "faísca da amizade" (McMillan, 1996, p. 315).

McMillan redefine o conceito de SC em: “um espírito de pertencimento, um sentimento de que existe uma estrutura de autoridade em que se pode confiar, uma consciência de que as trocas comerciais e o beneficiamento mútuo provém de se estar em grupo e um espírito comum que vem de experiências partilhadas, que são preservadas como arte”⁵ (McMillan, 1996, p. 316).

Assim, as quatro dimensões estão definidas da seguinte maneira:

Estatuto de Membro/Espírito (Spirit)

O Estatuto de Membro/Espírito (*Spirit*), consiste no sentimento de pertença. Representa o que cada indivíduo investe de si próprio para se tornar e se manter membro de uma comunidade. Ao investir os recursos pessoais (emocionais, sociais e até mesmo materiais) o indivíduo tem o direito de pertencer. O estatuto de membro ou espírito é composto pelos atributos de limites (língua, rituais, formas de vestir, ou seja, os parâmetros que indicam como os indivíduos devem se comportar dentro dos limites definidos do grupo); segurança emocional (a estimulação das ligações afectivas); sentimento de pertença e identificação (realidade social partilhada e construída pela comunidade); investimento pessoal (“material” ou “não material) e o sistema de partilha de símbolos (a relação do indivíduo com os símbolos que representam linguagens especiais de sua própria comunidade).

Então, o estatuto de membro é uma “expectativa de pertencer” ou ainda, de acordo com a revisão dos termos, uma “fé de pertencer”, onde há um espírito de comunidade que permeia as relações e possibilita que a centelha da auto-percepção enquanto membro esteja activada. Neste sentido, assim como o indivíduo tem a responsabilidade de pertencer, acreditar e investir em seu estatuto de membro, também a comunidade tem a responsabilidade de aceitar o indivíduo como tal.

⁵ Tradução livre.

Ao renomear a dimensão para Espírito, McMillan (1996) colocou ênfase na amizade. Esta percepção compreende o ambiente comunitário como proporcionador de um espaço seguro para “contar a verdade”, que é um ponto vital para o fortalecimento do SC. As fronteiras seguem como importantes parâmetros de distinção, no entanto a ênfase na amizade torna-se o cerne do SC. Essa ênfase tem como princípio a “fé” que vem de cada membro e é norteadora das relações. Ou seja, as pessoas unem-se àqueles que acreditam trazer-lhes elementos positivos numa relação. A partir daí, a aceitação reflecte a resposta da comunidade à fé. Assim, da mesma maneira que um membro passa a aceitar-se e acreditar-se como membro, a comunidade também apresenta certa responsabilidade em aceita-lo como membro.

Nesta releitura o estatuto de membro é abarcado a partir da experiência individual no espírito de comunidade, onde cada um experimenta sua inclusão por meio de uma maior ou menor fé de que a comunidade irá “satisfaze-lo”.

Influência/Confiança (Trust)

A Influência/Confiança (Trust) está ligada ao processo de mobilização para estar em comunidade, no sentido de um indivíduo ser atraído por um grupo em que sinta que exerce certa influência, ao mesmo tempo em que o grupo exerce influência sobre seus membros para manter-se coeso. No quesito de influência há duas forças aparentemente contraditórias, no entanto, é o perfil bidirecional da comunidade se manifestando. Para que isto aconteça, os autores desmembraram a influência em quatro características:

- Os membros sentem-se mais atraídos por grupos onde encontram espaço para influenciarem;
- A influência da comunidade sob seus membros está directamente relacionada com o SC de seus membros;
- Para um comum acordo de convivência, existe uma certa pressão para a uniformidade dos membros componentes da comunidade;
- A força bidirecional de influência entre indivíduo e comunidade são concorrentes naturais.

Em 1996, McMillan salientou que para haver influência era necessário o desenvolvimento da confiança. Para o fortalecimento da confiança, os recursos da comunidade precisavam ser utilizados e passavam pela disponibilização das estruturas de poder da comunidade, para isto o colectivo necessitava ser capaz de solucionar e

superar os problemas inerentes a distribuição do poder. De acordo com o autor, depois de estabelecida uma ordem de funcionamento da comunidade, autoridade baseada em princípios e valores que permitiam aos seus membros e às autoridades influenciarem-se de modo recíproco, encontraríamos um cenário onde a comunidade possuiria confiança. A partir daí a comunidade encontra um espírito vivo e uma estrutura de autoridade que pode ser a confiança que então evolui para a justiça entre os membros e o colectivo. É quando os membros descobrem maneiras mais benéficas de estarem em grupo que a estrutura de autoridade pode ser a confiança, então começa-se a desenvolver uma maior interacção, que sacia as necessidades primárias e não só, o que nos leva a próxima dimensão do SC.

Integração e satisfação das necessidades/Trocas (Trade)

A dimensão de Integração e satisfação das necessidades/trocas (*Trade*) está ligada não apenas à satisfação das necessidades de sobrevivência, mas abrange os elementos desejados e valorizados nas diversas circunstâncias que a vida em comunidade propõe aos seus membros. Não ignorando os limites das necessidades individuais e colectivas, mas enfatizando que o grupo permite a satisfação de ambos os tipos de necessidades. Para o percurso até a satisfação das necessidades observa-se que este processo permite que o indivíduo experimente seu próprio relacionamento com o processo colectivo. Exactamente onde os interesses pessoais e colectivos se encontram é que começa o SC.

Os autores mencionam que o SC será mais forte quando se encontrarem formas de integrar as necessidades e os recursos dos membros num processo contínuo de regateio, pois a comunidade precisa recompensar seus membros. Neste processo constante de regateio entre diferentes características dos membros e recursos é que as trocas acontecem. Uma vez as diferenças encontradas, e as necessidades e recursos descobertos, a troca pode ser negociada e até mesmo, dar origem a sistemas de economias comunitárias baseadas na partilha. Quando as comunidades chegam ao ponto de partilhar as diferenças, o processo de troca passa a fazer parte da economia social. Então, os indivíduos podem desenvolver suas actividades e relações em ambiente considerado seguro, sem perda de energia em suas trocas, pois é importante que as trocas sejam justas para a continuidade da comunidade.

Neste sentido, uma das inúmeras recompensas, relacionadas à integração e a satisfação das necessidades, destaca-se a protecção mediante aos danos morais, como a vergonha. O ambiente que proporciona a identificação como pertencente, a confiança em pertencer e a integração segura para as trocas, observa-se a formação de laços e relações onde as conexões permitem a partilha de experiências mais íntimas e a integração permite a minimização de danos e satisfação das necessidades.

Conexões emocionais partilhadas/Arte (Art)

Identificamos as Conexões emocionais partilhadas/Arte (Art) ao observarmos os investimentos que os indivíduos fazem na comunidade. A partir desta afirmação podemos observar a frequência e a qualidade da interacção entre indivíduo e colectivo. As conexões partilhadas são caracterizadas pelo aumento da hipótese de contacto entre as pessoas, o aumento na qualidade da interacção, a possibilidade de se encerrar eventos e finalizar tarefas (uma vez que tarefas não resolvidas actuam como inibidoras da coesão do grupo), o aumento da importância dos eventos partilhados, o aumento dos investimentos feitos pela comunidade, os efeitos de honra e de humilhação dos membros da comunidade, e ainda, a ligação espiritual, nos mostram algum grau de espírito de comunidade.

Nesta última dimensão do SC definido por McMillan e Chavis (1986), a teoria é também designada por arte. O princípio básico da arte é a experiência e para que esta aconteça é necessário interacção entre os membros da comunidade. Por meio do contacto entre os indivíduos as músicas, histórias e todas as expressões simbólicas, elementos culturais que representam a parte transcendental e eterna da comunidade, ganham corpo em forma de valores que compõem o espírito da comunidade. A arte, portanto, é uma maneira de apoio para que o espírito de comunidade possa ser assegurado e os quatro elementos do SC se auto-reforcem em um círculo auto gerador. Ou seja, por meio da função básica do contacto entre os indivíduos encontramos a base para o desenvolvimento de relações de confiança onde as trocas podem ser realizadas sem prejuízo para os envolvidos, possibilita até mesmo, o surgimento de expressões artísticas, o que explicita o desenvolvimento de estratégias e posturas que fortalecem o SC.

Para exemplificar a maneira como as quatro dimensões podem interagir para formar o SC, McMillan & Chavis (1986) propõe o exemplo prático onde encontramos a constituição do SC por meio da formação de uma equipa desportiva. A situação seria a

seguinte: alguém coloca um anúncio no quadro de avisos para uma lista de discussão sobre a formação de uma equipa de basquete interna do dormitório, as pessoas aparecem para assistir à reunião da organização como estranhos, a responder algo para fora das suas necessidades individuais (integração e satisfação das necessidades). A equipa está vinculada ao local de residência (filiação e limites são definidos), gastam tempo juntos, na prática, (o contacto hipótese). Eles jogam um jogo e vencem (sucesso compartilhado valente evento). Enquanto jogam, os membros investem energia em vencer, em nome da equipa (investimento pessoal no grupo). Como a equipa continua a ganhar, membros da equipa são reconhecidos e felicitados (honra e ganho de status por serem membros). Alguém sugere que eles comprem camisas e sapatos a condizer (símbolos comuns) e assim o fizeram (influência). Este exemplo demonstra como a construção da identificação como membros, pertencentes a uma comunidade, passa por distintos aspectos e, nesta situação, explicitando a conjunção e interação entre os quatro elementos do SC, tal como concebidos por McMillan e Chavis (1986).

Seja em busca de “aconchego” no mundo veloz e com pouca pessoalidade, ou no reconhecimento de laços emocionais que nos ligam a outros indivíduos, o SC é um amalgama social, algo que faz a ligação entre a maneira como a vida material se desenrola e as vivências emocionais inerentes a vida humana. Neste sentido o SC é algo tão importante para as comunidades, que diversos autores destacam este como elemento fundamental para a compreensão da comunidade em diversos tipos de trabalhos que pretendam ser levados a cabo.

Entre tanto, os debates acerca do SC continuam. Apesar do modelo de McMillan e Chavis (1986) ser o mais ajustado aos estudos do SC, diversas críticas são construídas no sentido de que as quatro dimensões que caracterizam a teoria por eles concebida pode ser insuficiente para responder a complexidade das estruturas sociais.

Sonn et al. (citado por Bess et al., 2002) questiona a divisão da comunidade em quatro dimensões que representariam um resultado final para o SC. Para o autor, ao dividir em subescalas seria possível perder a essência deste sentimento. De acordo com Hill (citado por Bess et al., 2002), a maior parte dos investigadores sobre este tema consideram que o SC está relacionado a aspectos mais amplos do contexto social que apenas as relações sociais e os comportamentos individuais capturados pelas dimensões por McMillan e Chavis (1986). Hill (cit. por Bess et al., 2002) salienta a importância do contexto para a formação e para a avaliação do SC. Assim, é possível observar o impacto

das relações positivas e negativas dentro de um mesmo grupo de pessoas, sabendo que cada contexto apresentará condições específicas para a maneira como o SC é construído e expresso.

Neste âmbito, o Índice desenvolvido por McMillan & Chavis (1986) representa o instrumento mais utilizado para avaliar o SC e inclusive, apontar os aspectos mais fortalecidos da comunidade e os pontos de maior fragilidade. Se o SC estiver presente de forma positiva é mais provável que as pessoas entrem verdadeiramente em processos de participação para a solução de problemas (Francescato e Ghirelli, 1988). Também, o SC está relacionado com a qualidade de vida, ao bem-estar individual e contribui para a maneira como esta qualidade é subjectivamente percebida. Isto encoraja o sentimento de identidade, actuando como facilitador das relações, o que de certa maneira, opõem-se ao anonimato e a solidão (Martini e Sequi, 1995).

1.5. *O Instrumento*

O instrumento desenvolvido por McMillan & Chavis (1986) é conhecido como *Sense of Community Index* (SCI), uma escala de medidas baseada nos quatro elementos que eles definiram como formadores de uma comunidade. Tanto a teorização como a escala foi elaborada partindo do princípio de que ao se reduzir ao máximo, chega-se a essência. Portanto, os autores criaram um desenho da estrutura que estaria presente nas comunidades de maneira geral, ou seja, buscaram uma forma de aceder às estruturas sociais que foram tomadas como universais. Esta escala foi desenvolvida para medir o SC de indivíduos adultos em uma comunidade de vizinhos (geográfica), no entanto foi demonstrado que se adapta efectivamente a medidas do SC em comunidades relacionais (em estudos com adolescentes, Chiuper e Pretty, 1999). Em nosso trabalho aplicamos o SCI em um grupo de pessoas que compõe uma vizinhança geográfica, partilham interesses, bem como compõem o grupo de interessados em participar do projecto para desenvolvimento sustentável de sua região.

CAPITULO 2

Metodologias de Investigação Participativa

Desde seus primórdios, a psicologia comunitária buscou clareza nos princípios que orientam sua construção teórico-prática. Para isso, os valores que regem o fazer comunitário estão ligados à clareza da relação entre os agentes externos (sejam eles psicólogos comunitários ou outros profissionais que trabalhem com a comunidade) e os agentes internos (pessoas da comunidade interessadas em participar no trabalho comunitário), no decorrer do trabalho comunitário, e também as condições dos actores sociais. Montero (2006), destaca que tais valores estão assentados sobre os princípios de: reflexão e diálogo, conhecimento, igualdade, consciência, poder e controle na comunidade, participação e compromisso, diversidade, respeito e reconhecimento do carácter criativo dos seres humanos, carácter activo e criador das pessoas, liberdade, transformação social, bem-estar, liberação.

Em vez de buscar o ideal da objectividade livre de valores, a epistemologia contextualista assume que o conhecimento ocorre no seio de uma relação e é produto da ligação social entre investigadores e participantes no estudo. Enfatiza-se assim o conhecimento através do estabelecimento de ligações, da procura de processos de colaboração mútua (Ornelas, 2008). A ideia de praxis muitas vezes denota algo desprovido de materialidade, ao em vez de ser entendida como algo que possui uma estreita relação com a produção de conhecimento, por meio das transformações vivenciadas no dia-a-dia. Na prática comunitária de intervenção e investigação se produz o método ao contactar com a essência dos sujeitos que implementam a comunidade e a natureza das relações ali estabelecidas. É nesta prática que se produz teoria e a teoria gera práticas. Encontramos instruções para a acção no campo da investigação que fazem referência a uma investigação pró-activa, onde ao mesmo tempo os profissionais participam de um trabalho de intervenção para a transformação e de uma investigação com e para bases científicas. Ao longo dos tempos, a investigação acção participativa vem gradualmente ganhando força no campo das ciências sociais como uma proposta de estratégia de envolvimento activo dos participantes no desenvolvimento e

implementação do processo de pesquisa, que procura seguir a investigação de questões socialmente relevantes.

Nas palavras de Montero (2006, p.30): “a praxis coisa não é outra coisa. Na psicologia comunitária essa praxis tem uma orientação ética e responde também a uma dimensão política, no sentido em que trabalha em acções que ocorrem em espaços públicos, através do exercício da cidadania”.⁶

Acerca da utilização de métodos para a investigação há que avaliar até que ponto se aplica um método em busca de conhecimento ou porque, como investigadores, necessitamos de segurança, validade e legitimidade. Todo método apresenta suas limitações, que por outro lado são as limitações que possibilitam acesso a determinados conhecimentos. O método apresenta-se como um paradoxo, especialmente quando analisamos que a investigação em si não é um cenário de aplicação de um método em particular e sim de determinados métodos, aplicados porque investigamos os problemas concretos em busca do modo adequado de actuar. Afinal, se o foco estiver no método ao invés de centrarmos na situação investigada, os procedimentos se convertem no fim e nos esquecemos que estes são apenas os meios para se chegar a conhecimentos mais amplos, no caso, acerca das comunidades.

Em uma visão ampliada autores como James Kelly (1986, 1990), Jullian Rappaport (1995, 2005) propõem uma abordagem em que as investigações têm como referenciais as esferas sociais mais alargadas, onde estariam envolvidos os indivíduos ou grupos e os microssistemas em que estão inseridos, bem como o conjunto de condições físicas, sociais, ambientais, geográficas, políticas, económicas e culturais, que compõem o macrosistema social. Tudo isso para ampliar a interacção entre os indivíduos que fazem parte das investigações, e são parte de comunidades na vida real, e a maneira em que a investigação é realizada. Deste modo, autores como Wandersman, Kloos, Linney e Shinn (citado por Ornelas, 2008) explicam a ciência comunitária como um espaço interdisciplinar que procura desenvolver modelos de investigação centrados na comunidade. Ao focar o trabalho no que é necessário investigar ou no que será de maior utilidade à comunidade, é possível que os resultados estejam mais adequados a serem utilizados de formas mais eficazes para a dinâmica comunitárias.

⁶ Tradução livre.

Brown e Tandon (citado por Balcazar et al., 2004), escrevem que um método participativo é a combinação entre investigação social, educação e acção social para a definição e a localização de problemas sociais, particularmente entre grupos oprimidos e menos favorecidos. Acaba por ser uma pesquisa com cunho ideológico, ao representar um conjunto de crenças em relação ao papel das investigações nas ciências sociais daquele que as aplica, no sentido de atenuar as injustiças sociais e promover o envolvimento da comunidade e seus esforços para a transformação social. Ao mesmo tempo que é uma estratégia de acção de como conduzir a pesquisa, pois a *Participatory Action Research* (PAR) oferece um guia específico de planeamento e implementação de projectos de investigação, Tandon (cit. por, Balcazar et al., 2004). As abordagens envolvendo investigações participativas surgem da necessidade das populações oprimidas realizarem o *empowerment* por meio de sua participação activa como parceiros das investigações. Em alguns casos, pessoas da população chegam a ser informadores chave sobre diversos aspectos do processo de pesquisa, assim gerando sensibilização sociopolítica e mobilização para efeito de larga e sistémica transformação.

As acções participativas com intuito de investigação propiciam uma estrutura em que pessoas aparentemente com poucas capacidades podem desenvolver um papel activo na concepção dos programas, bem como na condução da pesquisa, e assim, ter esta atitude de força e capacidade de controle de suas próprias vidas (Balcazar, Keys, Kaplan, & Suarez-Balcazar, cit por. Balcazar et al., 2004). Pois, de acordo com Block-Lourie, Balcazar e Keys (2001), e ainda Charlton (1998), grande parte dos indivíduos considerados com poucas capacidades passaram por imensa opressão, seja por estigmatização social, discriminação ou a perda dos recursos políticos e económicos (cit por. Balcazar et al., 2004).

Na Psicologia Comunitária o carácter participativo é evidente no campo metodológico. Nenhuma investigação ou intervenção comunitária se pode fazer sem um contacto directo e estável entre profissionais externos e membros da comunidade (Montero, 2006). É justamente por meio desta relação entre profissionais e as pessoas interessadas de dentro da comunidade que dependerá o carácter participativo do projecto ou investigação que se pretenda levar a cabo. A “marca” comunitária se expressa por seu carácter dinâmico, flexível, participativo e dialógico, orientado pela transformação social e posto em prática por dois tipos de agentes catalisadores e facilitadores de mudanças: profissionais da psicologia que trabalham neste campo e pessoas interessadas ou grupos

organizados dentro das comunidades, comprometidos igualmente com a dita transformação. As pessoas envolvidas são participantes activos nos processos que incluem transformações tanto no espaço físico, no económico e nas relações sociais, como também repercute na consciência das pessoas sobre o que ocorre, por quê e para quê ocorre (Montero, 2006).

A investigação participativa conta com alguma inspiração nos trabalhos de Paulo Freire no que diz respeito a construir um processo educativo dialéctico e dialógico. Ressaltando que a criatividade mobilizada por este processo seria parte mobilizadora de recursos sociais que indicam o compromisso da comunidade. Neste sentido, a proposta da *Investigacion-Acción Participativa* (IAP) é algo novo, pois parte de uma concepção dinâmica da realidade, entendendo-a como uma construção do quotidiano do trabalho comunitário. Desta maneira, o investigador passa a ser um interventor, pois precisa conviver para compreender e adentrar a comunidade. Nas palavras de Girardi diz que a IAP é “uma investigação na qual o objecto é ao mesmo tempo o sujeito protagonista. É, em suma, uma auto-investigação”⁷(citado por Montero, 2006, p.32). O envolvimento do pesquisador com a comunidade é algo não apenas necessário para compreender o contexto e sua dinâmica, mas para adaptar-se a ele e descobrir junto aos indivíduos maneiras mais efectivas de transformar a realidade em questão.

Para Hall (1979b, 1981) uma pesquisa participativa deve combinar as actividades de pesquisa, educação e pesquisa. A combinação destas actividades vem expressando interesse generalizado e debates sobre pesquisa participativa ao longo dos anos. Diversos autores buscaram caracterizações para a natureza das pesquisas participativas. Para Maguire (citado por Hall, 1993) a pesquisa participativa é um caminho para pesquisadores e pessoas oprimidas unirem-se solidariamente para a realização de acções colectivas, a curto e longo prazo, com intuito de promover mudanças sociais mais radicais. Acções locais determinadas e controladas são as consequências planeadas de uma pesquisa. Para Rahman (cit. por Hall, 1993) a pesquisa participativa tem com objectivo imediato retornar para as pessoas envolvidas, de maneira legítima, os conhecimentos que produzidos a partir da verificação de seus próprios meios, tornando tais meios como vertentes científicas. Assim, o conhecimento produzido estaria directamente pronto para ser utilizado como um guia das próprias acções.

⁷ Tradução livre.

A pesquisa participativa possui uma ligação directa com os movimentos sociais, dos anos 90, quando muito se falou em alianças, coligações e trabalho conjunto como forma de constituir uma mudança autêntica para a voz do povo. Neste sentido a pesquisa participativa é o alinhamento mais próximo e natural da estrutura dos movimentos sociais. Onde se pode entender mais sobre as situações em que as pessoas estão juntas.

Ao longo de nossa pesquisa bibliográfica identificamos duas grandes linhas de investigação participativa. Uma directamente relacionada às investigações na Psicologia Comunitária desenvolvida na América Latina conhecida por IAP, e outra vertente ligada aos projectos e investigações na América do Norte, conhecida como PAR. Procuramos aqui delinear alguns conceitos que podem ser decisivos na diferenciação destas duas correntes, ou ainda podem as aproximar para a compreensão da investigação participativa.

2.1. Participatory Action Research (PAR)

A forma em que a PAR se processa actualmente está directamente relacionada com o contexto da investigação. Um factor decisivo no processo e na forma de desenvolvimento dos passos a serem dados é o nível de poder ou de controlo que os participantes da investigação têm no processo. Danley e Langer- Ellison (1999), sugeriram que os investigadores desta área pensassem em uma forma de assegurar que o processo de *empowerment* fosse contínuo, de forma a que investigadores e participantes da investigação pudessem transitar de baixos níveis de controle e força, até níveis elevados. Em realidade, os programas de pesquisa ou intervenção apresentam um espectro de participação e controle, onde podem variar entre baixo, médio e alto nível de poder e controle. No entanto, encontramos também algumas variações baseadas nestes critérios que podem influenciar na conceitualização e direcção do estudo a ser realizado. A primeira variação é apresentada por Whyte (1991), que define PAR como uma poderosa estratégia para envolver os participantes de um processo de investigação desde o primeiro passo do projecto até a recolha dos dados, conclusões finais e acções advindas daí. Esta perspectiva reflecte um envolvimento activo, tanto nas informações como nas ideias, com o propósito de adquirir uma eficácia em alguma operação em particular ou desenvolver novas possibilidades na intervenção ou investigação.

Uma outra conceitualização está associada a Selener (1997), que estabelece uma relação entre a metodologia de investigação como instrumento para a mudança social na luta contra a opressão social. Esta vertente é fortemente influenciada por Paulo Freire, Orlando Fals Borda e outros investigadores ligados ao desenvolvimento social. Aqui encontramos a PAR definida como um processo pelo qual os membros de um grupo ou comunidade oprimida identificam um problema, colectam e analisam informações referentes a questão, actuam no problema localizado com a intenção de encontrar soluções e promover uma transformação política e social. (Selener, citado por Balcazar e al., 2004). O autor ainda sugere que pensar, sentir e agir são caminhos para a construção do conhecimento. Uma terceira maneira de definir PAR é apresentada por Elden e Levin (1991), que definem como um caminho para aprender como explicar um contexto social específico por meio do trabalho com as pessoas que ali vivem. Portanto, a construção, o teste e o melhoramento das teorias sobre este grupo são realizadas com o próprio grupo, o que permite um maior controlo sobre as questões que se colocam.

Em todas as versões conceituais sobre a PAR os autores estão interessados em gerar teorias que auxiliem as pessoas a aprenderem como melhor controlar as situações que permeiam a vivência em comunidade através de um processo caracterizado como “aprender para o *empowerment* e a democratização”. Esta característica implica a premissa de que as pessoas das diversas comunidades ou grupos são capazes de compor um processo de investigação participativa. Portanto, a definição de PAR por si mesma sugere um foco no desenvolvimento do *empowerment* que é uma componente inovadora dos métodos de investigação e intervenção.

Apesar da subjectividade dos dados referentes às populações humanas, as teorias no contexto da PAR são construídas com base no conhecimento acumulado durante a experiência de campo, onde pensar, sentir e agir são os três pilares que integram o processo de construção do conhecimento. Neste sentido, a co-participação é fundamental não apenas para a promoção do *empowerment* das pessoas envolvidas, mas também para um contexto em que o aprendizado acontece de ambos os lados (*insiders* e *outsiders*) em uma co-criação de conhecimentos onde a teoria informa a prática e a prática informa a teoria.

A maneira de se aproximar da população investigada sugerido pela PAR ganha cada vez mais espaço no campo da psicologia comunitária, pois os métodos apresentam razões ligadas directamente aos conceitos básicos deste campo científico. Tal como a

participação dos cidadãos é importante na psicologia comunitária, a PAR implementa esta participação como método de investigação que envolve directamente uma mudança social, que é o tema central na psicologia comunitária, e a PAR é uma estratégia para atingir esta mudança. Em geral a PAR oferece um método de pesquisa e acção que implementa os princípios básicos da psicologia comunitária, além de permitir aos psicólogos comunitários uma maneira de aumentar sua própria sensibilidade no trabalho de campo, bem como lidar com estratégias radicais que poderiam comprometer a acção em campo. Neste aspecto, a PAR é um veículo não apenas para a conscientização das pessoas da comunidade, envolvidas na pesquisa, mas também dos próprios investigadores que encontram ali espaço para se auto-avaliarem e assim, auxiliarem na re-construção do fluxo de poder e redistribuição do mesmo dentro da pesquisa ou da comunidade em questão.

Neste percurso pretende-se desenvolver a capacidade colaborativa e implementar um sistema de gestão por incentivos que compreenda e utilize as motivações individuais, que crie e promova incentivos a participação de todos e que reduza os custos inerentes para esta participação. Segundo Foster-Fishman et al. (2001), a investigação colaborativa deve promover as capacidades dos diversos participantes, providenciando formação em áreas temáticas e relacionais, desenvolvendo a partilha e a disseminação do conhecimento, recrutando novos membros com competências necessárias ao processo de investigação (citado por Ornelas, 2008).

No processo sugerido pela PAR, não existe um modelo de técnicas exactas a seguir, mas sim princípios gerais norteadores para a implementação da PAR. São apresentados por Balcazar et al. (2004) da seguinte maneira:

1. Considerar os participantes como actores sociais com voz activa, habilidade de decisão e capacidade de participar plenamente em um processo de pesquisa;
2. A transformação social da realidade dos participantes é uma meta final a ser atingida por meio do aumento do nível de controlo dos participantes sob aspectos importantes da comunidade ou organização;
3. O problema com origem na comunidade deve ser por ela mesma identificado, analisado e resolvido pelos participantes. O papel dos agentes externos será o de facilitar o diálogo entre os membros da comunidade para desenvolver um consenso sobre alguma questão relativa ao grupo;

4. Uma acção participativa requer uma condução de acções que melhor compreenda o contexto histórico e cultural em que a comunidade está inserida para então proceder uma análise mais autêntica. O entendimento da história e da cultura é apenas um passo para um diálogo autêntico com os membros da comunidade, que possibilita aos agentes externos um melhor entendimento acerca da natureza comunitária investigada;
5. É necessário construir uma aproximação com o grupo que tenha como base o diálogo e que assim, possa conduzir a uma sensibilização crítica por meio da reflexão do próprio contexto em que o grupo se encontra, com o vislumbre de que os indivíduos se tornem actores activos de suas realidades;
6. O reconhecimento das potencialidades das pessoas envolvidas também aumenta a percepção acerca dos próprios recursos e auxilia a os mobilizar por eles mesmos;
7. O processo de investigação promove mudanças pessoais nos envolvidos, tanto para o investigador, como para os participantes.

Os exemplos de investigações em que os princípios da PAR foram aplicados envolvem pessoas que ao longo do desenvolvimento da acção de campo puderam participar de forma activa no processo de pesquisa, de maneira a reconhecerem e reflectirem sobre as necessidades de sua comunidade, organização ou grupo, a ponto de direccionarem o desenvolvimento do processo de investigação para a geração de desfechos desejados. Ou seja, que pudessem auxiliar no desenvolvimento do grupo e de suas potencialidades. Desta maneira, o esforço da investigação acaba por se tornar um processo de transformação social, em que sujeitos que se posicionavam de maneira passiva se tornam pró-activos no cenário de sua comunidade e de suas vidas. Assim, o *empowerment* é realizado a medida que os passos da investigação acção são implementados.

Elden e Levin (citado por Balcazar et al., 2004) ressaltam que há três maneiras de *empowerment* das pessoas no processo da PAR: primeiro por meio do diálogo, o entendimento acerca da realidade torna possível o esclarecimento de novas possibilidades que os participantes descobrem ao criarem explicações sobre as condições sociais em que se encontram. Assim, as pessoas se percebem em seu contexto, vislumbram possíveis mudanças e reconhecem seu potencial. Em segundo lugar, no processo de atracção e diálogo na PAR há possibilidade das pessoas envolvidas

aprenderem a aprender e valorizar o próprio conhecimento. E ainda como terceiro ponto, o *empowerment* acontece quando os participantes aprendem como transformar sua realidade social, ou seja, o conhecimento e esclarecimento acerca do contexto e potenciais sociais acabam por ser as ferramentas da praxis social.

Esta forma de promover a investigação foi crucial para a realização de mudanças nas políticas e na estruturação de programas destinados a pessoas com diversos tipos de dificuldades, passando a ser elementos fundamentais o papel desempenhado pelos destinatários ou beneficiários destas iniciativas na estruturação, implementação e avaliação desses mesmos programas, promovendo-se assim a sua capacidade de exercício do poder e controlo sobre suas próprias vidas (Balcazar, Keys, Kaplan e Suarez-Balcazar, citado por Ornelas, 2008, p.324).

2.2. *Investigación-acción Participativa (IAP)*

Tal como apresentada por Montero (2006) a IAP parte de uma concepção dinâmica e dialéctica da realidade, entendendo-a como uma construção do dia-a-dia. Esta concepção se inscreve em uma construção mais complexa, a considerar que se deve partir da totalidade, da complexidade e do dinamismo, e entender que toda pessoa é produtora de conhecimento. Ao tomar por base o carácter participativo, parte-se da consideração de que tanto o investigador se aproxima do grupo para conhece-lo como também aqueles que o formam são produtores de conhecimento, ou seja, a produção de saber acontece em “via dupla”. (Montero, 2006, p. 150). Uma característica fundamental da IAP é o facto de não só procurar promover o *empowerment* dos indivíduos, mas procurar facilitar a melhoria da ordem social, do funcionamento organizacional ou mesmo a mudança política (Ornelas, 2008).

As ideias apresentadas nos trazem a reflexão de que por meio da IAP estamos diante de uma maneira distinta e politicamente engajada, no que diz respeito à investigação de grupos e comunidades. Na literatura acerca do tema encontramos sempre a expressão “horizontalidade” como ferramenta a ser utilizada nas relações para a produção de conhecimento advindo da IAP. Esta referência diz respeito ao “dar voz” às pessoas que compõem a comunidade como agentes detentores de conhecimento.

Um dos primeiros trabalho publicados que trouxe elementos e referências para a fundamentação da IAP foi publicado em 1959 e descreve o processo de investigação social e o estudo sobre a transformação das pessoas e do contexto envolvido em

determinada investigação. Esta investigação foi levada a cabo pelo sociólogo Orlando Fals Borda em uma comunidade campesina na Colômbia. O sociólogo descreve a tarefa de construção de uma escola na comunidade, bem como os múltiplos processos de organização e consolidação comunitários, nomeadamente o fortalecimento do grupo como tal e a formação de uma cooperativa agrícola. Este exemplo demonstra que a IAP tem uma orientação para a transformação social “bem como um carácter crítico, dialógico, reflexivo e político, que fortalece a sociedade civil e o carácter democrático”⁸ (Montero, 2006, p.160). Vale ressaltar que a IAP tem bases directamente ligadas ao contexto socio-político da América Latina, onde os debates e reflexões acerca da participação e transformação social têm perfil integrado ao cenário onde se debate, apresenta orientação não apenas transformadora, mas também caracteriza-se por um processo de produção de conhecimento que inclui a diversidade. Considerar a diversidade social e cultural é suposição básica para se levar a cabo uma investigação participativa.

A definição deste método está ligada à explosão de modelos qualitativos dos anos 80, bem como a urgência de legitimar e buscar rigor metodológico nas pesquisas qualitativas em crescimento, neste momento. No entanto a IAP não constitui um modelo de investigação a seguir, mas sim aponta traços importantes de serem conhecidos e considerados para um trabalho de investigação, bem como apresenta algumas características ou atributos sob os quais as técnicas devem reflectir, tais como: ser problematizadora; produzir novos conhecimentos por meio do intercâmbio; ser emancipadora; gerar relação dialógica e horizontal e ser parte de um processo que integra a investigação, a educação e a acção. Montero (2006) sugere uma série de exercícios problematizadores a serem incorporados nas noções que constroem a aproximação e a estrutura dos trabalhos de campo, bem como questões para reflectir sobre o uso do método.

De acordo com Ornelas (2008), uma IAP é simultaneamente uma ideologia e uma estratégia, enquanto ideologia implica na adopção de um conjunto de pressupostos em relação ao papel das ciências sociais no alívio de problemáticas ou em contrariar injustiças, promovendo o envolvimento das pessoas afectadas nos esforços de mudança social; enquanto estratégia, a IAP proporciona um conjunto de linhas orientadoras para o planeamento e implementação de projectos de investigação. Para isso, alguns passos,

⁸ Tradução livre.

processos, procedimentos e estratégias usuais na IAP que norteiam as acções em prol de uma investigação participativa, são listados por Montero (2006) da seguinte maneira:

- 1- Contacto entre agentes externos e agentes externos a comunidade: o contacto e a disponibilidade dos componentes que integram uma investigação, além do que é a partir deste primeiro passo que se estrutura uma investigação e a torna participativa;
- 2- Determinação do problema a ser investigado: diagnosticar, intervir, investigar são os passos para a elaboração de um posicionamento pró-activo que envolva a necessidade, prioridade ou abertura da comunidade;
- 3- Planeamento da Intervenção-investigação: para o planeamento é necessário ter delimitada uma área com a qual trabalhar, isso envolve a definição clara e objectiva dos problemas a serem enfrentados e os aspectos que serão o objecto de investigação. O planeamento deve ser detalhado e procurar mapear as dificuldades que possam ser encontradas, no entanto deve sempre deixar as acções prontas para o imprevisto que podem ocorrer durante as investigações comunitárias. É com base em um planeamento minucioso que podemos estar prontos para os imprevistos e revesti-los de validade e confiança. Alguns dos posicionamentos que permitem aos investigadores tal preparação são: ter cronograma, ter objectivos e metas na realização, realizar reuniões de orientação, capacitar agentes externos para a execução das actividades a serem realizadas, executar as tarefas predefinidas e algumas não definidas que requerem a correcção e o planeamento de novas tarefas com reuniões reflexivas;
- 4- Identificação das as necessidades e recursos: as necessidades de uma comunidade geralmente são expressas de maneira hierarquizada, da mais urgente para aquelas que são pano de fundo para o grupo. Este ponto levanta questões éticas acerca da maneira em que a intervenção é realizada, pois além de reconhecer e identificar as necessidades visíveis há que estar atento também a aquelas latentes, mas que são ignoradas, cujos efeitos acabam por ser considerados como parte natural da vida. Ao se tratar de recursos, há que estar clara a necessidade que vai além dos recursos materiais, que são tão ou mais essenciais: os recursos humanos e espirituais. Quando todos os recursos estão focados em identificar os recursos existentes e aqueles a se conseguir, pode-se, a partir de uma acção-reflexão, concentrar nas metas concretas e precisas;

- 5- Dialogar: o diálogo é importante para conhecer as pessoas e saber o que elas têm a dizer sobre sua própria comunidade, para isto deve-se convocar ou ter acesso ao maior número de pessoas possível. Há diversos métodos para realizar o diálogo com o grupo a ser investigado (dinâmicas de grupo, reuniões, avaliação participativa, entre outras) é importante manter-se em postura receptiva para que a forma mais eficaz de diálogo nos diferentes grupos possa ser encontrada;
- 6- Tomar decisões: para a tomada de decisão os interesses da comunidade devem estar junto com os aspectos técnicos, económicos, psicossociais, sociológicos, éticos e algum outro aspecto que se faça presente no momento do trabalho. A partir daí os agentes internos e externos no processo de investigação e intervenção decidiram se convém intervir ou não. Em cada situação, dentro de um trabalho já estabelecido, há um momento de reflexão e ponderação dos aspectos envolvidos e assim, a tomada de decisão;
- 7- Problematização, concientização, desideologização: estes são passos de carácter político em uma investigação acção e que ocorre durante todo o processo do trabalho comunitário. Por meio do diálogo, da acção e reflexão entre agentes externos e internos inicia-se um processo de concientização que supõe a problematização da realidade, nem sempre justa e positiva. A partir de então, inicia-se uma desnaturalização de hábitos de opressão e de ideologia alienante, para desideologizar, no sentido de romper com ideias hegemónicas que possam representar formas de opressão social explícita ou implícita. Assim, o *empowerment* pode acontecer durante o processo de reflexão que passa pelo exame das formas de opressão social, ou seja, pretende-se desenvolver uma maneira crítica de pensar o trabalho comunitário e a condição da comunidade;
- 8- Recuperação crítica da história da comunidade: este passo pode por si mesmo constituir uma investigação e tomar bastante tempo. Mas o intuito desta actividade dentro de um programa da IAP é esclarecer as origens e alguns potenciais historicamente suprimidos ou reforçados. Esta é uma actividade fundamental para alcançar objectivos ligados ao grupo investigado, pois pode representar apenas um exercício que apela à memória colectiva que reforça direitos, conhecimentos e recursos;
- 9- Avaliação e auto-avaliação: este é um processo contínuo durante o processo de investigação acção e deve acontecer ressaltando o carácter crítico e reflexivo da IAP. Nas palavras de Montero (2006), este é um processo que deve acontecer na

seguinte relação de acções: avaliação-reflexão-correcção-acção. Neste seguimento as acções e posicionamentos devem estar submetidos constantemente a reflexão para adequar as actividades previamente planeadas a outras que possam ser mais adequadas a realidade mutável da comunidade, para isso é essencial estar atento às transformações que acontecem nas relações de poder dentro da comunidade e seus líderes. Outro aspecto importante desta avaliação é saber se as actividades planeadas foram realizadas com sucesso e quais os resultados obtidos. Isto é importante tanto para os agentes internos como para os externos, pois auxilia na relação com o trabalho que é desenvolvido no sentido de gerar satisfação ao observar o andamento e os resultados alcançados;

10- Informação e discussão avaliativa do conhecimento produzido: este passo do trabalho proposto pela IAP contempla a informação e a avaliação final do trabalho realizado. Consiste em um relatório onde as informações detalhadas de todos aqueles que contribuíram com conhecimentos, esforços, trabalho pessoal, conselhos e observações para o andamento do trabalho estarão contemplados. Um dos intuitos é que esta informação esteja disponível para os participantes de maneira geral e para todo aquele que se interessar em saber o que foi realizado, de que maneira e quais os resultados.

Montero (2006), ainda apresenta um guia de acções norteadoras para as acções participativas que são algumas condições básicas, no conceito de participação desta autora e da linha teórico-metodológica da IAP. No entanto a autora ressalta que nem todos os processos que aparecem neste guia se dão necessariamente na prática comunitária, e que tampouco acontecem de acordo com a numeração que ela estabeleceu. Uma nota imprescindível é que o guia apresentado por Montero (2006) não é de nenhuma maneira um modelo rígido. A autora informa que este guia corresponde a uma sequência ideal, no sentido didáctico de elaboração de uma investigação acção participativa, e tem por base os muitos anos de investigação e estudos nesta área. Aqui vale ressaltar que as perguntas problematizadoras para reflectir sobre o método e sua aplicação são importantes para a linha de trabalho proposta pela IAP e devem estar presentes em todas as etapas.

Os passos e procedimentos aqui apresentados para a implementação de uma IAP são a base para o estabelecimento de um trabalho comunitário verdadeiramente participativo, pois segundo Monteiro (2006), há algumas intervenções que buscam ser

participativas mas no entanto trabalham com outros significado do que vem a ser participativo. Para esta autora, um trabalho participativo precisa necessariamente incorporar a participação desde o momento da selecção e definição do objecto problema da intervenção, nas decisões e na maneira em que é implementado, naturalmente também estará presente a participação nas acções realizadas para alcançar uma meta seja ela de intervenção ou investigação, e também se fará presente a faceta participativa na socialização do conhecimento produzido (Montero, 2000).

Como técnicas auxiliares à investigação, a autora propõe as anotações no diário de campo e o uso de documentos secundários. As notas de campo podem constituir um importante documento da investigação, uma vez que as notas curtas, referentes a informações importantes para o decorrer da investigação, são registos de interesse metodológico, vivencial e cultural (Montero, 2006). É por meio destas notas que alguns testemunhos podem ser registados e através deles o processo de transformação ou a transformação em si podem ser explicitadas. No entanto, é preciso um processo de maturação intelectual e analítica do relator (Jorba, citado por Montero, 2006) que precisará estar suficientemente integrado aos problemas da investigação para que as notas estejam relacionadas aos temas e problemas investigados, e às categorias teórico metodologias associadas.

Os documentos secundários, passíveis de serem utilizados, são aqueles de carácter público ou privado que, de maneira geral, contém informações que clarificam a situação ou o problema estudado. Dentre os documentos citamos os informes escritos, minutas de reuniões, cartas, registos fotográficos, vídeos, notícias da imprensa formal e publicações que possam estar em arquivo público. Na psicologia comunitária tais fontes de informações têm proporcionado dados de grande importância sobre a história, o desenvolvimento e os problemas das comunidades, sobre a organização e seu contexto físico e cultural. Assim, os documentos não apenas informam as condições e situação do contexto investigado, mas também servem como motivadores para aqueles que buscam aproximação e informação com a comunidade. Outra característica importante a referir sobre os documentos secundários é que podem originar informações inspiradoras para as acções durante a investigação participação, por meio de referências a acções realizadas no passado, ou até mesmo fotografias ou desenhos que salientam a reflexão sobre as potencialidades locais, pois favorecem a visualização de um quadro “antes e depois” ao longo dos anos. Este método também é referido na literatura com *photovoice*, mas que

não será aqui explorado por não se tratar directamente de um instrumento elaborado para nossa situação de pesquisa.

Diversos autores debatem sobre o pluralismo metodológico na investigação comunitária e afirmam que todas as formas de obtenção de conhecimento podem desempenhar um papel relevante, desde que verdadeiramente abordem os critérios de validade e qualidade. Da utilização de métodos qualitativos e quantitativos pode emergir uma estratégia de combinação de métodos para responder as questões da investigação. Barker e Pistrang (2005), advogam sobre a utilização de metodologias que combinem os dois métodos, enfatizam ainda que todos os métodos têm vantagens e desvantagens (citado por Ornelas, 2008).

Em suma, tanto a PAR como a IAP podem nos trazer benefícios instrumentais para a prática em campo de intervenções e/ ou investigações, oferecendo uma forma interactiva de nos aproximarmos, compreendermos e trabalharmos em conjunto com a comunidade estudada. Em uma artigo recente de um dos pioneiros nesta área do conhecimento, Hall (2001) além de propor a utilização do termo *Participatory Research* diz que “é importante ressaltar que a “invenção” da pesquisa participativa não é um crédito de investigadores, educadores ou mesmo de activistas comunitários, pois está mais intimamente relacionada ao contexto apresentado por agricultores, ou por mães, trabalhadores, pobres ou qualquer outro grupo que sintam-se oprimidos e tomam atitudes ao apreenderem sobre o cenário em que estão e realizam acções para sobreviverem e fazer frente àqueles que os oprime e obter maiores ganhos diante àqueles mais poderosos em nosso mundo”⁹ (Hall, 2001, pp.174)

2.3. Metodologia Utilizada

No momento da implantação do projecto que descrevemos neste trabalho, as reflexões sobre metodologia estavam em torno de formatos participativos ligados a educação, com base em conceitos construtivistas. No entanto, neste momento da investigação faz-nos sentido associar a metodologia utilizada com a IAP, como uma mais valia de informação que poderá ser compartilhada no retorno das informações à população. Para a organização e estruturação deste trabalho foi fundamental reflectir sobre as linhas teórico-metodológicas da PAR e a IAP. O arcabouço trazido por ambas as linhas de pensamento, forma de organizar o trajecto de investigação e forma de

ligação com o grupo possibilitou que importantes questões viessem à tona, bem como deu-nos base para reflectir sobre o trabalho que foi desenvolvido. Nosso estudo de caso está directamente relacionado com um programa de intervenção e tem como base estrutural a participação. A IAP traz elementos essenciais para a construção das relações e da aproximação com o grupo, elementos que relacionamos como uma mais valia no processo de estudo e investigação. Como resultado final está a intenção de levar os resultados alcançados para a comunidade, possibilitando acesso a informações que pode gerar reflexões sobre os melhores passos para a construção futura de outras relações de trabalho ou a continuidade de algumas já existentes.

Este trabalho de investigação está fundamentado na IAP, não apenas por estar baseado em um projecto de intervenção para a transformação, mas especialmente por se relacionar com o contexto socio-político da América do Sul, onde esta metodologia se desenvolveu, é implementada e a temática de transformação social está directamente relacionada com a consciencialização de grupos oprimidos em contextos bastante similares ao aqui investigado. Para que esta relação de colaboração e participação fosse alcançada realizamos o caminho metodológico sugerido pela IAP. Ou seja, ao princípio, foi estabelecido contacto entre os agentes externos e internos para que por meio do diálogo fosse possível diagnosticar, intervir e investigar. O diálogo foi sempre um instrumento de trabalho para a percepção do que as pessoas têm a dizer sobre sua comunidade e para que os agentes externos pudessem compreender e sugerir formas de trabalho conjunto. Problematizar, conscientizar e desideologizar nortearam a postura política para que os agentes internos e externos atingissem um diálogo de acção e reflexão, ponderando os aspectos envolvidos no processo de conscientização que supõe a problematização da realidade para a desnaturalização de hábitos histórico-culturais de opressão. Assim, a participação pôde ocorrer como o desenvolvimento de um processo, que por fim, gera o *empowerment* e tem como percurso a reflexão e a acção.

Outro aspecto que identifica o trabalho realizado com a abordagem da IAP foi o carácter politicamente engajado das relações. O diálogo sempre foi utilizado como chave de planeamento e método de acção, o que possibilitou que partindo da identificação dos problema pôde-se realizar um planeamento da intervenção que contou com a identificação das necessidades e dos recursos disponíveis. Então com o esclarecimento dos passos anteriores para se chegar ao ponto de acção é que houve tomada de decisões.

⁹ Tradução livre.

As decisões sempre foram tomadas mediante o esclarecimento de todos os agentes envolvidos, para que então os aspectos técnicos, económicos, psicossociais, sociológicos e éticos fossem ponderados por todos. Este processo de discussão, debate e esclarecimento auxiliou a realizar uma trajectória de análise crítica e recuperação da história da comunidade, pois o esclarecimento de alguns problemas referidos, nomeadamente a baixa participação, foram associados directamente às origens da constituição do grupo de famílias assentado. Quando famílias de distintas regiões do país e diferentes hábitos culturais e relacionais foram colocadas juntas como um grupo coeso e que deveria trabalhar de forma colectiva para benefícios comuns. Reflectir sobre esta trajectória e realizar auto-avaliação foi um processo contínuo durante a intervenção e investigação, acompanhando os posicionamentos e as transformações que aconteceram nas relações de poder dentro da comunidade e dos seus líderes.

Por fim, a última etapa proposta pela IAP contempla a informação e a avaliação final do trabalho realizado. Neste momento os agentes internos e externos trabalham para a organização das informações detalhadas e as observações relativas ao andamento do trabalho. Reunir, organizar e avaliar tais informações permitiu que o percurso do processo realizado e os resultados estivessem disponíveis para todos aqueles que pudessem se interessar pela intervenção acção participativa realizado no Assentamento Gameleira.

Este trabalho de investigação tem por base a descrição e análise de um programa de intervenção realizado em uma comunidade rural da região central do Brasil. O percurso deste trabalho, contou principalmente com a vivência no projecto referido, de 17 de Julho de 2004 até 7 de Julho de 2007. Nossa participação efectiva no projecto decorreu de Agosto de 2004 até Dezembro de 2005¹⁰. A participação no projecto continuou via acompanhamento indirecto do desenvolvimento das actividades previstas até o retorno a campo para conclusão dos trabalhos em 2007, quando passamos 3 meses e meio no Brasil para acompanhar o encerramento, na altura, em meio a um momento bastante turbulento para a população e para os profissionais que ali actuavam, como explicaremos mais adiante. Portanto, as descrições e resultados aqui apresentados contam com nossa intensa participação durante o período de implementação e desenvolvimento dos trabalhos de campo, junto a comunidade, como profissional

¹⁰ O trabalho enquanto profissional ligado à intervenção directa foi interrompido para realização de disciplinas do mestrado em Psicologia Comunitária no exterior, Portugal.

responsável pela “Oficina de Educação Ambiental Infantil” e logo depois como “Auxiliar de Coordenação”, quando e fomos convidados a compor este quadro do projecto.

Além disso, estudamos o material fornecido pela organização e coordenação do projecto, entre os quais relatórios dos debates com a comunidade e do desenvolvimento do plano de acção. Neste processo houve sempre o momento de partilha com a equipa como um todo, numa perspectiva de avaliação dos trabalhos e auto-avaliação da equipa e da intervenção, como também o convívio directo com a comunidade nos momentos pré e pós realização dos cursos, como por exemplo, durante a pausa para preparação e realização do almoço. Em alguns momentos, a supervisão dos trabalhos na cozinha ficaram a nosso cargo, pois o trabalho com as crianças era desenvolvido em espaço próximo à cozinha. Em todas as idas a campo éramos recebidos para pernoitar na casa de uma das famílias, em geral na casa de Sebastiana e Gerson, técnico rural que é assentado e também presta serviço ao assentamento, seu trabalho está ligado a Agência de Desenvolvimento Rural e Fundiário de Goiás, um instituto do governo estadual.

Construímos a relação com o grupo de famílias que se dispôs a participar do projecto; realizamos juntamente às famílias o levantamento dos interesses; promovemos a vinda de técnicos para cursos de capacitação que interessavam a comunidade; realizamos reuniões de avaliação e convivemos com as famílias durante todo o período do projecto. Esta convivência nos possibilitou uma visão interna da dinâmica das famílias entre si e em no contexto do assentamento. Ao mesmo tempo que reflexões acerca de como evoluíam os trabalhos eram realizadas sistematicamente dentre a equipe¹¹ para debater os encaminhamentos e avaliar a eficácia desde a óptica de *outsiders*. Portanto, nosso trabalho está efectivamente formulado na observação participante durante o período de construção, desenvolvimento e realização das actividades do projecto de desenvolvimento sustentável, registados sob a forma de notas de campo e relatórios de actividades.

Desta forma apresentaremos algumas informações advindas e confirmadas por relatórios de profissionais que estiveram envolvidos em um ou mais momentos com as actividades de campo, os relatórios eram realizados quinzenalmente conforme as saídas a campo, no entanto não pudemos ter acesso a todos os exemplares, por motivo de

¹¹ A equipe fixa foi formada por duas engenheiras agrônomas, uma antropóloga e duas educadoras ambientais, além de técnicos que eram contratados de acordo com o curso previsto no calendário.

organização administrativa. Alguns relatórios podem ser encontrados em anexos. Também trabalhamos com os registos e as descrições realizadas nas notas de campo. Essas notas e também as memórias dos trabalhos captadas durante o trabalho de campo, bem como nossa apreciação enquanto agente externo participativo estão aqui referidas, além de alguns registos fotográficos. As notas de campo serviram para esclarecer alguns detalhes, acontecimentos, situações e o caminho do programa como um todo. De acordo com as orientações teóricas há algumas maneiras distintas de realizar as notas de campo, bem como o que se deve registar. A opção foi registar a receptividade do grupo para as diversas actividades; alguns acontecimentos chaves no decorrer da mesma e o resultado prático. O registo fotográfico foi utilizado como forma de localizar os leitores e possibilitar maior interacção e compreensão da realidade aqui descrita. Portanto, sua utilização será para a apreciação da descrição do cenário onde desenvolvemos nosso trabalho.

Para além de nosso trabalho de intervenção na comunidade, a *posteriori*, ao término das actividades previstas no plano de execução do projecto, realizamos três idas a campo para a aplicação do SCI e realização de entrevistas semi-estruturadas em pessoas chaves do grupo foco deste trabalho. Desta forma, contamos aqui com a utilização de métodos quantitativos e qualitativos. Estava previsto no planeamento da investigação a gravação das entrevistas e realização de dois *focus group* para avaliar a qualidade e intensidade das relações. No entanto, alguns imprevistos impediram a gravação e até mesmo a realização dos mesmos. Os constructos teóricos já nos falam das dificuldades dos trabalhos de campo. Desde a década de oitenta, autores como Chavis, Stucky e Wandersman (citado por Ornelas, 2008) referiam a importância de estar atento para a possibilidade de existir alguma tensão entre investigadores e participantes no percurso de investigações no contexto comunitário. Em especial quando esta investigação tem por opção realizar um programa preventivo ou uma investigação acção em contextos socio-culturais, económicos e políticos instáveis e em construção.

Diversos autores e investigadores assinalam aspectos benéficos na combinação de métodos, pode ser bastante útil e positiva em uma perspectiva de realizar triangulações acerca de determinado aspecto da comunidade. Muitos textos tradicionais recomendam a utilização de métodos qualitativos para “tatear” o terreno onde se deseja investigar e logo, fechar a pesquisa com a aplicação de um método quantitativo mais

específico. Para qualquer situação, no entanto, é necessário averiguar a compatibilidade, complementaridade e validade dos métodos.

Para a localização e explicação do contexto em que a investigação acção participativa se desenvolveu buscamos fontes secundárias de informação, além dos relatórios do programa, pesquisamos a documentação histórica e a base de dados do governo sobre a população e a região. Assim, passamos a descrever o processo de desenvolvimento do programa de intervenção e investigação sob o qual esta dissertação está baseada.

CAPÍTULO 3

Trabalho em Campo

Os passos, procedimentos e estratégias aqui mencionados são fundamentais para construir ou desenvolver a própria capacidade colaborativa relacional dentro da intervenção e da investigação. Ornelas (2008), diz que para isso é importante construir interações intergrupais positivas, através também de oportunidades informais para a socialização dos vários membros, utilizando espaços de conversas informais para a construção do consenso e a redução de potenciais conflitos, procurando também celebrar os sucessos alcançados. A discussão aberta sobre divergências ou conflitos com todas as partes interessadas, bem como a criação de normas acerca da participação, do envolvimento dos membros e as normas de conduta para as reuniões são ponto-chave para a orientação das relações. São estas relações que irão informar e desempenhar papel fundamental no andamento do processo de interação com o grupo e o desenvolvimento da investigação e intervenção para a transformação. De algum modo, a qualidade das relações irá directamente influenciar a maneira e o tempo em que a participação e as transformações poderão ser observadas no grupo.

Portanto, a primeira etapa do nosso trabalho está associada ao processo de planeamento e desenvolvimento do projecto “Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para uma Comunidade Rural do Cerrado”. O projecto teve como objectivo promover o desenvolvimento sustentável da comunidade do Assentamento Gameleira, por meio de cursos de capacitação orientados para necessidades da comunidade em questão. O trabalho na comunidade possibilitou algum conhecimento sobre a dinâmica do grupo e despertou o interesse em investigar sobre o SC nas pessoas envolvidas no projecto mencionado. Ao reflectir sobre o desenvolvimento do trabalho que aqui descrevemos observamos que o desenvolvimento e implementação do processo de intervenção teve por base os princípios norteadores da Investigação acção participativa. Investigar acerca do SC no grupo em questão levantaria informações importantes para a continuidade de trabalhos participativos na comunidade.

3.1. Assentamento Gameleira

Assentamento Gameleira é o nome dado a uma localidade na região ocidental do estado de Goiás (Brasil central – ver Anexo I) em que algumas famílias foram “assentadas”¹² pelo programa de reforma agrária do Brasil. Aqui chamaremos o assentamento de PA Gameleira, por se tratar de um Programa de Assentamento (PA). O nome Gameleira faz referência ao principal rio (ver Foto 1, Anexo II) que banha a região e constitui um vale cultivável, onde está localizado o PA Gameleira.

3.1.1. Ocupação histórica e contexto socio-económico

Esta região é historicamente ocupada com actividades agrícolas. A origem do estabelecimento de aglomerados humanos na região data do período dos bandeirantes¹³, desde o século XVIII, quando se buscava veios de ouro, principalmente no Rio Paranã¹⁴. Uma breve pesquisa histórica indica que desde 1729 houve fluxo migratório para a região em busca de ouro em um suposto veio aurífero no rio Paranã. Em 1740, Domingos Alves Maciel fixou residência e foi considerado fundador da localidade. Com a decadência da actividade mineradora a população que ali se fixou se dedicou a actividade agrícola e pecuária. As primeiras famílias, vindas do Nordeste e outras zonas do Brasil, trouxeram consigo gado, escravos e logo adquiriram a posse da terra e formaram grandes latifúndios.

Flores de Goiás é um município, que engloba o assentamento em questão, está situado a nordeste do estado de Goiás. Em 2000, grande parte desta localidade foi considerada Região de Reserva da Biosfera de Goiás. Esta Reserva se caracteriza como uma das áreas de maior biodiversidade existentes no país, localizada ao longo do vale do rio Paranã. O PA Gameleira está geograficamente no vale da Serra do Meio, onde se encontram grandes número de cachoeiras, córregos e pequenos rios.

¹² As categorias de assentamento e assentados são termos técnicos utilizados pelo programa de reforma agrária que passaram a ser utilizados de maneira comum entre profissionais e pessoas envolvidas nesta realidade. Assentados são as pessoas que vivem no assentamento, que receberam o título de posse da terra, onde moram e desenvolvem suas actividades. E Assentamento é a localidade física onde está situada a parcela de terra referida no processo de reforma agrária.

¹³ Bandeirantes: grupos nomeados para realizarem incursões ao interior do Brasil com o fim de expandir o território e realizar buscas por jazidas de ouro e prata. Alguns grupos, ou bandos, actuavam também a captura de indígenas para a mão-de-obra escrava e para a eliminação de quilombos de escravos fugitivos. Algumas vilas foram fundadas por meio de tais incursões, ou seja, acabaram por promoverem fluxo migratórios e o estabelecimento de centros urbanos no interior do Brasil.

¹⁴ Importante rio da região que contribui para a formação do caudaloso corpo de rios importantes no cenário brasileiro. As nascentes do rio Paranã encontram-se em estado avançado de degradação devido a retirada da

O município de Flores de Goiás foi criado oficialmente em 1963 e conta actualmente com 7.519 habitantes (IBEGE, 2000), dos quais 5.291 habitantes estão em área rural, enquanto 2.228 habitantes estão em zonas urbanas. Os números populacionais mostram que 70% da população do município está em zonas rurais, muitos dedicam-se quase que exclusivamente a actividades agrícolas e pecuárias. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 95/96) o município conta com 111 propriedades com mais de 500 hectares . Com o Programa para Reforma Agrária 8 destes grandes imóveis rurais foram desapropriados, disponibilizando-se 41.248 hectares para a instalação de 1.200 famílias.

O PA Gameleira foi criado em 2000 com a desapropriação da Fazenda Caiçara. Nos 5000 hectares da fazenda foram assentadas 102 famílias vindas de diferentes zonas do país. Na grande maioria, as famílias eram provenientes dos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia. Devido aos elementos culturais variados das diversas regiões que foram reunidas em um mesmo assentamento, as características sócio culturais são bastante diferenciadas principalmente no que se refere à procedência, ao grau de instrução, aos conhecimentos técnicos, às percepções referentes ao ambiente, aos valores, aos comportamentos, às crenças religiosas, aos projectos e anseios de vida, aos interesses pessoais e especialmente ao compromisso com o desenvolvimento da comunidade. A Fazenda Caiçara antes de ser desapropriada era uma propriedade voltada para a pecuária extensiva, para esta actividade grande áreas da vegetação nativa foram desmatadas para a implantação de pastagem, comprometendo a composição florestal natural da região, de acordo com o relatório inicial do programa (ver AnexoIII), o que deixou grandes impactos ambientais às famílias que foram assentadas.

De acordo com as leis ambientais brasileiras as propriedades rurais são obrigadas a manter uma área de preservação da vegetação nativa, os proprietários podem realizar actividades diversas desde que promovam a manutenção da diversidade ecológica. Dado o histórico da área em que o PA Gameleira foi criado, a comunidade se comprometeu com o órgão responsável IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em reflorestar as Matas Galerias¹⁵ desmatadas pelo antigo proprietário das terras, em troca de poder explorar a madeira necessária para suas actividades. Além disso, a área de preservação que os assentados precisam manter por lei, será uma área colectiva destinada apenas à preservação da fauna e flora.

vegetação nativa para formação de pastagens, agricultura e loteamentos irregulares, como também devido a poluição por esgotos domésticos e venenos utilizados na agricultura.

¹⁵ Denominação da vegetação originária do entorno dos cursos de água.

Em Novembro de 2000, foi constituída a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Caiçara (APRAC) com o intuito de promover a organização social e o desenvolvimento sustentável do assentamento. A APRAC é representada por uma Directoria Executiva (Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º tesoureiros) e um Conselho Fiscal que se reúne mensalmente em uma Assembleia Geral. O grau de escolaridade das pessoas do PA Gameleira é baixo, a grande maioria dos(as) chefes de família não são alfabetizados e poucos(as) possuem os primeiros anos de escolaridade, realidade bastante comum em regiões rurais do Brasil. No entanto existe uma escola no assentamento que oferece os 4 primeiros anos de escolarização, as aulas são ministradas por professor que reside no local. Várias habitações na comunidade são provisórias (ver Foto 2, Anexo II) , são barracas de lona erguidas enquanto esperam o financiamento da habitação, para então construírem casas de alvenaria com cobertura de amianto (ver Foto 3, Anexo II). As casas estão sendo construídas na parcela de terra referente a cada família, em geral distantes umas das outras, com espaço suficiente para a formação de quintais (hortas, pomares, criação de pequenos animais). Apesar disso, esta não é uma característica tradicional do perfil das pessoas ali assentadas, a maioria das pessoas está ligada à tradição de produção pecuária e lavoura de grãos, tendo como base alimentar a mandioca, o arroz, o feijão, o milho e a carne.

Em relação aos aspectos económicos, existem diferenças quanto ao tamanho do património formado. Mesmo que as parcelas de terras sejam distribuídas em tamanhos iguais algumas pessoas vêm com alguns bens acumulados. Este acúmulo de bens ligados à actividade a ser ali realizada é diversificado, varia desde zero a médio-alto, sendo a divisão sexual do trabalho comum nas actividades rurais. Para além disso, há diferença quanto a disponibilidade da força de trabalho, da natureza e escala de produção, do nível de renda e autonomia financeira. As famílias chegaram ao assentamento levando consigo a estrutura que adquiriram previamente, mas vale ressaltar que o programa de reforma agrária procura incorporar famílias com carências, que estiveram, no passado, relacionadas a trabalhos ligados à terra e que estejam em situação de marginalização por não estarem no campo. Portanto, algumas famílias chegaram ao assentamento sem bens materiais, enquanto outras levaram aquilo que conquistaram e conseguiram manter. Ao longo de toda a extensão do assentamento apenas duas tendas para a venda de produtos industrializados estão disponíveis, estas apresentam carência de produtos e preços elevados devido a dificuldade de transporte, assim o consumo de bens industrializados é restrito. Para se chegar aos centros urbanos é necessária uma longa jornada em estrada

de terra, sendo que o abastecimento se realiza pela cidade de Goiásminas. Outras cidades próximas são Formoso (52 Km), Sítio D'Abadia (66 Km) e Arinos (170 Km). Neste cenário a vida do assentamento acaba por estar bastante relacionada com o próprio assentamento e as dinâmicas internas que se estabelecem. De 2000 a 2005 o assentamento não contava com rede de abastecimento de electricidade, sendo apenas em 2005 que as obras de instalação foram iniciadas. Por volta do mês de Setembro de 2005 os primeiros pontos de luz começaram a ser ligados no assentamento e as pessoas passaram a ter acesso a esta benfeitoria.

Para o abastecimento de água das casas e famílias foi construído um sistema de abastecimento improvisado por mangueiras e a água vem das cachoeiras localizadas na serra. Outra opção utilizada é a água dos pequenos rios e córregos que cortam o assentamento. O PA Gameleira é relativamente um assentamento recente, onde as benfeitorias estão sendo implementadas, mas ainda inacabadas. Há uma sede mais ou menos no centro da região, onde se situa a casa utilizada como escola e algumas outras construções. Esta sede representa um ponto de encontro para as reuniões mensais da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Caiçara (APRAC) ou para outros objectivos colectivos. É também aí a paragem principal da única circulação de transporte público que funciona na localidade. Esta sede central foi e é local dos encontros e reuniões com diversas organizações e instituições que actuam no assentamento.

Vale ressaltar que o PA Gameleira apresenta grande potencial turístico a ser explorado. A localização do PA entre a Serra do Meio (ver Foto 4, Anexo II) faz com que grande número de cachoeiras, córregos e pequenos rios aflorem e sejam atracção para o perfil do turismo de aventura ou turismo ecológico. Além disso, o relatório apresentado para a aprovação do programa de intervenção, aponta o potencial da região para a formação de corredores ecológicos envolvendo outros assentamentos da região. O relatório mencionado ressalta que daqui a algum tempo este trabalho, ou trabalhos com este perfil que englobem outras localidades podem vir a auxiliar a formação de um grande corredor de preservação e conservação da biodiversidade do cerrado, ao ligar os Parques Nacionais¹⁶ grande Sertão Veredas (em Minas Gerais) e Chapada dos Veadeiros

¹⁶ Um parque nacional é uma área de conservação, geralmente de propriedade estatal, que tem como objectivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de actividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contacto com a natureza e de turismo ecológico. No Brasil há parques estaduais e parques municipais criados dentro da mesma legislação. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natu-

(em Goiás). Ao observar este posicionamento estratégico do PA Gameleira e alguns outros assentamentos na região, diversas instituições e organizações têm desenvolvido trabalhos com o perfil de desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Algumas Organizações não-governamentais trabalham em outras localidades da região com o intuito de promover o desenvolvimento de formas sustentáveis e compatíveis com a conservação ambiental proposta pela presença de Parques Nacionais. Para além disso, o desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável de forma a valorizar as tradições culturais locais e as características naturais é uma proposta implementada em algumas zonas dessa região. O projecto PPP vem ser uma etapa de preparação e promoção desta realidade no PA Gameleira, que é uma localidade onde o assentamento humano é relativamente recente.

Uma característica positiva encontrada desde o início do trabalho foi uma população aparentemente aberta ao diálogo e ao desejo de desenvolvimento, seja no projecto realizado por nossa equipa, como diversas outras iniciativas. No decorrer dos trabalhos em campo encontramos dificuldades naturais e inerentes às relações humanas, mas em geral o grupo que se estabeleceu e levou em frente os trabalhos no assentamento mostrou-se disponível e com força de trabalho voltada para as propostas do projecto.

3.2. Programa de Pequenos Projectos – PPP

Em 2004 o Programa de Pequenos Projectos (PPP), Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório de Serviços de Projectos das Nações Unidas (UNOPS) aprovaram o Projecto “Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para uma Comunidade Rural do Cerrado”. O projecto teve como objectivo promover o desenvolvimento sustentável da Comunidade do PA Gameleira, por meio de cursos de capacitação. Os cursos tiveram como objectivos estimular a prática do associativismo, contribuir para o enriquecimento nutricional familiar e conscientizar os produtores rurais da região acerca de práticas conservacionistas, da preservação da natureza e do potencial turístico local. De acordo com as informações da ficha de inscrição para o edital “a agroecologia, a agrossilvicultura e o agroextrativismo serão os meios técnicos de produção sustentável utilizados no processo de Educação Ambiental da comunidade. Para uma melhor execução do projecto, assim como, para a contribuição do desenvolvimento sustentável

reza (SNUC) foi instituído, no Brasil, em 18 de julho de 2000, através da Lei Nº 9.985 e está se consoli-

local será trabalhado o associativismo e o cooperativismo da comunidade.”(ver Anexo III).

Para o planeamento e a elaboração do projecto, algumas entidades e instituições compuseram a rede de relação e promoveram boa parte do capital inicial e propulsor deste programa comunitário. Quem participou da discussão e da elaboração deste projecto foram a APRAC (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Caiçara), o Grupo de Trabalho de Reforma Agrária, vinculado ao Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (GTRA/DEX/UnB) e a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (Agência Rural). As reuniões deste grupo tinham como objectivo traçar linhas específicas de acções para a justificativa da implementação do programa junto ao órgão financiador. O Projecto de Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para uma Comunidade Rural do Cerrado se enquadrou no edital do PPP, pois previa a implantação de uma unidade demonstrativa de agrossilvicultura, mantidas pelas actividades de um viveiro florestal e hortas orgânicas comunitárias, que tinham como intuito promover uma melhoria na segurança e qualidade alimentar das famílias rurais por meio da organização comunitária.

O PA Gameleira já contava com o apoio dado pela Universidade de Brasília (UnB), através do GTRA/DEX/UnB. Este grupo de trabalho, conhecido como GT entre os participantes, presta ao assentamento assistência técnica em relação à organização social e à produção agrícola. Por intermédio do GT estabeleceu-se nosso primeiro contacto com o assentamento. Os assentados, representados pela directoria da associação (APRAC), manifestaram o desejo de terem acesso a conhecimentos mais específicos que os auxiliassem a dar continuidade aos trabalhos do grupo de assistência técnica. A partir deste primeiro contacto iniciou-se a familiarização entre as pessoas envolvidas e logo uma equipe de profissionais foi estabelecida para a identificação das necessidades e dos recursos disponíveis. Na continuidade, um projecto foi escrito em parceria com a APRAC, entidade que apresenta oficialmente o projecto ao fundo de financiamento. Uma das condições do edital era realmente a comunidade apresentar seu interesse no desenvolvimento de um projecto de forma clara e oficial.

A elaboração do relatório foi realizada no dia 16 de Outubro às 14 horas com a presença de toda a directoria da Associação. A presidente da Associação, Maria Aparecida Costa, conduziu a elaboração do relatório, que levou mais ou menos duas

dando de modo a ordenar as áreas protegidas, nos níveis federal, estadual e municipal.

horas, pois todas as perguntas eram discutidas e as opiniões de todos eram consideradas. A Associação gostou muito dessa oficina, pois é a primeira vez que estão trabalhando com a construção de actividades participativas, ou seja, estão aprendendo a respeitar e a considerar a opinião de todos. Houve manifestação da satisfação em relação a condução do projecto, e ainda, ressaltaram a importância da prestação de contas mensal, por parte da coordenação, para que a comunidade possa acompanhar as movimentações financeiras, como mostra o relatório de progresso I. O projecto foi aprovado e teve início em 17 de Julho de 2004 e a última intervenção em campo aconteceu em 7 de Julho de 2007.

Como resultado final, o projecto financiou a construção de um viveiro de mudas nativas, que funciona como uma unidade demonstrativa de agrossilvicultura e que produz mudas para o reflorestamento de zonas degradadas. As actividades agrícolas intensivas e a pecuária ali realizada anteriormente deixou grandes áreas degradadas. Uma das exigências das entidades financiadoras do projecto foi a realização de actividades que pudessem recuperar tais áreas a curto, médio e longo prazo. Outra benfeitoria directa foi o financiamento da construção de uma casa de farinha para o beneficiamento da mandioca¹⁷, para que as famílias tenham sua renda familiar aumentada com a venda do produto.

3.2.1. As bases do projecto

O primeiro passo depois do estabelecimento de uma equipa de profissionais para o acompanhamento o desenvolvimento do projecto foi proceder a etapa de planeamento das actividades junto a comunidade. Logo na primeira reunião o objectivo de implantar hortas orgânicas comunitárias foi revisto e substituído pela construção de uma casa de farinha. O argumento apresentado pelos participantes foi que para realidade cultural da população uma horta não fazia muito sentido, uma vez que a base alimentar está em outros produtos e não em produtos de hortaliças. Além de ser uma actividade que requer investimento diário de atenção e trabalho e não havia uma área que estivesse acessível para que todos pudessem se deslocar sem grandes perdas, e também não há mercado consumidor próximo para onde escoar a produção. No primeiro mês de trabalho de

¹⁷ Mandioca é um arbusto que produz uma raiz comestível de grande relevância alimentícia e económica, como principal fonte de carboidratos para milhões de pessoas no Brasil. A raiz da mandioca é a base para a fabricação da farinha de mandioca, polvilho entre outros. A farinha é um produto de comercialização relativamente fácil e agrega valor ao produto base.

campo, para além da familiarização dos participantes com os agentes externos, uma profissional específica foi incorporada aos trabalhos para a “construção das regras” para o desenvolvimento das actividades (ver Anexo IV). A dinâmica de construção das regras foi bastante produtiva e funcionou como pólo de debates acerca do funcionamento, envolvimento e compromisso com as diversas actividades do projecto. Um ponto, lembrado pelos participantes, foi as regras de utilização do Viveiro Florestal e da Casa de Farinha, que foram definidas mais adiante conforme a consolidação das actividades. Outra questão mencionada e resolvida com a participação e propostas do grupo foi referente à participação dos assentados no projecto. No primeiro mês seu número era bastante flutuante e para a dinâmica de participação e voz de todos, os próprios participantes propuseram a criação de regras de participação e definição do grupo de participantes. Explicitaram que após o primeiro mês já havia tempo suficiente para que todos os moradores do assentamento soubessem dos encontros que vinham sendo realizados e que era preciso definir o grupo de participantes, pois para a apreciação do grupo eles seriam os responsáveis pela implantação e manutenção das benfeitorias advindas do projecto, portanto deveriam estar directamente ligados aos benefícios. O recebimento de benefícios materiais foi um catalizador de debates sobre a participação e as regras foram sendo definidas ao ponto de “aqueles que participarem com presença confirmada por lista de presença nos cursos e actividades do PPP terão direitos percentuais aos benefícios.” (regra alcançada após vários debates, registrada e lembrada durante o decorrer de vários encontros).

No início do projecto participavam 14 famílias, em torno de 28 pessoas (mais os filhos, de número variado, mas em geral numerosos – ver Foto 5, Anexo II). O grupo fixo acabou sendo formado com uma média de comparecimento nos cursos por cerca de 25 famílias (ver Foto 6, Anexo II). Nem sempre todos os representantes da família estavam presentes, a realidade do campo requer trabalhos diários de manutenção, assim, por vezes comparecia no curso apenas uma pessoa representante da família ou da parcela de terra. Logo nos primeiros encontros observou-se que era fundamental realizar alguma actividade com as crianças, que por serem várias acabavam por dispersar a atenção dos pais. A equipa ponderou junto à comunidade o desejo de incluir a nova geração no trabalho de educação ambiental, a resposta foi positiva. Nosso envolvimento directo com o projecto deu-se a partir daí, quando a oficina de educação ambiental passou a ser elaborada e constituir o corpo do projecto como actividade contínua.

Para a comunicação com os participantes foi fundamental que a equipa tivesse reflectido acerca da linguagem utilizada. Embora os assentados fossem maduros e muito experientes no que se refere à terra e à agricultura eles não dominam o linguajar académico dos membros da equipa técnica, o que poderia dificultar a compreensão e manutenção da atenção. Foi de grande importância utilizar uma linguagem clara e ter o cuidado de explicar expressões menos acessíveis ou que não fossem frequentes em seu quotidiano, para que não houvesse dúvidas.

A metodologia de trabalho incluiu sempre a escuta de falas dos participantes, o que favoreceu o crescimento do grupo como um todo e das relações, tanto entre os assentados, como entre agentes internos e externos. A valorização da fala dos participantes funcionou também como forma de respeito aos conhecimentos existentes no grupo, ao mesmo tempo em que auxiliou na descoberta da melhor linguagem a ser utilizada e dos principais temas a serem abordados. De acordo com um dos relatórios (ver Anexo IV) trata-se de uma metodologia baseada em conceitos construtivistas, onde não negamos os conhecimentos pré existentes do grupo, pois esses conhecimentos são a principal ferramenta para atingirmos os nossos objectivos e construirmos um novo conhecimento com o grupo de participantes.

Com base na participação, alguns temas básicos precisavam ser contemplados para seguir a orientação do edital financiador. Portanto, as actividades do projecto tinham como linhas norteadoras as seguintes directrizes:

- Agricultura orgânica e a importância da mudança de paradigma nas técnicas agrícolas; a implicação do uso de venenos e fertilizantes e a relação com degradação ambiental;
- Importância da biodiversidade e do ciclo das águas para a manutenção da vida e sua relação com a agricultura familiar diversificada;
- A temática do lixo e sua destinação, bem como o aproveitamento do lixo orgânico como fertilizante natural, como forma de conservação dos recursos naturais e minimização dos impactos das actividades humanas no ambiente.

A partir destas linhas norteadoras foram adoptadas algumas estratégias didácticas como: utilização de vídeos, construção de cartilhas utilizando as falas locais, construção de um “mapa do assentamento” para visualização e eleição das áreas mais problemáticas e que necessitavam de intervenção no reflorestamento mais rapidamente, cursos periódicos (eleição do tema de acordo com os anseios da comunidade).

Sobre as intervenções em campo a equipa estava programada para duas idas ao mês, a serem realizadas em dois finais de semana, conforme datas combinadas com a comunidade, para melhor atender e compreender a realização das actividades do quotidiano do campo. A equipa contava sempre com a coordenadora, a auxiliar de coordenação, duas monitoras da oficina com as crianças e um técnico convidado. Os encontros quinzenais eram realizados nos sábados a partir das 14 horas (horário que a equipa chegava em campo após viagem de três horas e meia, desde Brasília) e no domingo da 9 da manhã até às 14 horas. Muitas vezes a permanência da equipa em campo estendia-se até às 17 horas, pois aos domingos era servido um almoço colectivo seguido de conversas e planeamento do próximo encontro. A coordenação de campo procurava encerrar as actividades até às 17 horas para que o retorno dos agentes externos em estrada de terra pudesse ser realizado ainda com a luz do dia.

A previsão para a conclusão das actividades em campo era de dois anos, no entanto algumas datas precisaram ser alteradas devido à dinâmica da comunidade. De finais de Novembro até finais de Fevereiro, todos os anos, a comunidade fica praticamente inacessível tanto para se chegar até a sede onde os cursos aconteciam, como para a movimentação interna na região, devido as chuvas que tornavam as vias de acesso intransitáveis. Raras eram as idas a campo neste período, mas o cronograma contava com actividades internas no grupo. No mês de Junho também poucos cursos foram realizados. Em geral este período do ano inicia a temporada do inverno e a humidade relativa do ar fica bastante baixa, é o início do período da seca. Para evitar problemas respiratórios, devido aos “temporais” de poeira levantada pelo vento ou movimentação de veículos a circulação das pessoas é reduzida, porque também é nesta época que a tradicional festa de São João acontece e mobiliza todas as pessoas, seja para os festejos internos ou para viagens a cidades próximas para as celebrações em grupo.

3.2.2. Breve descrição dos resultados previstos para o PPP

A base do projecto em sua faceta mais subtil era a educação ambiental e a promoção da melhoria da qualidade de vida e das relações no PA Gameleira, tendo em vista que esta é uma região afastada de centros e aglomerados humanos e os moradores precisam de organização e união para o desenvolvimento como colectivo. Para que esta realidade seja efectiva considera-se como premissa fundamental a manutenção de um espaço físico onde as relações entre pessoas e com as actividades de manutenção possam

acontecer. De maneira geral o ecossistema necessita de intervenções para que possa garantir o fornecimento das condições básicas para a existência de uma população humana que realiza actividades ligadas ao uso dos recursos naturais. Para isso, o projecto tinha como linhas orientadoras das acções a promoção a adopção de práticas agroextrativistas onde de forma racional obtêm-se, além do uso de produtos do cerrado pela própria comunidade, também uma complementação da renda familiar pela venda do excedente; a adopção de prática agrossilviculturais por meio da construção de uma unidade demonstrativa de 5 hectares onde seriam plantados grãos e árvores frutíferas e nativas intercaladas com mandioca, formando assim uma agrofloresta colectiva; o incentivo a práticas agroecológicas de produção familiar; o fortalecimento das actividades do viveiro florestal para produção de mudas; a incorporação de práticas e princípios relacionados a organização associativista para uma melhor concretização das propostas do projecto, a construção de uma casa de farinha; também o incentivo ao ecoturismo na região; e o estímulo às crianças pelo interesse e respeito à natureza, bem como a valorização do ambiente em que vivem.

No decorrer dos trabalhos em campo surgiu a sugestão de se criar um nome para o projecto. Uma das opções levantadas foi “flores para flores” fazendo menção ao processo de reflorestamento necessário na localidade. No planeamento do projecto contava-se com a construção do viveiro, construção da casa de farinha e realização de mini cursos de temáticas relacionadas com a proposta educativa do projecto (ver Foto 7, Anexo II). A expectativa de todos era que a organização das cerca de 25 famílias comprometidas com a realização das actividades do projecto pudesse ser efectiva e representar a base de manutenção dos benefícios adquiridos pelo projecto. Era esperado que o grupo de famílias pudesse dar continuidade às actividades implementadas, organizar e gerir o trabalho no viveiro de mudas e na casa de farinha, bem como realizar o manejo necessário na agrofloresta que seria implementada.

O projecto decorreu durante dois anos e meios, com inserções a campo quinzenais que duravam um final de semana a cada viagem. Com o passar do tempo nossa equipa de coordenação já contava com alguma organização da comunidade para receber os equipamentos e equipa do curso que iria decorrer. A organização construiu-se no decorrer dos trabalhos e com as relações que se desenvolveram. Alguns imprevistos também foram evidenciados, necessitando revisão das formas adoptadas, como reforça a descrição das actividades.

3.2.3. *Actividades Realizadas e Reflexões*

A descrição das actividades realizadas foi retirada do relatório oficial de prestação de contas com a agência financiadora (ver Anexo V), portanto representa na íntegra o que foi realizado. A primeira etapa do trabalho teve como princípio a sensibilização e incorporação das famílias, o projecto havia sido escrito em conjunto com algumas delas (representadas pela associação local – APRAC) e para a efectivação dos trabalho no assentamento foi aberta a possibilidade de participação de todos os assentados. Como já foi referido, contamos com a participação de cerca de 20 famílias, inscritas na lista de presença e participantes da construção das regras de uso das benfeitorias vindouras, inclusive uma lista de presença a cada encontro foi uma das regras construída pela comunidade.

Pelo perfil do projecto e das actividades previstas, a equipa precisava ser multidisciplinar neste caso, composta por duas engenheiras agrónomas, uma antropóloga e duas estagiárias (estudantes de educação física e biologia), além dos técnicos convidados que variavam de acordo com a temática do curso (agrónomos especialistas em agroecologia, sociólogo, engenheiro florestal, educadores, entre outros).

Aqui não nos interessa descrever cada actividade ou curso realizado. Contamos que o percurso dos mesmos possa demonstrar a trajectória para a formação crítica e instrumentalização dos assentados. Procuraremos ressaltar os acontecimentos que consideramos importantes para o desenvolvimento do projecto, para o processo de *empowerment* e participação da população.

No primeiro ano do projecto, para além da constante mobilização e sensibilização para participação independente foram realizados os cursos de viveiro, o início de sua construção, a introdução das noções de conservação ambiental e práticas alternativas. Logo nesta primeira actividade nos deparamos com a dificuldade de participação dos indivíduos para a construção do viveiro que seria de uso colectivo. A temática acerca da doação de madeira para a construção esteve em pauta durante vários encontros e as conversas eram acaloradas sem muita flexibilidade para posturas alternativas. Isto nos demonstrou a segmentação vivida pelo grupo, pois mesmo em um número menor de pessoas (25 das 102 famílias do assentamento) era difícil chegar a consensos, nas votações ficava claro a divisão em grupos de interesses.

A coordenação teve sempre o cuidado de realizar retrospectivas das actividades, para que todos pudessem acompanhar e participar dos debates. No primeiro ano as actividades decorreram de maneira que a adaptação dos agentes internos e externos tomasse seu tempo para acontecer, como descrito a seguir.

I – Primeira etapa (2004):

DATA ATIVIDADES

- 17/07/04 Comunicação sobre o início do projeto. Apresentação pela coordenação das etapas do projeto e do calendário previsto para as actividades a serem desenvolvidas até dezembro/04.
- 24/07/04 Reunião com membros da diretoria da associação. Apresentação de todas as regras (relatórios das actividades e financeiros) e dos princípios do PPP, assim como os resultados desejados do projeto.
- 25/07/04 Apresentação das regras, princípios e resultados desejados para a comunidade com auxílio dos membros da diretoria da Associação.
- 07/08/04 Oficina de mobilização e organização social. Trabalho realizado com o texto “Revolução na Carpintaria” em grupo com o objetivo de trabalhar a importância do coletivo e do respeito com as diferenças.
- 08/08/04 Oficina de mobilização e organização social. Apresentação de vídeo, actividades do Ipê no Pontal do Paranapanema. Discussão sobre a importância da preservação das nascentes, da biodiversidade, das práticas alternativas de produção e sobre desenvolvimento sustentável.
- 21/08/04 Curso de viveiro
- 22/08/04 Curso de viveiro
- 11/09/04 Retrospectiva de todas as oficinas desenvolvidas anteriores (muitas pessoas novas) e confecção do mapa do assentamento para definição das áreas a serem reflorestadas
- 12/09/04 Construção das regras de participação, utilização e responsabilidades da comunidade com os cursos de capacitação e com o viveiro comunitário.
- 25/09/04 Construção do viveiro
- 26/09/04 Construção do viveiro
- 16/10/04 Elaboração do relatório
- 17/10/04 Apresentação para a comunidade das origens do dinheiro do PPP, prestação de contas pela coordenação e trabalho com as cartilhas.

13/11/04 Preparo de saquinhos

14/11/04 Preparo de saquinhos

A apresentação de contas foi bastante turbulenta. Algumas questões não foram suficientemente claras e gerou certo desconforto sobre a utilização da verba. Vale ressaltar que alguns desconfortos geraram um episódio de desconfiança por parte da presidente da APRAC e algumas pessoas do assentamento, que mesmo não fazendo parte do grupo ligado ao PPP questionavam a presença de uma equipa em campo e a utilização do dinheiro. No relatório referente ao mês de Outubro (Ver Anexo VI) nos exprime a seguinte situação:

“No dia 16/10/2005 houve uma reunião com a diretoria da Associação com vistas à esclarecer alguns pontos relativos à parte financeira e executiva do projeto, a qual, a comunidade tinha dúvidas. Também foi conversada a visita da presidente da Associação, M^a Aparecida, ao ISPN, realizada durante a semana, sem que a mesma tivesse avisado a comunidade ou ao grupo de monitores em Brasília. M^a Aparecida tinha dúvidas com relação à forma como estava sendo conduzido o projeto e principalmente com relação a gastos. Por motivos de desconfiança e de pressão por parte de colegas da comunidade, Aparecida entrou em contato diretamente com o Instituto solicitando uma cópia do projeto. Constatou-se na reunião do dia 16 que a mesma não havia comparecido ao ISPN, contudo havia mandado outra pessoa, com o mesmo nome, que se fez passar por presidente da Associação, para pegar o projeto. Além disso, Aparecida confirmou não ter lido nenhum projeto, apesar de confirmar que havia dito ao Instituto haver INCONSISTÊNCIAS no mesmo. Neste momento o grupo de Brasília expôs a sua indignação pela forma como havia acontecido o fato, pois foi uma decisão isolada e não houve aviso prévio, considerando que tanto o grupo comunidade, como o grupo de técnicos constituem a mesma equipe. A comunidade também expôs sua indignação, pelo fato de não ser avisada e, principalmente, pelo fato de ter sido enviada outra pessoa que não faz parte do projeto para buscar o projeto. M^a Aparecida confirmou ter feito isto por haver muita pressão por parte dos colegas da comunidade, alguns que nem participam do projeto.”

A partir deste momento a desconfiança ficou explícita, tanto sobre o uso do dinheiro, quanto de parte dos membros da APRAC sobre a realização de um projecto no assentamento. Depois deste incidente o grupo passou a questionar abertamente sobre os gastos. Algumas pessoas criticaram a atitude de Maria Aparecida, o ambiente ficou hostil a participação dela. Maria Aparecida passou a ser representada por seu marido durante algum tempo, com a justificativa de precisar se ausentar para tratamento médico. Por nossa observação este incidente serviu para fortalecer a participação das pessoas interessadas nos cursos e nas benfeitorias (viveiro e casa de farinha). Ao analisar a atitude da presidente da associação encontramos uma postura política em defesa de interesses específicos de um grupo de pessoas, que não vem ao caso explicitar quem poderiam ser. Postura que para nossa equipe esclarecia uma disputa pelo poder, neste caso em controlar os recursos financeiros advindos do PPP, que ficou a cargo da coordenação, agentes externos. O questionamento mais frequente era relacionado aos

gastos com a equipe externa que se deslocava a cada 15 dias desde Brasília até o PA Gameleira. Vale ressaltar que município de Flores de Goiás está há 231 Km da capital federal do Brasil, Brasília, sendo que são 80 Km de estrada de terra. Portanto para o deslocamento da equipe até o PA era alugado um carro. Este gasto foi questionado inúmeras vezes, mas sem propostas alternativas. Esta era uma das situações que desde o início do projecto a equipe revela em reuniões e auto-avaliações o desconforto em sentir-se observada com desconfiança por parte de alguns assentados. Este desconforto na relação gerou desgaste. A coordenação procurou maneiras de solucionar, mas as dificuldades de movimentação e distância dos bancos acabou por manter a situação e responsabilidade pelas finanças do projecto a cargo da coordenadora (como esclarece o Anexo VI).

As crianças mostraram grande interesse nas actividades da oficina de educação ambiental. Neste primeiro momento houve incidentes de violência entre as crianças e das crianças em direcção ao profissional ligado a oficina, mas todos solucionados e incorporados de maneira reflexiva. As crianças mostraram-se dispostas as propostas e ao propósito de estarem juntas nas actividades e em paralelo com algo benéfico aos pais e ao lugar onde moram. A descrição seguinte mostra o perfil das actividades.

DIAS - ATIVIDADES COM AS CRIANÇAS EM 2004

- 25/07 Atividade de colagem e desenhos sobre o ambiente em que vivem
- 07/08 Atividade de recreação com bola
- 08/08 Atividade de recreação com bola
- 21/08 Atividade com papel machê
- 22/08 Atividade com papel machê
- 11/09 Dinâmica de apresentação, Contação de Estória: Terra Maravilhosa, Vamos desenhar: reflexão sobre nosso ambiente (desenhar a casa que queremos e a casa que não queremos), recrear: jogos infantis.
- 12/09 Contação de Estória: Maria Jatobá, Reflexão sobre o cerrado que nos circunda. Desenho Mágico: desenho com papel carbono, Atividade de colagem: o que queremos em nossa casa?
- 25/09 Vamos desenhar: como percebo o ambiente ao meu redor, como percebo as pessoas ao meu redor e como me percebo; Atividades recreativas.

- 26/09 Atividades recreativas de percepção do corpo e do espaço (alongamento); Reflexão ativa: o que podemos fazer para alcançar mais longe?; Vídeo: o problema e a solução do lixo; Vamos desenhar: o que fazemos com nosso lixo? Acompanhamento da construção do viveiro.
- 16/10 Atividade: telefone sem fio. Importância no processo comunicativo. História: Ninguém é igual a ninguém. Apreciação a presença de cada um. Repetição do telefone sem fio, reflexão sobre a eficácia quando se está presente.
- 17/10 Percepção do corpo e do espaço. História: Bernardo Sayão, abrindo caminhos. Reflexão sobre a construção de nova estrada no assentamento: o que chega com a estrada?

Logo no início do segundo ano houve alterações na coordenação e na equipe de campo. Nossa participação passou a ser como auxiliar de coordenação, não estando a nosso encargo directo a actividade com as crianças, mas sim a colaboração para que todas as actividades fossem realizadas de forma eficaz. Com esta nova entrada no grupo e na equipa pudemos conviver de maneira mais directa com as pessoas, as actividades e as questões do quotidiano.

Ficou planeado a continuidade das actividades relativas ao viveiro de mudas durante o período das chuvas (Dezembro a Março) a ser realizado pela comunidade, quando a equipa externa não poderia estar presente pela dificuldade de acesso ao assentamento. No entanto, ao retornar em Abril, a equipa externa precisou mobilizar a comunidade para a retomada das acções referentes ao viveiro e ao PPP, como a descrição seguinte.

II – Segunda etapa (2005):

DATA	ATIVIDADES
25/01/05	Reunião com a comunidade em virtude das alterações na coordenação do projeto
19/03/05	Avaliação das actividades realizadas em 2004 e programação das actividades a serem realizadas em 2005
20/03/05	Divisão das mudas de aroeira e escolha das áreas de plantio
02/04/05	Plantio de mudas de aroeira em áreas de preservação permanente
9/04/05	Plantio de mudas de aroeira em áreas de preservação permanente desflorestadas

- 10/04/05 Plantio de mudas de aroeira em áreas de preservação permanente desflorestadas
- 11/04/05 Preparo de saquinhos
- 12/04/05 Plantio de sementes de aroeira
- 07/05/05 Curso de capacitação em Associativismo/Cooperativismo – etapa I
- 08/05/05 Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo – etapa I
- 05/05 Reforma do galpão
- 05/05 Reforma do galpão
- 05/05 Visita técnica a uma Cooperativa de Leite
- 05/05 Visita técnica a uma Cooperativa de Peixes
- 21/05/05 Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo – etapa II
- 22/05/05 Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo – etapa II
- 04/06/05 Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo – etapa III
- 05/06/05 Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo – etapa III
- 16/07/05 Preparo de saquinho
- 30/07/05 Curso de capacitação em Agroecologia – etapa I
- 31/07/05 Curso de capacitação em Agroecologia – etapa I
- 13/08/05 Curso de capacitação em Agroecologia – etapa II
- 14/08/05 Curso de capacitação em Agroecologia – etapa II
- 20/08/05 Preparo de saquinhos
- 27/08/05 Plantio de sementes
- 03/09/05 Curso de capacitação em Agroecologia – etapa III – visita em uma unidade experimental agroecológica.
- 04/09/05 Curso de capacitação em Agroecologia – etapa III – visita em uma unidade experimental agroecológica.
- 24/09/05 Preparo de saquinhos
- 25/09/05 Plantio de sementes
- 08/10/05 Curso de Enxertia
- 05/11/05 Plantio de sementes de espécies nativas do Cerrado
- 19/11/05 Reunião para conclusão das atividades de 2005

Nas actividades do segundo ano, vale ressaltar que o Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo teve comparecimento massivo dos assentados, mesmo aqueles que não estavam inscritos como participantes do PPP. Nesta altura foi aberta a possibilidades de novas afiliações às actividades futuras. Depois que o curso foi realizado a coordenação do PPP soube que a grande participação deu-se devido a uma informação não verídica acerca da implicação da presença no curso. A informação era que a participação no mesmo possibilitaria a implantação e uso de tanques para a criação de peixe, no entanto esta actividade não estava prevista no plano do PPP, como nos mostra o (ver Anexo V). Apesar da participação ter sido devido a motivos não muito claros, o curso foi de grande valia e a avaliação feita pela comunidade foi positiva, apesar de um sentimento de frustração por não haver relação com os tanques de peixe. Outro ponto que vale ressaltar foi a visita a uma unidade experimental agroecológica. As famílias participantes do PPP vivenciaram um final de semana numa propriedade que funciona produtivamente aplicando os princípios oferecidos pelos cursos do PPP, nomeadamente a agroecologia com aplicação directa na produção de alimentos, agrofloresta e conservação ambiental. Esta visita gerou grande motivação nos participantes, verbalizaram o agradecimento por poderem ver que é possível e real.

Um ponto negativo, ressaltado pelo relatório final (ver Anexo VII) foi a indisponibilidade de consultor para ministrar o curso de Agrofloresta no final de 2005. Este curso seria de grande valia e aproveitamento tendo em vista a motivação após a visita na unidade experimental. Neste segundo ano as dificuldades referentes a movimentação financeira associada a APRAC continuaram e geraram ainda desconforto em todos os envolvidos. Mesmo com as prestações de contas sendo realizadas detalhadamente alguns participantes questionavam a representação da equipa, bem como os gastos fixos de locomoção até o assentamento.

Durante a segunda etapa houve oficina para as crianças, não foi disponibilizado o quadro das actividades, no entanto fomos informados que a oficina decorreu com sucesso e alta participação das crianças.

No terceiro ano, o PPP já encontrava-se para além do tempo previsto para sua realização. A dificuldade de comunicação com os assentados para marcação dos cursos promoveu o atraso de algumas datas. Outro agravante foi o acesso ao assentamento. Em meados de 2005 a estrada de acesso passou por um alargamento das vias, no entanto não houve colocação de alcatrão, o que no período das chuvas tornou impossível o acesso. A

comunicação de agentes externos com a comunidade foi mediada pelo técnico agrícola. O viveiro já estava pronto e as actividades referentes a ele poderiam ser levada adiante pelos assentados. Relativamente a casa de farinha, as obras de construção não haviam começado e havia uma inquietação acerca da realização desta etapa do trabalho. Esta benfeitoria foi tema de inúmeros debates entre as famílias que desejavam sua construção o quanto antes fosse possível. Alegavam sempre que a casa de farinha era uma mais valia importante para a satisfação da necessidade de várias pessoas que não possuíam maneira de beneficiar a mandioca plantada.

Na terceira etapa o assentamento viveu um cenário de transição que reflecte um possível *empowerment* da população. No início do ano de 2007 houve a troca das pessoas que compunham a directoria da associação – APRAC. Importante ressaltar que esta mudança ocorreu devido a insatisfação com a directoria, os assentados optaram e levaram a cabo a ideia de mudar o quadro director para melhor atender aos interesses de todos os assentados. No entanto, o relatório do PPP (Anexo V) nos aponta que não houve eleições para tal. Os novos componente da directoria foram indicados por líderes locais, o que indica a possível substituição de grupos de interesse no poder local. Ou seja, o *empowerment* aqui mencionado está relacionado com disputa de poder dos grupos locais e não directamente da participação para um bem comunitário. Nesta situação, as pessoas que compuseram a nova directoria não participavam do PPP, por tanto, não houve apoio da associação para a continuidade das actividades previstas. O que nos mostra o relatório final e avaliativo do PPP, a nova directoria da associação não apenas não apoiou a continuidade do PPP como apresentou embaraços e dificuldades ao desenvolvimento das actividades. A maior dificuldade apontada foi em relação à disponibilização dos recursos do PPP constantes na conta bancária da APRAC, vale ressaltar que esta é a pessoa jurídica oficialmente relacionada ao projecto. Todo este cenário fez com que as actividades e cursos do PPP, nomeadamente aquelas relacionadas com as idas a campo pela equipa de agentes externos, fosse suspensa durante quase todo o primeiro semestre de 2007. Por um lado verificou-se a desmotivação das famílias filiadas ao PPP, bem como a redução da equipa técnica responsável pela execução do projecto, o que dificultou o cumprimento das actividades previstas, por outro lado fomos informados que as famílias do PPP participaram das reuniões com a APRAC e realizaram grande pressão para a liberação dos recursos relacionados ao projecto.

A construção da Casa de Farinha rendeu vários debates e era necessária intensa participação dos interessados. Esta actividade foi monitorada a distância, com apenas uma ida a campo para levar os equipamentos internos da casa de farinha. Tal como demonstra a tabela a seguir.

III – Terceira etapa (2006/ 2007):

DATA ATIVIDADE

04 a 06/06	Confecção do projeto da casa de farinha
16/07/06	Construção da casa de farinha
21/07/06	Construção da casa de farinha
04/08/06	Construção da casa de farinha
12/08/06	Construção da casa de farinha
18/08/06	Construção da casa de farinha
19/09/06	Construção da casa de farinha
29/09/06	Construção da casa de farinha
30/09/06	Construção da casa de farinha
22/10/06	Construção da casa de farinha
01/04/07	Compra de equipamentos para a casa de farinha
07/07/07	Reunião com a comunidade para conclusão do projeto

Os trabalhos do PPP foram finalizados deixando como benfeitorias físicas o viveiro florestal com mudas diversas e a casa de farinha. A administração de ambos seria feita pelas famílias que participaram dos cursos do PPP. Durante os cursos os debates acerca da utilização e distribuição dos produtos deram origem as “regras de utilização”. As famílias de assentados que participaram do PPP ficaram responsáveis pela regência das regras, no entanto ficou aberta a utilização por parte das outras famílias do PA Gameleira desde que houvesse “pagamento/troca” pelo uso da benfeitoria.

De acordo com o relatório final de avaliação do PPP, apresentado à instituição financiadora, os benefícios directos aos participantes foram os cursos de capacitação, a instalação do viveiro e da casa de farinha. Sendo que acção para a conservação do ambiente gerada a partir dai foi a produção e o plantio de parte das duas mil mudas de aroeira (árvore nativa da região) produzidas, que foram destinadas ao reflorestamento da Área de Preservação Permanente – APP – do assentamento. Mediante as várias actividades desenvolvidas ao longo dos quase três anos de trabalho em campo o trabalho em equipa foi apontado como um ponto forte do PPP, bem como o funcionamento do

viveiro (mencionado como aspecto a ser implementado em diversas partes do assentamento) e a prática de técnicas agroecológicas aprendidas em cursos. A logística, a dificuldade de acesso, a desagregação da equipa técnica e as dificuldades relacionadas à APRAC foram apontadas como pontos fracos para o desenvolvimento do projecto. Contudo, as famílias envolvidas directamente no PPP mostraram interesse na continuidade do projecto, no entanto após o fim do financiamento desta etapa de trabalhos não houve apresentação de nova proposta.

Na avaliação final, o projecto com bases participativas foi considerado paternalista e portanto, não sustentável por si mesmo. Aparentemente o PPP não possibilitou directamente o desenvolvimento de lideranças locais que pudessem dar continuidade às actividades. Em nossa análise esta avaliação não leva em conta a organização social disponível para se chegar ao final de três anos com actividades mais ou menos constantes. Mesmo que a organização visível não seja a ideal e desejada, 25 famílias se organizaram e se dispuseram, em meio a diversas circunstancia, a se capacitarem e implementarem o viveiro e a casa de farinha. Tanto é que observa-se a aplicação de algumas das técnicas aprendidas nos cursos em parcelas particulares de alguns dos assentados. Mesmo que o *empowerment* colectivo não tenha sido conquistado de maneira sobressalente aos interesses de grupos políticos, minimamente o *empowerment* individual ocorreu em maior ou menor escala, a medida que cada indivíduo se disponibilizou a acessar e praticar novos conhecimentos.

Um acontecimento na etapa final do projecto teve influência directa na pesquisa, e que vale ressaltar, foi a ocorrência do sequestro de um funcionário do INCRA por três assentados (dois deles componentes da nova directoria da APRAC). O sequestro do funcionário deu-se como forma de exercer pressão na instituição que o sequestrado representava para apressar alguns documentos referentes à posse definitiva da terra pelos assentados. O funcionário do INCRA só pôde sair do PA Gameleira após intervenção da força policial. Este acontecimento foi crucial para a decisão do encerramento das actividades do PPP por parte da coordenação. Aparentemente a situação em campo e o histórico das relações com a APRAC não apresentava condições ideais de segurança para a equipa técnica externa. Este incidente não era directamente comentado ou avaliado pelas pessoas, pois representava a possibilidade de um grande benefício para todos, ao mesmo tempo que uma penalidade severa poderia ser aplicada aos envolvidos que poderiam ser levados à detenção. Portanto, este era um momento de silêncio na

comunidade. Este incidente também limitou nossa investigação e aplicação do índice de SC, como descreveremos a seguir.

CAPÍTULO 4

Método

4.1. Percurso da Pesquisa em Campo

Para a aplicação do inquérito sobre SC na comunidade do PA Gameleira foi necessária uma viagem desde Lisboa a Brasília. Realizamos este trajecto no final do mês de Março de 2007, época em que encerra-se o período das chuvas na região e o acesso à comunidade é possível. Ao chegarmos em Brasília recebemos a notícia do sequestro de um funcionário do INCRA. Nestas circunstâncias seria infrutífera uma ida à campo. Mantivemos o contacto com a coordenação do PPP (em etapa de finalização) para aproveitarmos qualquer viagem a campo da equipa já familiarizada. Em 19 de Junho de 2007 realizamos uma primeira visita a campo, neste momento de reencontro com a comunidade apenas averiguamos a disponibilidade das pessoas para responderem o questionário, participarem de entrevistas e também a possibilidade de reunir o grupo de famílias para a participação em um *focus group*. Foi fundamental esta ida a campo, em companhia da coordenadora do PPP para percebermos que a situação do sequestro havia deixado todos reticentes no que diz respeito à abertura para passar informações sobre o assentamento. Esta primeira ida a campo realizou-se em um domingo, havíamos sido convidadas para um almoço na casa da família que costumava nos abrigar nas viagens a campo durante o projecto. Aproveitamos para visitar algumas outras famílias que viviam nas proximidades. A partir desta viagem preliminar descartamos a realização do *focus group* e contávamos apenas com a aplicação dos inquéritos. Deixamos as entrevistas como instrumento a ser utilizado se houvesse oportunidade.

No dia 7 de Julho de 2007 a coordenadora realizou a última reunião com as famílias no assentamento, neste momento iniciamos a aplicação dos inquéritos. Foi importante participar da reunião para perceber, nas conversas, o caminho que o PPP havia tomado e como as famílias estavam a se relacionar entre si. Na reunião, questões muito práticas referentes ao que faltava na casa de farinha, aos responsáveis por ela e ao andamento do viveiro de mudas foram tratadas. O clima era de desconfiança, até mesmo

uns dos outros. Alguns debates foram acalorados e intensos. Como conclusão final, o Sr. Nézio (ver Foto 8, Anexo II) ficou responsável em dar continuidade às actividades relacionadas ao viveiro, pois desde a sua implantação este foi o assentado que mostrou especial interesse nesta actividade. O grupo sugeriu que ele fosse o gestor e zelador do mesmo. Nesta altura a casa de farinha (ver Foto 9, Anexo II) ainda não havia sido concluída, algumas pessoas ficaram responsáveis pela conclusão e aplicação das regras para a sua utilização, construídas pelo grupo. Conseguimos obter respostas para 17 inquéritos e realizar duas entrevistas, sob a condição que não fossem gravadas, os entrevistados preferiam que as entrevistas não fossem gravadas para se resguardar da situação jurídica que enfrentavam devido ao caso do sequestro. Entrevistamos neste dia Airtton e Sr. Vicente, estas entrevistas serviram como conversa informal, que possibilitou o entendimento do momento vivido pelo grupo de pessoas do assentamento (Ver anexo VIII).

Em 15 de Julho de 2007 retornamos ao assentamento, desta vez o PPP já havia sido encerrado. Contamos com o apoio de dois auxiliares de pesquisa, previamente esclarecidos sobre a forma de abordagem e a maneira de tratar o instrumento utilizado. Para a realização de entrevistas individuais, objectivando o preenchimento das respostas para o SCI, contávamos com a realização de um encontro religioso na casa da Sra. Deolinda¹⁸. Nesta oportunidade conseguimos encontrar outras 10 pessoas que participaram do PPP. Sem outra possibilidade de retornarmos ao PA Gameleira, nesta temporada, percorremos o assentamento em busca das parcelas das famílias que conhecíamos e sabíamos terem feito parte do PPP. Em algumas casas foi possível entrevistar o casal, em outras apenas um dos participantes. Um adolescente, que costumava participar dos encontros do PPP com seus pais, ou em algumas situações como representante da família, solicitou que fosse realizada entrevista também com ele. Consideramos o fato curioso e apesar de ser um único exemplar menor de idade de nossa população optamos por realizar o inquérito também com ele. Para terminar esta etapa da investigação ainda percorremos a área central do assentamento, onde, em um dia de domingo, havia jogo de futebol entre equipas de moradores. Ali encontramos ainda algumas pessoas que compunham nosso foco de pesquisa.

¹⁸ Um pastor vai ao assentamento quinzenalmente realizar um culto evangélico. Como não há um templo próprio para esta actividade a Sra. Deolinda abre sua casa para receber as pessoas que participam do culto.

4.2. Participantes

Para a análise quantitativa referente às informações dos inquéritos do SCI contamos com uma população de pessoas que se dispôs a responder o questionário e que fez parte do grupo de famílias participantes do PPP. Foram 35 pessoas (21 homens e 14 mulheres) entrevistadas, todos que responderam, o fizeram de forma voluntária. Único pré-requisito estabelecido foi ter participado do projecto mencionado. Os participantes tinham origens diversas e o tempo de residência no assentamento variava entre 3 e 6 anos. Realizamos quatro entrevistas semi-estruturadas com 4 pessoas chaves do grupo de assentados participantes do projecto PPP..

4.3. Procedimentos

Utilizamos uma versão do Índice de Sentimento de Comunidade (SCI) desenvolvido por McMillan e Chavis traduzida pelo Professor João Paulo Amaro - ISPA, uma tradução e adaptação para a população portuguesa. Ainda assim, realizamos uma adaptação no questionário relativamente ao contexto a que desejávamos investigar. Na versão aplicada a palavra BAIRRO foi substituída por ASSENTAMENTO (ver Anexo IX). Todas as aplicações foram realizadas em entrevistas individuais. Alguns entrevistados, nomeadamente os analfabetos, apresentaram dificuldades em relacionar a resposta com a escala disponibilizada. A opção utilizada foi comparar os números de 1 a 5 a algo que lhes fosse familiar. Comparamos a escala aos números de um termómetro, que é um objecto de uso doméstico, com o qual as pessoas entrevistadas estavam familiarizadas. Assim, foi possível realizar uma analogia entre a escala e a temperatura a que chegava cada resposta. Obtivemos assim, resposta aos 12 itens do SCI em todos os questionários realizados.

4.4. Informações do Índice de Sentimento de Comunidade (SCI)

Relacionamos os 4 itens relativos ao SC encontrados na literatura – Membro, Influência, Satisfação das Necessidades e Ligação Emocional Partilhada. Procedendo a análise dos dados de forma a aferir se na nossa população encontramos o mesmo padrão. Procedemos a uma análise factorial dessas variáveis, optando pelo método das componentes principais, que analisa toda a variância das variáveis, ou seja, aquela que nos é dada tanto pela variância comum, como pela variância única (composta por sua

vez pela variância específica e pela variância devido ao erro, aqui combinadas, uma vez que a análise factorial não as distingue) (Bryman & Cramer, 2003).

4.4.1. Análise descritiva: média e desvio padrão

A média é uma medida de localização do centro da população. No caso do instrumento utilizado temos 12 questões com respostas variáveis de 1 a 5. O desvio padrão é uma medida de dispersão usada com a média. Mede a variabilidade dos valores à volta da média. No instrumento utilizado temos o valor da média correspondente a 3 e as subescalas estão localizadas em torno da média da seguinte maneira: a “satisfação das necessidades” tem um valor absoluto igual a 3,5; o “estatuto de membro” obteve um valor de 3,4; a “influência” apresenta-se com o valor de 3,1 e a “ligação emocional” um valor de 3,6, como demonstra o gráfico a seguir. Em termos estatísticos o valor representado pela influência não é significativo, enquanto os demais aspectos apresentam-se ligeiramente superiores à média.

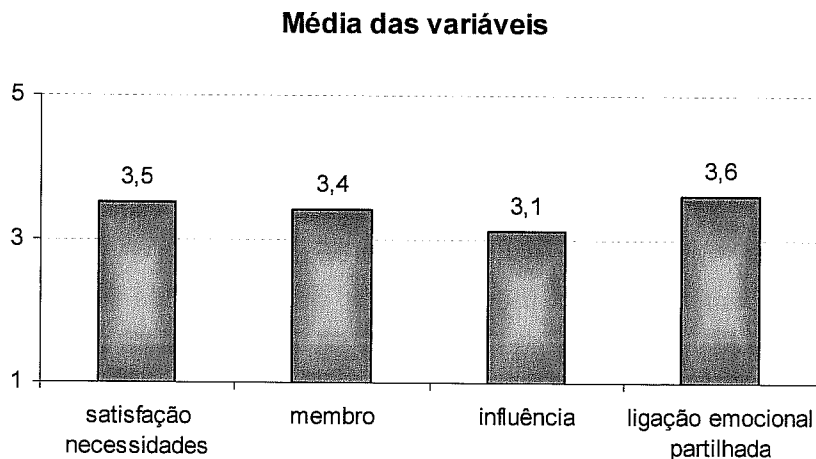


Figura 1: Gráfico da Média das Variáveis do SC

Utilizando o One Sample T-Student para compararmos as médias das quatro subescalas relacionadas ao SC, em relação ao ponto médio da escala (3) obtivemos as seguintes informações:

- A média da variável “satisfação das necessidades” é significativamente superior ao ponto médio da escala ($t(34)=6,127$; $p \leq 0,001$);

- A média da variável “membro” é significativamente superior ao ponto médio da escala ($t(34)=6,930$; $p\leq 0,001$);

- A média da variável “ligação emocional” é significativamente superior ao ponto médio da escala ($t(34)=5,610$; $p\leq 0,001$);

- A média da variável “influência” não difere significativamente do ponto médio da escala ($t(34)= 0,792$; $p\leq 0,434$).

A variável “influência” não aparece como tendo uma forte presença no grupo dos assentados. Nas entrevistas referem que nem todos têm influência ou participam de maneira efectiva para que possa haver um debate em torno de novas propostas. Por exemplo, Sra. Sebastiana menciona que apenas algumas pessoas influenciam nas decisões para o assentamento. O Sr. Vicente, diz que todos podem participar e propor acções nas assembleias da APRAC, no entanto a participação é baixa. Uma das formas de participação bastante comum é o multirão, quando as pessoas se reúnem para a realização de uma actividade em conjunto, pode ser na parcela de um assentado ou em uma área colectiva. Para organização de um multirão é necessário exercer alguma influência no grupo, ou contar com boas relações. As entrevistas mostram que a integração entre as pessoas está bastante ligada aos laços de amizade, parentesco e compadrio. Na entrevista com a Sra. Sebastiana ela menciona que “solidariedade e auxílio mútuo é apenas entre os amigo”. Por outro lado, o Sr. Vicente diz que existe solidariedade entre alguns e desunião entre outros. O Sr. Gerson menciona a ligação entre as pessoas pelos laços de parentesco e compadrio como algo que permitiria a satisfação das necessidades por gerar maior integração, no entanto, também menciona que tal integração não existe a nível colectivo, pois em diversos momentos torna-se difícil a organização em torno de alguma actividade importante. Se observou que as formas de solidariedade estão presentes nas acções entre os conhecidos que se organizam para ajudar, por exemplo a “levantar uma casa”. Encontramos na fala do Sr. Airton também a expressão da ligação entre as pessoas, mas estes não são suficientes para configuração de um contexto em que as necessidades possam ser supridas. Todos os entrevistados mencionaram que parte das necessidades são supridas por linhas de créditos que funcionam como financiamentos individuais para a implementação de benfeitorias, tanto para a instalação das famílias na terra, como para melhorar as condições de trabalho.

Sr. Gerson diz que trabalhar a terra é o que as pessoas do assentamento têm em comum. Nos parece aqui, que algo mais próximo de uma identificação com ser membro é ser trabalhador rural. No entanto, todas as entrevistas mostraram que, neste momento, existe um clima de desagregação entre os assentados, o qual não os permite estarem completamente a vontade uns com os outros. A confiança entre eles é referida como algo construído entre amigos e não entre os assentados como um todo. São pessoas de distintas procedências e que passaram a construir uma vivência em comum após a constituição do assentamento, em 2000. É uma vivência em construção e que sofre alguns abalos pelas dificuldades em torno de uma comunidade rural de difícil acesso.

A “ligação emocional partilhada” é a variável que apresenta um índice mais elevado em relação ao ponto médio da escala. Apesar dos diferentes locais de origem, o tempo em que estão ali permitiu conhecerem-se mutuamente. É possível afirmar, dada nossa relação com a comunidade, que todos os assentados se conheciam, estabeleciam distintas relações entre si, umas mais próximas do que outras. Desde 2000 compartilham eventos sociais como a inauguração da eletricidade na comunidade, as festas juninas e os encontros religiosos. Eventos mencionados como ponto de encontro que favorecem a interação e a construção de vínculos sociais e emocionais.

4.4.2. Análise de acordo com o aspecto do sexo dos participantes

Utilizando o Independent Sample T-Test, em relação à variável “ligação emocional partilhada”, pode-se afirmar que a média dos homens ($m=3,89$) é significativamente superior a das mulheres ($m=3,31$) ($t(33)=2,624$; $p=0,013$).

De acordo com a nossa observação as mulheres estão mais ligadas por laços de amizade, vizinhança e parentesco. Laços desta natureza levam tempo para se formar e precisam de segurança em sua prática, o que nem sempre é constatado dentro dos limites geográficos do assentamento. Algumas mulheres se queixavam por não terem os pais por perto, ou por não se sentirem verdadeiramente seguras no assentamento, pois suas actividades relacionadas à casa, à família e à produção agrícola acabava por limitar a sua circulação no espaço mais amplo do assentamento, as mulheres, em geral, estão mais em casa com os filhos. O pouco relacionamento directo com outros membros da comunidade pode ser uma das dificuldades para o desenvolvimento de vínculos emocionais. Dentre os entrevistados a Sra. Sebastiana foi aquela que revelou mais fortemente a desunião do grupo, reforçando inclusive a baixa confiança experimentada

por ela, de acordo com Sebastiana a insegurança no assentamento vem crescendo no assentamento.

Os homens eram os que estavam mais identificados com a categoria de assentados e trabalhadores rurais. Para além de compartilharem as actividades ligadas ao cultivo e todas as relações que podiam estar implicadas (como troca de sementes, multirão para o cultivo na terra dentre outros) eram também os homens que participavam mais numérica e activamente das decisões políticas da associação. Também contam com o futebol de final de semana, como motivador para se reunirem e partilhar momentos de lazer.

Em relação a variável “membro”, homens e mulheres não diferem significativamente ($t(33)=1,136$; $p=0,264$).

Ser “membro” do assentamento não foi uma categoria de fácil investigação. As pessoas que responderam aos inquéritos indagavam, com frequência, o que vinha a ser membro. Aparentemente membro não é uma categoria interiorizada e utilizada pela população inquirida, pelo menos como membro do assentamento, como se refere o inquérito aplicado. Esta representação reflecte mais as relações em torno das actividades rurais do que a pertença ao espaço físico do assentamento. Por exemplo o Sr. Vicente refere que os investimentos colectivos realizados pelos assentados para a comunidade foram a “formação de pasto, gado, cana, leite e a associação dos produtores do assentamento”. Outro exemplo que expressa a representação de membro pode ser verificado na fala do Sr. Gerson, o qual afirma que o que as pessoas têm em comum é que “somos todos trabalhadores da terra”.

Nas variáveis “satisfação de necessidades” e “influência” a média dos homens ($t(33)=1,952$; $p=0,059$) é tendencialmente superior à das mulheres ($t(33)=1,723$; $p=0,094$).

As entrevistas realizadas mostram que a “influência” foi referida pelos entrevistados como uma apreciação da dinâmica política do assentamento. Por este prisma é natural que a média masculina apresente-se um pouco mais elevada, pois como já referimos, os homens eram maioria na cena política, nomeadamente no que se refere à associação. As mulheres também participavam, votavam e tinham plenos direitos de expor sugestões ou opiniões. No entanto, na actividade da “lida da casa” não há

maneiras de interromper e, o que pudemos observar, é que há o costume da família ser representada pelo homem no cenário das tomadas de decisões políticas.

Da mesma maneira eram as mulheres que representavam a família na busca por assistência médica e educação para os filhos. No assentamento a satisfação das necessidades relacionadas à saúde e à educação são bastante precárias. Evidentemente a carência de assistência médica e a limitação do sistema educacional tocavam a todos, no entanto eram as mulheres que se deslocavam em busca de assistência médica ou para levar o filho até o médico na cidade, pois os homens mantiam-se na terra para a lida mais pesada não ser interrompida. Desta maneira, a não satisfação das necessidades é percebida primeiramente pelas mulheres, como reflecte o dado relativamente a esta variável. McMillan e Chavis (1986) afirmam que a satisfação das necessidades não está ligada ao plano das necessidades de sobrevivência, mas abrange os elementos desejados e valorizados nas diversas circunstâncias da vida. No caso do PA Gameleira, começa pela satisfação das necessidades básicas e se estende pela ausência de elementos que permitam a realização dos anseios seguintes.

4.4.3. Análise de acordo com a idade dos participantes

Utilizando o teste de Correlação de Pearson encontramos uma correlação significativa e positiva entre a “ligação emocional partilhada” e a idade ($R=0,347$; $p=0,045$), o que significa que a medida que a idade das pessoas entrevistadas aumenta, há um aumento também na ligação emocional partilhada.

Esta é uma dimensão do SC que pode ser apreciada à medida em que se observam os investimentos pessoais dos indivíduos na comunidade. Estes também podem ser caracterizados pelo aumento das hipóteses do contacto entre as pessoas, da qualidade da interacção, da possibilidade de realizar tarefas juntos, do aumento da importância dos eventos partilhados e pelo aumento do investimento feito durante os anos na comunidade. McMillan e Chavis (1986) apontam que a “ligação emocional partilhada” pode ser chamada de “ligação espiritual” e esta pode levar ao fortalecimento do desenvolvimento individual e colectivo, isto possibilita algum grau de espírito de comunidade. Ou seja, pela função básica de contacto entre as pessoas é que elas podem desenvolver a confiança, onde as trocas e se realizam sem prejuízo e a ligação se estabelece mais profundamente. Neste sentido é natural e esperado que conforme o aumento das idades os indivíduos busquem ligações mais estáveis e passem a ter

ligações mais fortes. Isto também está implicado com a maturidade do crescimento individual, com o avançar da idade busca-se mais estabilidade e referência nas relações partilhadas.

Os dados ainda mostram que não há correlação significativa entre a idade e as variáveis “satisfação de necessidades”, “membro” e “influência” ($p > 0,10$).

4.4.4. *Análise de acordo com a naturalidade dos participantes*

Na população participante encontramos indivíduos de nove localidades diferentes. Para a análise e compreensão das informações dividimos a população em duas partes: pessoas que nasceram nos estados de Goiás (GO) e Minas Gerais (MG) e pessoas que vêm de outras localidades. Nossa opção por tal diferenciação está relacionada com a localização do assentamento, que está na divisa entre os estados de Goiás e de Minas Gerais. O assentamento conta com um fluxo de pessoas nas duas direções, e por isso optamos por considerar estes estados como ponto de referência das pessoas da região. Tomamos as pessoas das demais localidades como pessoas provenientes de outras regiões. Desta maneira obtivemos uma população de 13 pessoas “não naturais” da região e 22 pessoas “naturais” da região.

Utilizando o teste Independent Sample T-Test constatamos que as médias da ligação emocional partilhada são superiores de forma tendencialmente significativa no grupo “natural de lá” (MG e GO) em comparação com o grupo “não natural de lá” ($t(33) = -1,851$; $p = 0,073$).

As teorias ecológicas e ambientais propõem pensarmos as relações entre as pessoas, seus contextos físicos e ambientes sociais. Em especial as ligações emocionais partilhadas nos remetem ao contexto histórico-cultural que pessoas que nasceram e cresceram em ambientes semelhantes podem compartilhar. Por outro lado aquelas que vêm de outros contextos podem sentir-se sem referência, além de necessitarem de tempo para a integração na realidade ambiental, cultural e social do novo ambiente. Outros trabalhos referem que a partilha do espaço acaba por gerar um SC. Em nosso caso de análise os indivíduos “naturais de lá” apresentam uma ligação emocional superior àqueles que vêm de outras localidades. Ser “natural de lá” pode significar ter laços mais intensos e contar com uma rede de solidariedade construída a mais tempo como por exemplo de familiares nas proximidades e cidades vizinhas, do que aqueles recém chegados. Os “não naturais de lá” deixaram a referência dos laços emocionais

partilhados no local de origem e precisavam de tempo para estabelecer novos laços de confiança e integração social.

As médias das variáveis “satisfação das necessidades”, “membro” e “influência” não apresentam variação em função da variável “naturalidade”. (todos os $p \geq 0,10$).

4.4.5. *Análise de acordo com o tempo de escola dos participantes*

O tempo de escolaridade dentre as pessoas que compõem a população investigada é bastante variável, vai desde pessoas analfabetas, que nunca frequentaram uma escola até pessoas com estudo de nível técnico (apesar de apenas uma pessoa representar esta realidade). Assim, para a análise dos dados optamos por considerar o número de anos de aproveitamento escolar, que vai desde zero anos (analfabetos) até 13 anos (no caso do ensino técnico, equivalente ao 12º ano do liceu português).

Utilizando a Correlação de Pearson a informação que obtivemos foi que nenhuma das variáveis relacionadas ao SC apresenta correlação significativa com o tempo de escola frequentado pelos indivíduos. Apesar de ser uma informação importante para o perfil da comunidade e para as estratégias de acção, a escolaridade não apareceu como factor importante ou com influência no SC manifesto.

Buscamos outra maneira de analisar a informação e correlacionamos a escolaridade com o sexo dos participantes (ver Anexo X), no entanto também não obtivemos relação significativa. No entanto, durante a participação nas actividades do projecto, a equipa pôde observar e reflectir que as pessoas com maior influência no grupo eram aqueles que elaboravam melhor seu discurso, em geral, eram aqueles que podiam ler e escrever. Esta observação foi importante para a busca do equilíbrio entre actividades teóricas e práticas. Nas actividades práticas era possível encontrar uma participação maior, pois aqueles que não participavam na parte teórica por dificuldades escolares podiam demonstrar os conhecimentos práticos. Assim, o equilíbrio entre teoria e prática era uma maneira de buscar o equilíbrio da influência entre os participantes.

4.4.6. *Análise de acordo com o tempo de residência dos participantes*

O PA Gameleira foi constituído em 2000, nossa última ida a campo decorreu em Julho de 2007, o que nos daria um máximo de 6 anos e alguns meses de tempo de residência dos membros da comunidade. Dos participantes que responderam ao inquérito, o máximo encontrado foram 6 anos de residência local.

Utilizando a Correlação de Pearson encontramos uma relação positiva e significativa entre “tempo de residência” e “influência” ($R=0,343$; $p\leq 0,043$). Isto é, quanto maior o tempo de residência maior é a expressão da influência do indivíduo na comunidade, quando um aumenta a outra aumenta também.

As variáveis “tempo de residência” e “membro” estão correlacionadas negativamente, de forma estatisticamente significativa ($R=-0,334$; $p\leq 0,05$), o que quer dizer que a medida que o tempo de residência aumenta, menos as pessoas se sentem membros da comunidade do PA Gameleira. Esta informação é bastante relevante para compreender a dinâmica do grupo. A referência de ser um membro do grupo vem se desestruturando ao longo da convivência enquanto comunidade, vizinhos ou assentados do PA Gameleira, o que pode ser associado às dificuldades encontradas na vida como assentado e portanto. A desidentificação como pertencente aquela realidade pode ser apresentada como mecanismo de defesa. Certo é que a comunidade se mostra bastante seccionada perante alguns conflitos, algumas pessoas se posicionam de maneira bastante radical e outras tantas se abstém de se posicionarem.

Ao correlacionar o “tempo de residência” com a variável “sexo” encontramos um resultado significativo relacionado aos homens e a variável “influência”. A informação obtida nos indica que quanto mais aumenta o tempo de residência dos homens no PA Gameleira, maior o nível de influência percebido e manifestado por eles. Nas mulheres há um crescimento da influência nos primeiros anos de residência que se mantêm ao longo dos anos seguintes.

Não há correlação significativa entre “tempo de residência” e as variáveis de “satisfação das necessidades” e “ligação emocional partilhada” ($p\geq 0,10$).

4.4.7. Outras correlações significativas

A correlação entre a “idade” e o “sexo” dos participantes revelou que relativamente a variável “membro”, as mulheres mais novas apresentavam um grau elevado do sentimento de pertencer enquanto membro. Nas idades subseqüentes há uma queda nesta apreciação que se mantinha nos anos seguintes e logo voltava a cair. Por razões variadas a vivência das mulheres mais jovens do assentamento lhes permitia a experiência de sentir-se membro do grupo, no entanto, a oscilação deste sentimento é bastante grande. Entre os homens a apreciação de ser membro é mais estável, ainda que apresente seu auge nas idades mais jovens.

Uma das interpretações que podemos auferir é que as mulheres mais jovens se identificavam como membro enquanto não eram casadas ou nos primeiros anos do casamento. Após o estabelecimento da vida familiar ocorria uma tendência a identificarem-se mais com o núcleo familiar e deixarem o posicionamento mais externo para ser exercido pelo “homem da casa”, como demonstra o depoimento das “donas de casa”. Segundo algumas delas “essa coisa de política e associação é coisa para os homens que não tem casa para tratar e criança para cuidar.” É interessante observar que as mulheres mais jovens iniciando também a vida casada e materna manifestavam um grau mais elevado do sentimento de ser membro. Identificar as razões pelas quais estas mulheres apresentam tal sentimento pode ser uma vertente importante para trabalhar a extensão deste sentimento para as idades seguintes. Além disso, pode nos informar acerca de elementos decisivos para auxiliar, enquanto agentes externos, o desenvolvimento da participação da comunidade diante dos elementos que possibilitam ou dificultam o desenvolvimento do sentimento de pertencer como membro do PA Gameleira.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Uma das características da época em que vivemos reflecte uma redefinição de relações mais directas. Para isso observamos um mundo nostálgico que procura maiores esclarecimentos sobre o que vem a ser a vida em comunidade. O trabalho com segmentos da área social envolve o confronto directo com a definição, com a observação e a busca por definir o que vem a ser comunidade, nos distintos cenários. Trata-se de uma área de actuação com grande maleabilidade e potencial transformador. Procurar definições e conceitualizações é um exercício que requer um olhar às especificidades do momento e do contexto. Ao trabalhar com o grupo de famílias do Projecto de Assentamento Gameleira estivemos diante de diversos elementos de dentro e de fora do grupo, promotores de uma dinâmica única catalisada pela capacidade transformadora da força humana.

A actividade psicológica comunitária, conforme Montero (2006), discorre entre dois momentos: a investigação e a intervenção na comunidade. Em ambos os casos o objectivo é produzir transformações nesta última, seja produzindo conhecimentos que permitam intervir ou intervindo para produzir transformações. Dito assim, é possível sugerir que se trate de duas actividades separadas, mas não é este o caso. No trabalho aqui descrito pôde-se adentrar nessa premissa por meio do desenvolvimento de métodos próprios para a comunidade, encontrando maneira de relacionar o conhecimento com as transformações comunitárias. De acordo com James Kelly (2008) uma das qualidades primordiais do psicólogo comunitário que se proponha a considerar as especificidades de cada comunidades, ou seja, ser um psicólogo comunitário ecológico é necessário desenvolver a paciência, pois como em todas as formas de relacionamento a relação do profissional com o grupo investigado pode apresentar variações e desgastes, bem como conquistas e adiantamentos na maneira como se relacionam com a presença uns dos outros. Neste sentido, o pensar ecológico que leva em consideração a cultura e a história local, os conflitos e a esperança, é uma maneira “revigorante” de não apenas estudar a comunidade, mas adentra-la para participar da mudança.

Acima de tudo, uma investigação acção requer a construção de uma relação de confiança, onde as pessoas envolvidas se comprometam a realizar o que dizem pretender

realmente realizar. Quando isso acontece há um sentimento de participação íntegra que pode fazer a diferença na construção do conhecimento no contexto em questão. Também, quando há confiança há grande possibilidade de aumentar o sentimento mútuo de fazer parte da realização, o que faz com que os envolvidos tenham satisfação nas actividades do trabalho.

Partimos da compreensão de que para haver comunidade é necessário que um sentimento de consciência partilhada, no sentido de pertença ao tecido social e seus laços, o que supõe um suporte social e o acesso a uma série de recursos que favoreça a vida individual, seja para enfrentar momentos difíceis ou para partilhar momentos alegres. Esta malha social, quase orgânica e tão específica, necessita ser estudada e tratada sob uma óptica verdadeiramente interdisciplinar, aquela que apresenta não apenas conceitos para embassar escritos e defender uma postura, mas explicita o grande potencial de união das visões da sociologia e da psicologia está na possibilidade de alargar nosso entendimento acerca do Sentimento de Comunidade (Hughey e Speer, 1972).

A realidade dos homens e mulheres que vivem no campo traz à tona questões limites da relação com a natureza, além disso a tensão entre o urbano e o rural pode representar uma ruptura com o contexto real e ser reflexo da fantasia de um contexto imaginado como perfeito e utópico. No caso do Projecto de Assentamento Gameleira essa tensão é agravada por factores de não identificação dos moradores com a área em que habitam e até mesmo, com a falta de identificação entre os moradores. A ausência de aspectos culturais comuns que permeiem o grupo leva a uma desagregação da população do assentamento que busca sua identificação fora da localidade, o que não contribui para a formação de raízes locais. Assim, os laços emocionais estão mais ligados às relações de amizade ou a solidariedade familiar, enquanto que ser morador do assentamento não é uma característica que necessariamente estimule e promova o desenvolvimento de laços emocionais entre as pessoas. De maneira geral, há a presença da desconfiança, os assentados formam grupos seccionados de relações mais fortalecidas que podem estar vinculados aos interesses políticos ou das ligações emocionais entre as pessoas. É dentro destes grupos que as pessoas tornam-se amigas e procuram a satisfação do que é necessário para seu dia-a-dia. Em outra análise a satisfação das necessidades realiza-se de maneiras individuais, em buscas separadas pelo que é necessário, quando muito recorrem ao grupo de amigos. Mas não está directamente relacionada ao que

compreendem sobre ser assentado ou relativamente ao assentamento enquanto espaço colectivo.

O Sentimento de Comunidade (SC) é algo complexo que envolve as diversas especificidades de uma comunidade, pois compreende elementos variados que são expressos no quotidiano das relações sociais. De acordo com McMillan e Chavis (1986) é no desenrolar da ordem de funcionamento da comunidade que os valores e as formas de poder possibilitam aos membros influenciarem-se de modo recíproco. A influência só é possível se houver confiança suficiente entre as pessoas, para que confiem nas sugestões vindas de um indivíduo e atinja o colectivo. Os resultados da investigação acerca da dinâmica do grupo de famílias envolvidas no projecto de desenvolvimento sustentável no PA Gameleira, mostram uma estrutura frágil no que se refere a confiança entre as pessoas, o que promove um cenário frágil para a possibilidade de influência mútua para um bem comum. Na análise estatística do Índice de Sentimento de Comunidade (*SCI*), a média das respostas para o questionário, relativamente a influência não se apresenta de forma estatisticamente significativa. Esta fragilidade referente a confiança dificulta o desenvolvimento de um espírito vivo e uma estrutura social que permita o trabalho em conjunto para a satisfação das necessidades das pessoas. No grupo de pessoas que compuseram a população foco deste trabalho, elas ainda estavam por descobrir maneiras mais benéficas de estarem em grupo, de forma a possibilitar o desenvolvimento da confiança como estrutura que confirmasse a autoridade. Apenas quando a confiança possibilita a tomada de decisões é que se torna possível desenvolver relações interactivas que favorecem a satisfação das necessidades.

Satisfazer as necessidades de um grupo não é apenas prover as condições básicas para a sobrevivência, mas abrange os elementos valorizados e desejados pelos membros do grupo em diferentes circunstâncias da vida. Para chegar a tal satisfação observa-se que cada indivíduo vive um processo pessoal de aproximação de seu próprio relacionamento com o processo colectivo de satisfação das necessidades. Exactamente onde os interesses pessoais e colectivos se encontram é que começa o SC e este será fortalecido pelo processo de troca permanente. As trocas são formas de recompensas aos indivíduos envolvidos. De acordo com as características de cada sistema de partilha, as trocas podem, até mesmo, dar origem a sistemas de economias comunitárias baseadas na partilha. Para isso, é necessário a construção de uma relação entre a esfera individual e privada com o colectivo comunitário. As famílias de moradores do assentamento que

compõem a população desta investigação encontramos que, apesar de ser representada por um índice baixo, a satisfação das necessidades esta foi o segundo elemento que mais contribuiu para o SC. A satisfação das necessidades podem ocorrer de distintas maneiras. Nesta investigação tornou-se evidente que as necessidades básicas e as trocas ocorriam pela troca simples entre indivíduos de grupos de identificação, não eram trocas alargadas a toda a comunidade. No entanto, a investigação e a observação na comunidade demonstraram a insatisfação das pessoas com a organização comunitária para responder às necessidades dos moradores. As relações de trocas ocorriam entre pessoas identificados como amigas, em um grupo mais restrito de relações, onde as necessidades eram supridas por meio de uma solidariedade implícita no compadrio e amizade, ou seja, no circuito das relações pessoais. Mas, efectivar a satisfação das necessidades colectivas tais como, a melhoria das condições escolares, de transporte e assistência médica, requer uma forte organização comunitária, não observada até o momento de conclusão dos trabalhos em campo.

O projecto do PPP foi implementado com o intuito de também gerar maneiras de promover a participação para a melhoria das condições básicas e o favorecimento das trocas. A implantação do viveiro tinha como um dos objectivos a produção de mudas de espécies nativas para a venda ou troca dentro e fora da comunidade. A casa de farinha também foi implantada com o intuito de promover o beneficiamento da mandioca e a melhoria das possibilidades de trocas ou vendas do produto final. Apesar do interesse inicial e a participação durante os primeiros momentos do processo de implantação das benfeitorias, a comunidade demonstrou um recuo na confiança entre os membros para a gestão colectiva de bens comuns. Desta forma, a utilização e a prática das melhorias financiadas pelo PPP ficou reduzida ao uso individual ou ao desuso. Na avaliação final do projecto, a equipa de agentes externos expressou a forte presença dos hábitos paternalistas, onde os oprimidos ou menos favorecidos encontram-se na postura de apenas receber o mínimo sem terem que trabalhar para a implementação do que é desejado. Neste sentido, uma das propostas de continuidade do trabalho com este grupo de famílias é a avaliação contínua do uso das benfeitorias, propondo ainda oficinas de debate sobre a forma de utilização, o acompanhamento das actividades realizadas pelo grupo, que possa ser realizado pelas famílias em formato de prestação de contas que incluia a reflexão das acções. Entretanto, é necessário ponderar que os benefícios oferecidos pela participação no PPP possam ter sido atraente na apresentação do projecto, o que motivou o comprometimento e a participação das famílias. No entanto,

as dificuldades de realização e as problemáticas enfrentadas ao longo do percurso devem ser levadas em consideração como factores desmotivadores e que aumentavam o custo do investimento pessoal dos envolvidos no projecto e, por consequência, reduzem a participação efectiva.

A sugestão do projecto foi que as famílias envolvidas pudessem gerir o espaço e o uso colectivo, por meio dos conhecimentos adquirido ao longo do PPP sobre cooperativismo, associativismo e participação comunitária é também uma maneira de manter as ligações realizadas no percurso do trabalho. De acordo com a conceitualização de McMillan e Chavis, as ligações emocionais partilhadas são expressas de acordo com os investimentos que os indivíduos realizam na comunidade, a partir disto, podemos observar a qualidade e a frequência da interacção com o colectivo. Assim, as conexões entre as pessoas são caracterizadas pelo aumento das hipóteses de contacto entre elas, a melhoria na qualidade das relações e a possibilidade de realizar eventos e trabalhos em conjunto. Conforme o aumento da importância das tarefas realizadas pelo grupo e o sucesso das mesmas, observa-se o crescimento dos investimentos da comunidade em si própria. O que gera o efeito de honra e de ligação espiritual entre os membros, que nos mostra algum grau de espírito de comunidade. Desta forma, a utilização e o funcionamento do viveiro e da casa de farinha são elementos físicos que o PPP implementou e podem ser motivadores de ligações e a continuidade do envolvimento entre as famílias.

A ligação emocional partilhada foi o elemento que se apresentou de maneira mais forte nos resultados dos inquéritos de SC. A observação de campo nos permite dizer que o contacto básico entre os indivíduos formava uma base com potencial para o desenvolvimento de relações de confiança, onde as trocas poderiam se realizar sem prejuízo para os envolvidos. A investigação acção realizada testemunhou a potencialidade da comunidade para o desenvolvimento de estratégias e posturas que fortalecessem o SC. Para isso foi fundamental a manutenção da motivação do grupo, com incentivos à reflexão acerca da capacidade criadora e transformadora que a participação pode representar na tomada de decisões. Pois, o entendimento de que o investimento no colectivo pode trazer benefícios à toda a comunidade pode ser força motriz para o crescimento da participação na comunidade. O trabalho de motivação e incentivo pode ser em parceria com agentes externos, como uma continuidade ao projecto já iniciado, desde que seja dispensada devida atenção ao objectivo de promover

o fortalecimento da comunidade, gerar *empowerment* individual e colectivo a ponto de que esta motivação seja um processo auto gerido, interno e constante.

Durante a investigação acção foi observado que o estatuto de membro, no que se referia ao sentimento de pertença ao assentamento Gameleira, era bastante fragilizado. Um dos motivos era o distanciamento entre as pessoas devido a fragilidade na confiança. No entanto, a história em comum de terem passado pelo processo de acampamento, os debates sobre as necessidade de estarem ligados à terra e até mesmo a mobilização para a formação de uma associação dos moradores do assentamento, demonstram investimentos realizados pelos indivíduos para um objectivo comum. Ao investir os recursos pessoais, reconhecer parâmetros de como devem se portar no grupo, ter uma realidade social partilhada, bem como reconhecer actividades e símbolos que representam linguagens especiais de sua própria comunidade, os indivíduos acabam por desenvolver um sentimento de pertença, assim é constituído o estatuto de membro. Então, o estatuto de membro é uma “expectativa de pertencer” ou ainda, de acordo com a revisão dos termos, uma “fé de pertencer”, onde há um espírito de comunidade que permeia as relações e possibilita que a centelha da auto-percepção enquanto membro esteja activada. Neste sentido, assim como o indivíduo tem a responsabilidade de pertencer, acreditar e investir em seu estatuto de membro, também a comunidade tem a responsabilidade de aceitar o indivíduo como tal. A ênfase alcançada acerca da categoria de membro compreende o ambiente comunitário como proporcionador de um espaço seguro para o desenvolvimento de relações pessoais, organizacionais e políticas, tais relações são vitais para o fortalecimento do SC. O estudo de caso aqui apresentado esclarece que as principais relações reconhecidas no contexto do assentamento são as de compadrio e amizade, passando a ser o cerne do SC. Ou seja, as pessoas unem-se àqueles que acreditam trazer-lhes elementos positivos numa relação. Em uma releitura do conceito de SC realizada por McMillan (1996) o estatuto de membro é abordado a partir da experiência individual no espírito de comunidade, onde cada um experimenta sua inclusão por meio de uma maior ou menor fé de que a comunidade irá “satisfaze-lo”, neste caso, a fé está depositada em relações de proximidade no espaço das relações pessoais e não no colectivo identificado como assentamento.

Após o trabalho de intervenção e de investigação pode-se ressaltar elementos positivos e negativos na estruturação do SC no grupo de famílias que foram investigadas no assentamento. No entanto, não podemos estender os resultados e as apreciações

referentes à observação a todo o assentamento. Investigar mais detalhadamente acerca do juízo sobre ser membro do assentamento pode ser uma linha de investigação que possibilite a implementação de projectos mais eficazes nesta comunidade. Uma possível investigação futura deve abranger as acções da associação e investigar seu funcionamento e contributo para a melhoria da comunidade. Bem como, deve buscar esclarecer quais os estímulos ao fortalecimento dos elementos do SC são promovidos pela associação, de maneira à associa-los a possíveis projectos de intervenção.

No trajecto enquanto investigadores interventores encontramos dificuldades de desenvolver um trabalho unificado, mesmo dentro de um grupo com número reduzido de pessoas, mas que declararam a vontade em realizar o projecto. Talvez esta postura da comunidade seja expressão de uma tendência deixada pela influência de programas de auxílio as populações, nomeadamente carentes, cujo perfil era de assistência paternal de doação de fundos sem grande comprometimento com o desenvolvimento comunitário e o *empowerment* das pessoas envolvidas. A experiência adquirida neste trabalho traz reflexões sobre a importância de trabalhar as bases comunitárias e o desenvolvimento da consciência ambiental desde a infância. O trabalho realizado com as crianças foi considerado de grande valia para o grupo, tanto na avaliação dos técnicos externos como da própria comunidade. Outra proposta para a melhor eficácia de futuros projectos nesta comunidade é o desenvolvimento de trabalhos diferenciados para homens e mulheres. Esta diferenciação dos grupos deve ter em conta que o contexto rural apresenta uma divisão sexual do trabalho bem marcada. É provável que haja maior participação se houver uma adaptação das actividades a ambos os contextos e necessidades, tanto de instrumentalização como de interesses. Assim, o foco da intervenção poderá levar em conta a especificidade das actividades relacionadas aos homens e às mulheres, bem como a elaboração de um calendário específico adaptado às actividades de ambos, de maneira a oferecer benefícios mais atraentes à participação das pessoas.

Em resumo, o projecto aqui descrito foi desenvolvido no assentamento Gameleira por este estar no foco de inúmeras iniciativas com perfis semelhantes. A temática do Desenvolvimento Sustentável na região em que o ecossistema está na pauta das instituições responsáveis pela conservação ambiental, faz com que toda a área mencionada receba investimentos de fundos financiadores diversos. Assim sendo, as populações que vivem nestas localidades acabaram por se adaptar à presença de instituições, organizações ou demais formatos institucionais que se apresentam para

realização de programas e projectos. É possível imaginar que as populações da região acabem por incorporar um discurso específico que demonstre abertura para a participação nos planos de desenvolvimentos. No entanto, tal abertura pode ser expressão de resquícios do costume de receber auxílios paternalistas e não representar o verdadeiro comprometimento da população com a participação no desenvolvimento do trabalho se da própria comunidade.

No caso estudado, avaliamos que as diferentes origens culturais e dificuldades de estabelecimento de uma raiz cultural específica desta comunidade deve ser considerada com um factor de favorece a desunião na comunidade e por conseguinte, um elemento a ser trabalhado para aumentar a participação e a qualidade de vida dos moradores. Para McMillan e Chavis (1986) quando os benefícios e os custos da participação são suficientemente atraentes e relevantes, especialmente, quando conciliados com a satisfação das necessidades dos membros, ele contribui favoravelmente para o sentimento de pertencer. Contudo, a organização social, a construção do SC, a maximização da participação do membros e a geração do *empowerment* é um processo ininterrupto e com níveis variados, em que os indivíduos assumem um papel na vida da comunidade.

BIBLIOGRAFIA

- Amaro, J.P. (2007). Sentimento Psicológico de Comunidade: Uma revisão. In *Análise Psicológica*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada – ISPA. 1 (XXV): 25-33.
- Bauman, Z. (2001). *Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual*. Traduzido por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bryman, A. & Cramer, D. (2003). *Análise de dados em ciências sociais. Introdução às técnicas utilizando o SPSS para windows* (3ª Ed.). Oeiras: Celta.
- Balcazar, F.E., Taylor, R.R., Kielhofner, G.W., Tmley, K., Benzinger, T., Carlin, N. & Johnson, S. (2004), Participatory action research: General principles and a study with a chronic health condition. In Jason, L.A., Keys, C.B., Suarez Balcazar, Y. Tylor, R.R. e Davis, M.I. (eds.), *Participatory Community Research: Theories and methods in Action*” (pp.17-36). Washington, DC: American Psychological Association.
- Bishop, P.D., Chertok, F. & Jason, L.A. (1997). Measuring Sense of Community: Beyond Local Boundaries. *The Journal of Primary Prevention*, Vol. 18, No. 2.
- Boff, L & Arruda, M. (2001). *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes.
- Boff, L. (2000). *Ética da vida. Brasília*. São Paulo: Letraviva.
- Brandão, C. R. (1985). *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C.R. (1986). *Identidade e etnia. Construção da pessoa e resistência cultural*,
- Brodsky, A. (1996). Resilient single mothers in risky neighbourhoods: Negative Psychological Sense of Community. *Journal of Community Psychology*. 24(4):347-363.
- Brodsky, A., O’Campo, P. & Aronson, R. (1999). Psychological Sense of Community in Community Context: Multi-level Correlates of a Measure of Psychological Sense of Community in Low-Income, Urban Neighbourhoods. *Journal of Community Psychology* . 27(6): 659-679.

- Buckner, J. (1988). The development of an instrument to measure neighborhood cohesion. *American Journal of Community Psychology*, 16, 771-791.
- Chavis, D. M., & Newbrough, J. R. (1986). The meaning of "community" in community psychology. *Journal of Community Psychology*, 14, 335-340.
- Chavis, D. M., Hogge, J. H., McMillan, D. W., & Wandersman, A. (1986). Sense of community through Brunswik's lens: A first look. *Journal of Community Psychology*, 14, 24-40.
- Chavis, D.M., & Pretty, G. (1999). Sense of community: Advances in measurement and application. *Journal of Community Psychology*, 27(6), 635-642.
- Chipuer, H. M., & Pretty, G. M. H. (1999). A review of the Sense of Community Index: Current uses, factor structure, reliability, and further development. *Journal of Community Psychology*, 27(6), 643-658.
- Cohen, D. & Prusak, L. (2001). *In Good Company: How Social Capital Makes Organizations Work*. Boston: Harvard Business School Press.
- Connerly, C. & R. Marans. (1988). Neighbourhood Quality: A Description and Analysis of Indicators. In E. Huttman & W. v. Vliet (eds.), *Handbook of Housing and the Built Environment in the United States* (pp. 37-61). New York: Greenwood Press.
- Danley, K. & Langer-Ellison, M. (1999). *A handbook for participatory action researchers*. Boston: Center for Psychiatric Rehabilitation, Boston University.
- Dunham, H. (1986). The Community Today: Place or Progress? *Journal of Community Psychology*, 14: 399-403.
- Elden, M. & Levin, M. (1991). Cogenerative learning: Bringing participation into action research. In W. F. Whyte (Ed.), *Participatory action research* (pp. 127-142). Newbury Park, CA: Sage.
- Enns, C., & J. Wilson. (1999). *The Picket Fence Project: Sense of Community and Neighbourliness in Vancouver Suburban Communities*. *Plan Canada*, 39(4): 12-15
- Fawcett, S.B., Boothroyd, R.I., Schultz, J.A., Francisco, V.T., Carson, V., & Bremby, R. (2003). Building capacity for participatory evaluation within community initiatives. *Journal of Prevention and Intervention in the Community*, 26 (2), 21-36.

- Florin, P. & Wandersman, A. (1990). An Introduction to Citizen Participation, Voluntary Organizations, and Community Development: Insights for Empowerment through Research. *American Journal of Community Psychology* 18(1): 41-53.
- Garcia, I., Giuliani, F. & Wiesenfeld, E. (1999). Community and Sense of Community: The Case of an Urban Barrio in Caracas. *Journal of Community Psychology* . 27(6): 727-740.
- Geertz, G. (2001). *Nova luz sobre a antropologia*. Tradução Vera Ribeiro; revisão técnica, Maria Cláudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gusfield, J. R. (1975). *The community: A critical response*. New York: Harper Colophon.
- Hall, B. L., (2001). I wish this were a poem of practices of Participatory Research. In Reason, P., Bradbury, H. (eds.), *Handbook of Action Research* (pp.171-178). London: Sage Publications.
- Hill, J. (1996). Psychological Sense of Community: Suggestions for Future Research *Journal of Community Psychology* . 24(4): 431-438.
- Hobsbawm, E. (1996). *The cult of identity politics*. New Left Review.
- Hughey, J., Speer, P.W., & Peterson, N.A. (1999). Sense of community in community organizations: Structure and evidence of validity. *Journal of Community Psychology*. 27 (1).
- Hughey, J. & Speer, P. W. (1972). Sociocultural Versus Neoclassical Ecology: A Contribution to the Problem of Scope in Sociology. *The Sociological Quarterly* 37-48.
- Kelly, J. G. (2008, Junho). *Ecological thinkin: four qualities*. Paper apresentado no II Congresso Internacional de Psicologia Comunitária, Lisboa.
- Long, D.A., & Perkins, D.D. (2003). Confirmatory Factor Analysis of the Sense of Community Index and Development of a Brief SCI. *Journal of Community Psychology*. 31, 279-296.
- Mancebo, D. (2000). *Globalização e efeitos da subjetivação*. Rio de Janeiro: Logos.

- McMillan, D. (1996). Sense of Community. *Journal of Community Psychology*, 24(4) 315 -325.
- McMillan, D. & D. Chavis. (1986). Sense of Community: A Definition and Theory. *Journal of Community Psychology*, 14: 6-23.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2003). *Teoría e práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria*. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós.
- Nagel, T. (1994). Consciousness and objective reality. In Warner, R. & Szubka, T., editors, *The Mind-Body Problem*, p. 63-68. Blackwell, Cambridge, USA.
- Newbrough, J. R., & Chavis, D. M. (1986). Psychological sense of community, I: Foreword. *Journal of Community Psychology*, 14, 3-5.
- Obst, P., L. Zinkiewicz and S. Smith. (2002a). Sense of Community in Science Fiction Fandom, Part 1: Understanding Sense of Community in an International Community of Interest. *Journal of Community Psychology*, 30(1): 87 -103.
- Obst, P., L. Zinkiewicz and S. Smith. (2002b.). Sense of Community in Science Fiction Fandom, Part 2: Comparing Neighbourhood and Interest Group Sense of Community. *Journal of Community Psychology*, 30(1): 105-117.
- Obst, P., L. Zinkiewicz and S. Smith. (2002c). Sense of Community in Science Fiction Fandom, Part 3: Dimensions and Predictors of Psychological Sense of Community in Geographical Communities. *Journal of Community Psychology*, 30(1): 119-133.
- Ornelas, J. H. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Paquin, G. & Gambrill, E. (1994). The Problem with Neighbours. *Journal of Community Psychology*, 22: 21-32.
- Perkins, D., Florin, P., Rich, R., Wandersman, A. & Chavis, D. (1990). Participation and the Social and Physical Environment of Residential Blocks: Crime and Community Context. *American Journal of Community Psychology*, 18 (1) 83-99.

- Plas, J. & S. Lewis. (1996). Environmental Factors and Sense of Community in a Planned Town. *American Journal of Community Psychology*. 24(1): 109-143.
- Prezza, M., & S. Costantini. (1998). Sense of Community and Life Satisfaction: Investigation in Three Different Territorial Contexts. *Journal of Community and Applied Social Psychology*. 8: 181-194.
- Puddifoot, J. (1995). Dimension of community identity. *Journal of Community and Applied Social Psychology*. 5: 357-370.
- Rappaport, J. (1977). *Community Psychology : Values, Research and Action*. Nova York, EUA : Holt, Rinehart and Winston.
- Rapley, M., Pretty, G.M.H. (1999). Playing procrustes: The interactional production of a psychological sense of community. *Journal of Community Psychology*. 27(6): 695-713
- Riger, S. & Lavrakas, P. (1981). Community ties patterns of attachment and social interaction in urban neighborhoods. *American Journal of Community Psychology*, 9, 55-66.
- Royal, M. & R. Rossi. (1996). Individual-level correlates of sense of community: Findings from workplace and school. *Journal of Community Psychology*. 24: 395 - 416.
- Sánchez Vidal, A. (1991). *Psicología comunitaria: origen, concepto y características*. Colegio Oficial de Psicólogos de Madrid.
- Sarason, S.B. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass. (Out of print. See American Psychology and Schools.)
- Sarason, S.B. (1986). Commentary: The emergence of a conceptual center. *Journal of Community Psychology*. 14, 405-407.
- Selener, D. (1997). *Participatory action research and social change*. Ithaca, NY: Cornell Participatory Action Research Network, Cornell University.
- Sonn, C. & A. Fisher. (1996). Psychological Sense of Community in a Politically Constructed Group. *Journal of Community Psychology*. 24: 417 -430.

- Sonn, C., Bishop, B., Drew, Neil, M. D. (1999) Sense of Community: Issues and Considerations From a Cross-Cultural Perspective. *Community, Family and Work*. 2 . pp.205 to 218.
- Van Zandt, S. (1997). Exploring the Relationship between Sense of Community and Territoriality in Rural Neighbourhoods, Unknown source.
- Vidal, A. S. (1999). *Etica de la intervencion social*. Paidós: Barcelona.
- Wandersman, A., Elias, J. M. & Dalton, J. H. (2001). *Community Psychology: Linking individuals and communities*. Wadsworth. USA.
- Whyte, W. F. (1991). *Participatory action research*. Newbury Park, CA: Sage.
- Wilson, G. & B. Baldassare. (1996). Overall "Sense of Community" in a Suburban Region: The Effects of Localism, Privacy and Urbanization. *Environment and Behaviour*. 28 (1): 27 -43.
- Wright, S. P. (2004). Exploring Psychological Sense of Community. In *Living-Learning Programs*. Doctoral Dissertation. University of Maryland.

Sites consultados:

<http://www.cidadesdegoias.com.br>

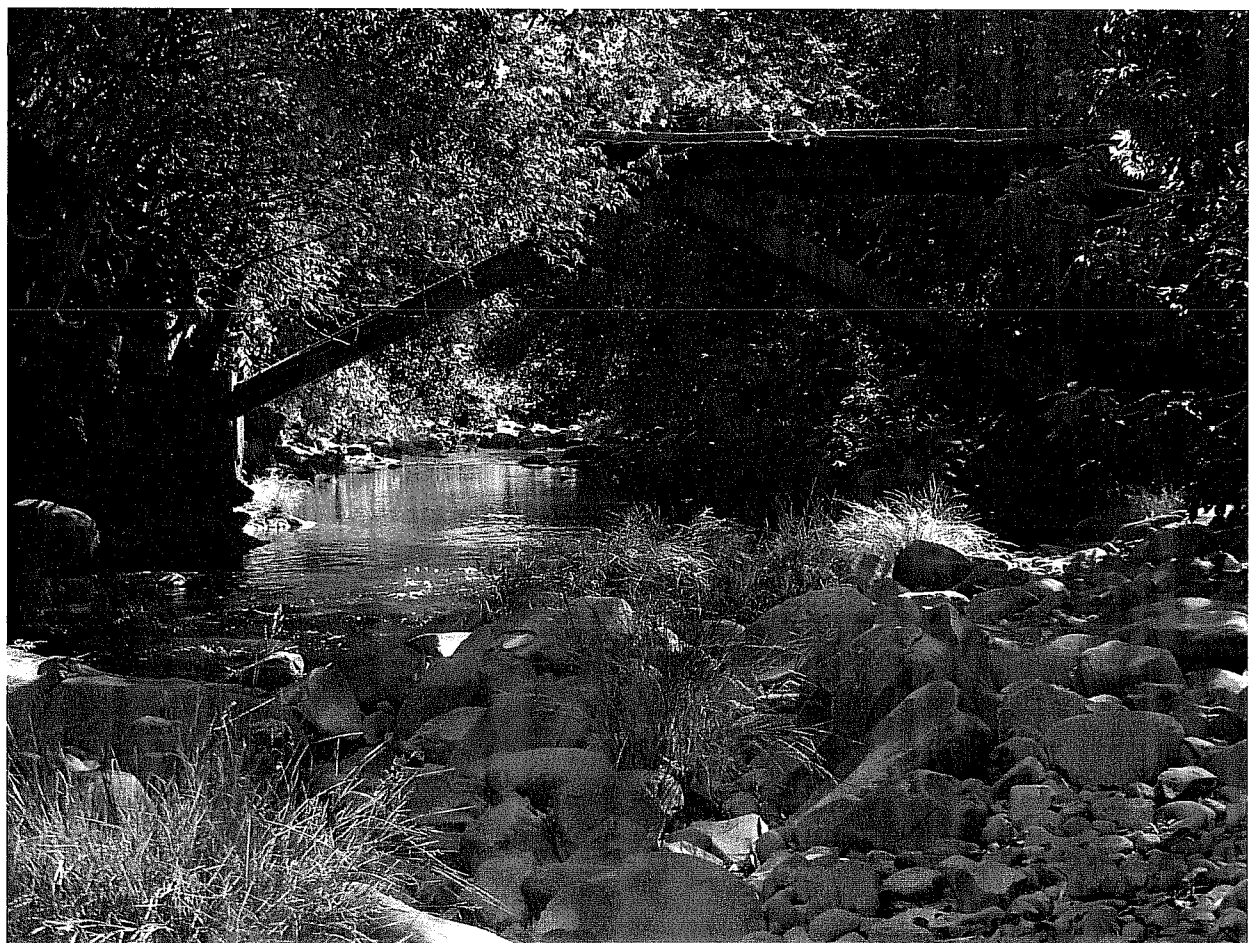
<http://www.ibge.gov.br>

ANEXO I

ANEXO II

FOTOS:

FOTO 1 – Rio Gameleira



Rio Gameleira no período da seca. Em tempos de chuva é comum haver água até a ponte, as vezes cobrindo a mesma.

As habitações provisórias são tendas de lona onde ficam alojadas as famílias enquanto aguardam serem assentadas.

Montar um acampamento colectivo perto da área a ser disponibilizada para um novo assentamento é uma forma de exercer pressão nas entidades competentes sobre a questão.



Mesmo após receberem a terra que representa a parcela familiar, algumas famílias acabam por se estabelecerem ainda nas tendas de lona.

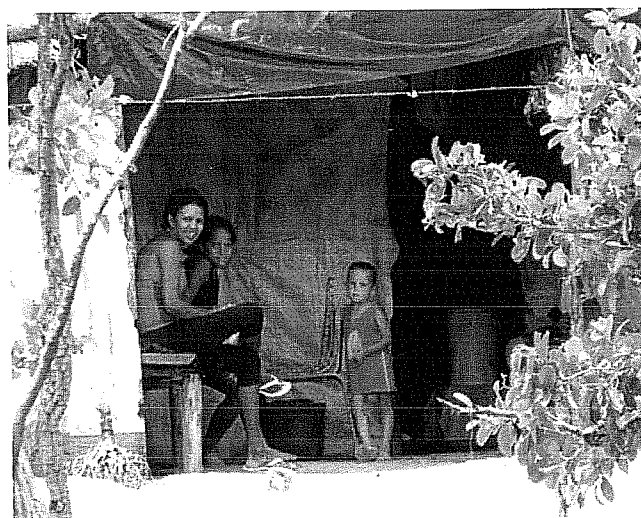


FOTO 3



Casa de alvenaria com telhado em amianto, construída com o financiamento habitação. Abastecimento de água improvisado e cozinha ao fundo da casa, com fogão a lenha.

FOTO 4

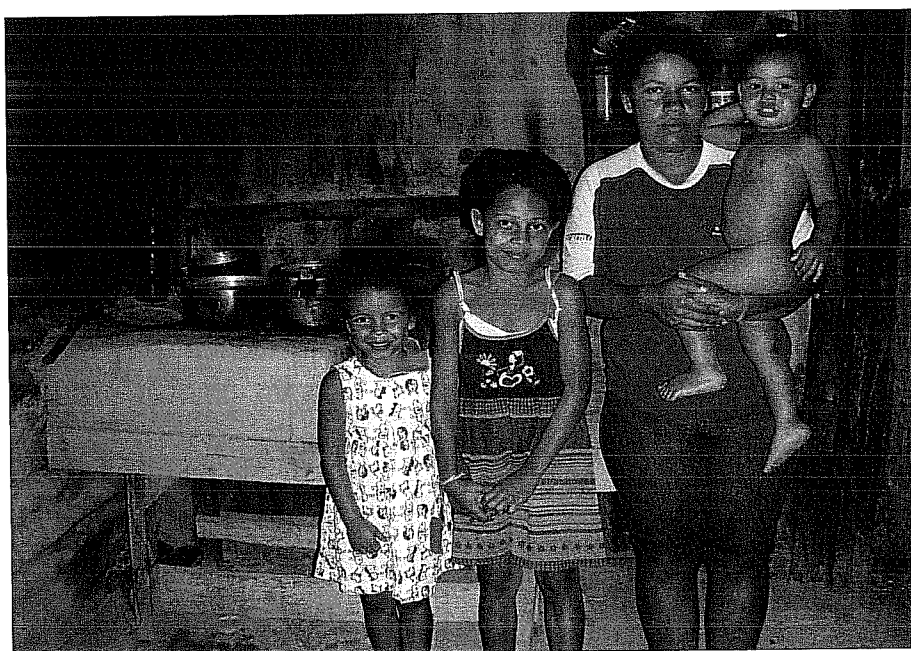


Vale da Serra do Meio, abundante em cachoeiras, córregos e rios.

FOTOS 5

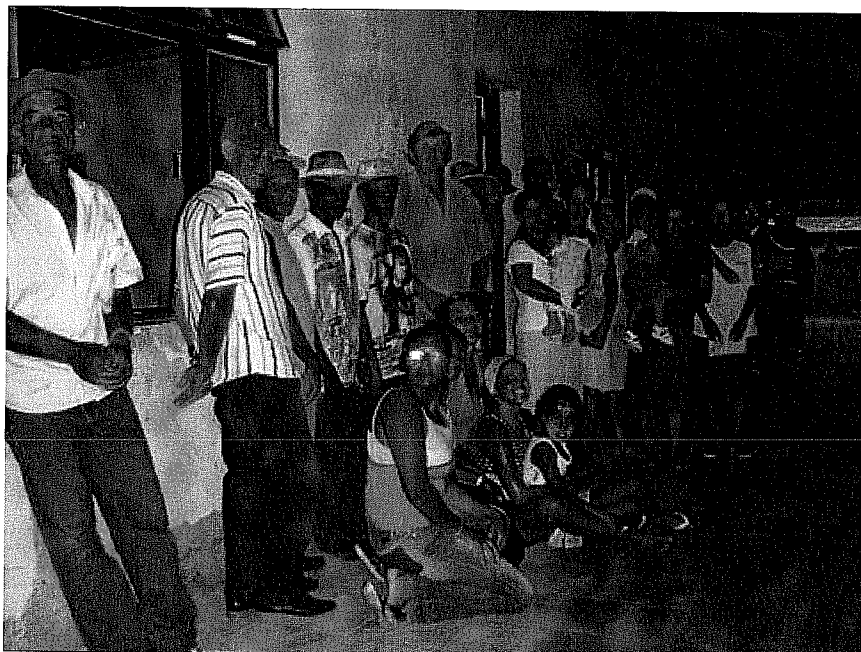


O número de crianças em uma família nuclear é variável, mas pode chegar a 5 ou 6 crianças com idades próximas, sem grande espanto social. Nesta foto estão 5 dos 6 filhos do Sr. Valdir e Sra. Lurdes.



Nilza, 23 anos, casada com Ailton, e suas três filhas na cozinha de fogão a lenha. Nilza sempre participou dos cursos e mostrou-se disponível em auxiliar nos trabalhos da cozinha, enquanto as filhas participavam da oficina para as crianças.

FOTO 06 –



Alguns representantes das famílias na varanda da escola, onde os cursos eram realizados.

FOTO 07 – Dinâmica dos cursos teóricos.



Ao fundo Airton, com uma das filhas no colo, tem a vez da palavra.

FOTO 08



Sr. Nézio e sua companheira Neide, responsáveis pela organização das actividades no viveiros de mudas florestais.



Viveiro de mudas com produção de mudas florestais diversas.

FOTO 9 – Casa de farinha



Casa de farinha no terreno colectivo, ainda faltava a instalação de portão, instalação eléctrica e os detalhes de acabamento na casa de banho e paredes.



O forno também não havia sido instalado, não havendo até o momento possibilidade de utilização da estrutura.

ANEXO III



Programa de Pequenos Projetos - PPP
Fundo para o Meio Ambiente Mundial - GEF
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
Escritório de Serviços de Projetos das Nações Unidas – UNOPS

1. Nome do projeto: **Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para uma Comunidade Rural do Cerrado.**

2. Resumo

O projeto objetiva promover o desenvolvimento da Comunidade do Assentamento Gameleira com bases sustentáveis, através de cursos de capacitação, que visam, estimular a prática do associativismo, contribuir para o enriquecimento nutricional familiar e conscientizar os produtores quanto à importância de adotar práticas conservacionistas, da preservação da natureza e do potencial turístico local.

3. Cite e justifique em quais das áreas focais/programas operacionais do GEF o projeto se enquadra

O projeto de Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para uma Comunidade Rural do Cerrado, se enquadra na Diversidade Biológica (PO 13) do GEF, pois através da implantação de uma unidade demonstrativa de agrossilvicultura mantida pelas atividades do viveiro florestal, e de hortas orgânicas comunitárias, se pretende proporcionar uma melhoria na segurança e na qualidade alimentar das famílias rurais por meio da organização comunitária. A agroecologia, a agrossilvicultura e o agroextrativismo serão os meios técnicos de produção sustentáveis que serão utilizados no processo de Educação Ambiental da comunidade. Para uma melhor execução do projeto, assim como, para a contribuição do desenvolvimento sustentável local será trabalhado o associativismo e o cooperativismo da comunidade.

4. Contextualização ambiental, econômico, social e cultural do município.

O projeto será realizado no Projeto de Assentamento (PA) Gameleira localizado no município de Flores de Goiás, pertencente a mesorregião do Vão do Paranã e na sub-bacia do Rio do Paranã. Uma das principais vias de acesso à região é a rodovia BR-020, eixo de ligação da microrregião de Brasília ao estado da Bahia. A cidade de Flores de Goiás sede do município localiza-se a cerca de 100 Km do assentamento. Partindo de Bunitis para Goiásminas percorre-se cerca de 82 km de estrada de terra e de Goiásminas para a sede do assentamento são mais 17 Km de estrada sem asfalto.

O município de Flores de Goiás foi criado em 1963, porém migrações para a região do noroeste goiano foram observadas desde a época dos bandeirantes. Muitas famílias vindas do nordeste trouxeram seus escravos e rebanhos e logo adquiriram a posse da terra e formaram grandes latifúndios. Com o Programa de Reforma Agrária implantada na região 8 imóveis rurais foram desapropriados e 41.248 ha foram liberados para o assentamento de 1.200 famílias. De acordo com o Censo Agropecuário (95/96), o município apresenta 114 estabelecimentos que possuem menos de 10 a 100 ha e 111 propriedades que possuem mais de 500 ha. As áreas destinadas as lavouras (permanente e temporária) são de 5.467 ha e as áreas destinadas as pastagens (nativas ou plantadas) chegam a ser de 212.016 ha, comportando cerca de 96.000 cabeças de gado. Essas atividades geram para o município uma renda de R\$ 6.028.000,00.

Devido ao grande caráter agropecuário do município as áreas de mata e florestas nativas apresentam apenas 47.898 ha de extensão, sendo caracterizadas pela presença das seguintes

fitofisionomias: Matas de Galeria, Cerradinho, Cerrado e Mata caducifolia. Nessas áreas são encontradas espécies vegetais como barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), faveiro (*Dimorphandra mollis*), pequi (*Caryocar cariaceum*), baru (*Dipteryx alata*), sucupira (*Bowdichia virgilioides*), aroeira (*Miracrodruon urundeuva*), ipê (*Tabebuia aurea sp.*), cedro (*Cedrela odorata*), tingui (*Magonia pubescens*) e outras.

Dada a distância entre o PA Gameleira e a cidade de Flores de Goiás, o abastecimento do assentamento é realizado pela cidade de Goiásminas.

A proximidade com as cidades de Formoso (52 Km), Sítio D'Abadia (66 Km), Arinos (170 Km) e Chapada Gaúcha (260 Km), localizados no Estado de Minas Gerais, é muito vantajosa para o assentamento devido à existência do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGSV) localizado entre esses municípios.

A Organização não-governamental Funatura (Fundação Pró-Natureza) vem implantando um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Grande Sertão Veredas. Esse trabalho, têm como objetivos promover a adoção de práticas agroecológicas que sejam rentáveis para os produtores e compatíveis com a proteção do Parque; promover a implantação de ações que levem a um desenvolvimento agropecuário que não gere impactos potenciais ao Parque; promover a adoção de práticas agroextrativistas que sejam rentáveis para os produtores e compatíveis com a proteção do Parque e promover o desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável na região de forma a valorizar as tradições culturais locais e as características naturais. Com a implantação dessas atividades, acredita-se que em 5 anos o plano terá consolidado seu objetivo geral que é o de promover o desenvolvimento da região do PNGSV em bases sustentáveis.

De acordo com esse cenário, acredita-se que a região se transformará em um grande pólo de desenvolvimento sustentável, pois, além dos trabalhos realizados pela Funatura, a região conta com os trabalhos realizados pela Fazenda Trijunção de educação ambiental, pesquisa, criação de animais silvestres entre outros, localizada vizinha ao parque.

Os trabalhos dessas instituições vêm criando corredores ecológicos responsáveis pela preservação da fauna e da flora nativa do cerrado, em contrapartida ao desenvolvimento da pecuária extensiva e das grandes monoculturas de soja presentes na região.

O PA Gameleira por estar localizado geograficamente entre a Serra do Meio, ele possui um grande número de cachoeiras, córregos e pequenos rios. Apresenta, com isso, um grande potencial turístico a ser explorado, assim como, um grande potencial para formação de corredores ecológicos envolvendo os outros assentamentos (Canaã, Vale do Macacão, São Vicente, Bom Sucesso, Bom Jesus, Bela Vista e Conceição) localizados no município de Flores. Esse trabalho pode, daqui a algum tempo, formar um grande corredor de preservação e conservação da biodiversidade do cerrado ligando os Parques Nacionais Grande Sertão Veredas e Chapada dos Veadeiros.

O assentamento Gameleira foi criado no ano de 2000 com a desapropriação da Fazenda Caiçara. Dentro dos 5.000 ha da fazenda foram assentadas 102 famílias. A grande maioria dessas famílias é proveniente dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia. Devido a isso, as características socioculturais são bastantes diferenciadas principalmente, no que se refere a procedência, ao grau de instrução, ao conhecimento técnico, as percepções, aos valores, aos comportamentos, as crenças religiosas, aos projetos de vida, aos interesses pessoais e ao compromisso com o desenvolvimento da comunidade. Em relação aos aspectos econômicos existem diferenças quanto ao tamanho do patrimônio formado, à disponibilidade da força de trabalho, à natureza e as escalas de produção, ao nível de renda e à autonomia financeira. Para promover a organização social e o desenvolvimento sustentável do assentamento foi criada em novembro de 2000 a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Caiçara (APRAC) representada por uma Diretoria Executiva (Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro) e um Conselho Fiscal que se reuni mensalmente em uma Assembléia Geral.

O grau de escolaridade do assentamento é muito baixo. A grande maioria dos(as) chefes de família não possuem alfabetização e poucos(as) possuem as primeiras séries do ensino fundamental. Porém, o assentamento tem uma escola de 1º a 4º série onde as aulas são ministradas por uma professora que reside no local.

As habitações da comunidade ainda são provisórias. Algumas famílias moram ainda em barracos de lona, outras já receberam o crédito habitação e construíram suas casas de alvenaria com cobertura de amianto. As casas, em sua maioria, estão sendo construídas em terrenos amplos, distantes umas das outras, com grande espaço disponível para a formação de quintais (hortas, pomares, criação de pequenos animais). Característica esta, não convencional das famílias, pois, a maioria das pessoas, possui tradição de produção baseada na pecuária e na lavoura de grãos, tendo como base alimentar a mandioca, o arroz, o feijão e a carne.

A água consumida na comunidade vem das cachoeiras localizadas na serra ou através de pequenos rios e córregos que cortam o assentamento.

O lixo seco produzido é geralmente queimado ou enterrado pela comunidade. Poucas famílias aproveitam o lixo orgânico (folhas, cascas, palhas, sabugos e outros) para a produção de adubo orgânico (composto).

A comunidade, atualmente, se comprometeu com o IBAMA em reflorestar as matas de Galeria desmatadas pelo ex - proprietário da Fazenda Caiçara, com isso poderá extrair madeira dos lotes ocupados. Para isso, a Associação irá construir um viveiro florestal, a ser incentivado por esse projeto.

O PA Gameleira conta com o apoio dado pela Universidade de Brasília, através do Grupo de Trabalho de Reforma Agrária vinculado ao Decanato de Extensão (GTRA/DEX/UnB). Esse GTRA/DEX/UnB, através de um convênio realizado entre INCRA/FUBRA/FUB, presta ao assentamento os serviços de assistência técnica em relação a organização social, a produção agrícola (mandioca, feijão, arroz, milho e melancia) e a produção pecuária (bovinos e suínos). Além disso, o GTRA/DEX/UnB em parceria com a EMBRAPA, INCRA e Escola Técnica de Unai está realizando um curso técnico profissionalizante, para 60 assentados, baseado na pedagogia da alternância para filhos de assentados. O assentamento Gameleira possui dois alunos matriculados nesse curso e conta com uma monitora do GTRA/UnB para ajudar nos trabalhos durante a fase comunidade.

5. Duração do projeto

18 meses.

6. Justificativa (qual o problema socioambiental e a solução proposta)

A Fazenda Caiçara antes de ser desapropriada era uma propriedade totalmente voltada para a pecuária extensiva. Grandes áreas de Cerrado Nativo foram desmatadas para a implantação das pastagens comprometendo a composição florística natural da região. Após a desapropriação realizada pelo INCRA no ano 2000 foram assentadas 102 famílias vindas de diferentes locais do Brasil, tendo como principal atividade agrícola a pecuária leiteira.

A maior parte das famílias assentadas, não possui como hábito alimentar o consumo de espécies nativas da região e nem realiza o cultivo de espécies domesticadas, como frutíferas e hortícolas, comprometendo, assim, a segurança alimentar da comunidade. A adoção de práticas que visam diversificar e estimular a produção de alimentos é necessária para garantir um padrão de produção que integre, equilibradamente, objetivos sociais, econômicos e ambientais. Com isso, a relação de troca entre o ser humano e o meio ambiente será estabelecida e ambos serão beneficiados pela preservação da biodiversidade.

A implantação de sistemas orgânicos, agroextrativistas e agrossilviculturais beneficiam o ambiente, pois contribuem para manutenção de um fluxo energético existente entre os componentes ambientais (espécies vegetais e animais, recursos hídricos, solo), além de, proporcionar uma outra opção de ocupação da mão-de-obra que contribui para diversificar a geração de renda familiar.

Na situação atual o PA Gameleira, além da falta de diversidade na produção agropecuária, apresenta uma flora rica em espécies comestíveis, inexplorada; uma grande área comum de cultivo desativada; extrativismo de madeira sem estudo de sustentabilidade; áreas desmatadas que deverão ser recuperadas; grande potencial turístico inexplorado; e carência de festas comemorativas e demais eventos de lazer que venham a reunir a comunidade em confraternizações.

Parte dessas características é consequência da grande diversidade sócio-cultural dos produtores. A falta de uma mobilização comunitária efetiva caracteriza uma situação de carência na organização do processo produtivo que permanece devido à falta de capacitação e apoio técnico. Desse modo, uma equipe multidisciplinar, faz-se necessária, para estimular a mobilização social, orientando a comunidade sob diferentes pontos de vista, de forma a introduzir técnicas inovadoras que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável do assentamento.

Nesse contexto o projeto visa diversificar e promover o enriquecimento nutricional das famílias, incentivando o consumo de alimentos nativos da região; conscientizar os produtores quanto a necessidade de adoção de práticas agropecuárias sustentáveis e quanto a extração racional dos recursos naturais: estimular a prática do associativismo e do exercício de cidadania; auxiliar técnica e operacionalmente a implantação das áreas produtivas indicadas nesse projeto (unidade de agrossilvicultura e horta orgânica); orientar quanto ao aproveitamento do potencial turístico do local para que, a longo prazo, tais atividades possam trazer retorno social e econômico em favor da comunidade e benefícios para a preservação e conservação da biodiversidade; e engajar a comunidade na preservação dos recursos naturais, valorizando a localização estratégica do PA, entre os Parques Nacionais Grande Sertão Veredas e Chapada dos Veadeiros, que futuramente, poderá vir a integrar um grande corredor ecológico entre esses parques.

7. Quem participou da discussão e da elaboração desse projeto?

Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Caiçara (APRAC)
GTRA /DEX/UnB- Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária/Decanato de Extensão/ Universidade de Brasília.

Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (Agência Rural).
(Cartas de parcerias vão em anexo)

8. Objetivo geral do projeto

Promover o desenvolvimento da Comunidade do Assentamento Gameleira com bases sustentáveis, tendo como suporte aspectos relacionados com agroecologia, agroextrativismo, ecoturismo, agrossilvicultura e associativismo/cooperativismo.

9. Objetivos específicos

- Promover a adoção de práticas agroextrativistas onde de forma racional obtêm-se além do uso de produtos do cerrado pela própria comunidade uma complementação da renda pela venda do excedente;

- Promover a adoção de práticas agrossilviculturais através da construção de uma unidade demonstrativa de 5 ha onde serão plantados grãos e árvores frutíferas e nativas;

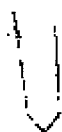
- Promover a adoção de práticas agroecológicas de produção através da construção de duas hortas orgânicas comunitárias de 1/2 ha cada uma, proporcionando assim a diversificação e melhoria da qualidade da produção de alimentos;

- Fortalecer as atividades do viveiro florestal;

- Promover a incorporação de práticas e princípios relacionados a organização associativista para uma melhor concretização das propostas do projeto;

- Incentivar o ecoturismo aproveitando o potencial local;

ANEXO IV



Programa de Pequenos Projetos – PPP

Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Escritório de Serviços de Projetos das Nações Unidas - UNOPS

Relatório de Participação no Projeto:

Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para uma Comunidade no Cerrado

P.A. Gameleira / Flores de Goiás

Período de Participação: 07/08/04 a 12/09/04

Profissional: Renata Pacini Valls Carvalho

Área de Formação: Pedagogia

Etapa: Planejamento

Brasília, novembro de 2004.

*“A estrada
da vida
pode ser
longa
e
áspera.*

*Faça-a mais
suave,
caminhando
com as mãos
cheias
de
sementes”.*

Cora Coralina

*"Nós herdamos a terra de nossos pais e avós,
e pegamos emprestada de nossos filhos."*

Camponês Hindu

I. Apresentação:

Realizo neste documento uma avaliação sobre o andamento do projeto "Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para uma Comunidade no Cerrado" na etapa em que participei e ofereço algumas sugestões para as etapas seguintes. Os assuntos aqui abordados já foram discutidos no grupo de trabalho e poderão ser úteis em trabalhos posteriores.

Minha participação no projeto deu-se na primeira etapa, denominada Planejamento, cujos objetivos foram:

- Reapresentar o projeto à comunidade, após sua aprovação;
- Promover a participação da comunidade no projeto;
- Promover a organização da comunidade para a atuação no projeto;
- Planejar das etapas seguintes juntamente com a comunidade.

Considero que esta primeira etapa tenha sido bastante relevante para o andamento do trabalho, pois foi possível envolver um grupo significativo de assentados para atuarem no projeto.

Cerca de 28 pessoas integrantes de 14 famílias estão envolvidas no projeto demonstrando grande interesse no trabalho em andamento. Esse grupo conhece detalhadamente as diversas etapas do trabalho, seus objetivos e prováveis benefícios que o projeto em andamento oferecerá para a comunidade.

>>>

II. Desenvolvimento:

II. I. Construção de Regras:

Considereei bastante positivo o fato da construção das regras de participação no projeto ter acontecido após os cinco primeiros encontros. Como já era o 6º encontro do grupo, os participantes já conheciam bem a estrutura, os objetivos e as etapas do projeto, o que possibilitou a definição de regras claras sobre a participação dos assentados nos diversos aspectos do projeto. Os próprios participantes propuseram regras que proporcionam e cobram o compromisso dos envolvidos com as diversas atividades do projeto.

É importante que essas regras sejam lembradas freqüentemente. E vale ressaltar que as regras poderão ser alteradas, quando houver necessidade, desde que discutidas novamente com a comunidade.

Posteriormente, será necessário estabelecer regras específicas tanto para o manejo do Viveiro Florestal como da Casa de Farinha, quando estes estiverem prontos e as tarefas a executar, bem definidas.

II.II. Definindo o Grupo de Participantes:

Outro aspecto importante, durante o período em que participei do projeto, foi a definição de uma data limite para o fechamento do grupo de participantes no projeto. Com a presença das cinco pessoas que vieram pela primeira vez naquela ocasião, pudemos supor que realmente toda a comunidade já tinha conhecimento sobre o projeto e que alguns acreditavam que poderiam se beneficiar dos resultados sem participar das fases iniciais.

Ter um grupo fixo de participantes facilitará todo o trabalho: na capacitação dos participantes, na cobrança da participação nas atividades, na troca de informações entre os participantes e na divisão de tarefas e atribuições.

II.III. Nome do Projeto:

Aprecio a idéia da eleição de um apelido para o projeto, pois isso poderá contribuir para o fortalecimento de uma identidade do grupo envolvido, além de exercitar a democracia. Também pelo fato de que essa

proposta já foi colocada para o grupo e, portanto, deverá ser cumprida. Sugiro ainda que sejam dados nomes tanto para o Viveiro como para a Casa de Farinha, quando estes estiverem prontos e em funcionamento.

III. Questões didáticas:

Quanto às questões didáticas, tenho algumas considerações a fazer:

III.I. Linguagem:

Primeiramente gostaria lembrar que foi fundamental utilizarmos sempre uma linguagem clara, objetiva e acessível. Embora os assentados sejam maduros e muito experientes no que se refere à terra e à agricultura eles não dominam nosso linguajar acadêmico, o que poderia dificultar sua compreensão e atenção. Nas ocasiões em que estive presente observei que a equipe de trabalho tem sempre o cuidado de explicar expressões menos acessíveis e de esclarecer as dúvidas dos participantes.

III.II. Retomada:

O trabalho de revisar o encontro anterior no início de cada reunião tem grande valor na construção dos conhecimentos com o grupo. Tem sido uma excelente forma de iniciar o trabalho uma vez que os participantes relembram os conteúdos discutidos e que os que estavam ausentes se situam em relação ao trabalho.

Achei esse exercício muito interessante e observei que, especialmente nesse momento de retomada, as mulheres demonstram mais atenção e desenvoltura e participam mais ativamente que os homens. Esse movimento é contrário ao que ocorre nas discussões sobre a realidade do assentamento e sobre os conteúdos desenvolvidos no curso, quando os homens, geralmente, participam mais ativamente.

III.III. Conteúdos:

Penso que nesse tipo de trabalho onde se pretende iniciar a utilização da agricultura orgânica em uma comunidade rural, é sempre importante que os participantes compreendam parte da história da agricultura no sentido de

entender o momento atual em que estamos vivendo e os motivos para essa necessária mudança de paradigma.

Nesse sentido, a agricultura nômade, o uso da coivara, a monocultura, a revolução verde e o uso de agrotóxicos e fertilizantes devem ser discutidos freqüentemente com a comunidade. É importante conversarmos sobre esses temas relacionando-os às suas implicações para a degradação ambiental.

A importância da biodiversidade e do ciclo da água para a manutenção da vida e sua relação com a agricultura familiar diversificada são outros temas fundamentais para que as comunidades compreendam os motivos de nossa proposta para uma agricultura sustentável. Valorizo que tenhamos abordado esses temas e sugiro que essa pauta se mantenha em discussão.

Outro tema fundamental a ser discutido com a comunidade é a temática relativa ao lixo. Embora a comunidade faça um aproveitamento adequado dos dejetos orgânicos, é importante estimular a reflexão sobre o consumo de produtos industrializados e sobre a coleta, o reaproveitamento, e a possível venda de parte do lixo seco. É importante evitar que a comunidade permaneça queimando o lixo seco. Talvez seja interessante a elaboração de mais uma cartilha sobre esse tema.

III.IV. Estratégias Didáticas:

Nossa metodologia de trabalho, incluindo sempre a escuta de falas dos participantes favorece o crescimento do grupo como um todo, incluindo a equipe de trabalho. Valorizamos e respeitamos, assim, os conhecimentos de cada participante e descobrimos a melhor linguagem e os principais temas que devemos abordar, a partir das informações que eles nos oferecem.

Trata-se de uma metodologia baseada em conceitos construtivistas, onde não negamos os conhecimentos pré-existentes do grupo de educandos, pois esses conhecimentos são a principal ferramenta para atingirmos os nossos objetivos e construirmos um novo conhecimento com o grupo de participantes.

A utilização de vídeos como recurso didático tem contribuído muito para a compreensão e ilustração dos conteúdos desenvolvidos no curso, mesmo porque a escolha dos filmes tem sido bastante pertinente e o grupo demonstra grande interesse nessa atividade. Sugiro a reapresentação dos

mesmos vídeos num momento posterior do projeto, após a aquisição dos novos conhecimentos. Essa estratégia poderá proporcionar novas discussões a partir dos novos olhares dos mesmos participantes, além de possibilitar a revisão de conhecimentos adquiridos.

As cartilhas são outro recurso didático bastante pertinente para o trabalho. Como o material tem a devida qualidade, certamente despertará ainda mais o interesse dos participantes. As idéias de fazer jograis e representações teatrais com as falas da cartilha são assertivas quanto à assimilação dos temas que serão desenvolvidos. É importante que cada cartilha seja apresentada separadamente e que seja lida juntamente com os participantes.

O desenvolvimento da atividade "Mapa do Assentamento" possibilitou um excelente diagnóstico da realidade do Assentamento Gameleira, principalmente no que se refere ao levantamento das áreas prioritárias para o reflorestamento, mas também para que o grupo de participantes verbalizasse problemas coletivos com suas causas e conseqüências.

Pudemos comprovar que este projeto ocorre de fato em uma área prioritária, pois o Assentamento Gameleira é rodeado de nascentes em todos os seus limites no alto das serras. Essas nascentes confluem para o Rio Gameleira, que corta todo o assentamento e que é um dos afluentes do Rio Corrente, importante afluente do Rio Paranã.

Na atividade do "Mapa do Assentamento", os assentados relataram que já perceberam a diminuição do fluxo de água nas nascentes, principalmente após as comuns queimadas do período seco (julho, agosto, setembro, outubro). Argüiram-se uns aos outros sobre o que fazer para evitar as queimadas e sobre o que plantar no reflorestamento de nascentes: buriti? Vegetação rasteira?

Conversando com o agrônomo José Valls, recebi a orientação de que provavelmente a vegetação da área das nascentes rebrote sozinha se as nascentes estiverem protegidas. É importante, porém, que se faça aceiros para protegê-las antes das queimadas do próximo ano. Como as nascentes estão em áreas coletivas, é importante que esse trabalho seja coletivo, e poderá ser agendado como uma tarefa do projeto. Nada impede o reflorestamento das nascentes com a reprodução da vegetação local.

Como argumentou nosso colega Lucas, em outra ocasião: "Um assentamento não poderá ser *auto-sustentável* se tiver os recursos naturais esgotados" (2002). Outro problema apontado na elaboração do mapa é que as fazendas vizinhas ao assentamento (Copertinga) estariam utilizando agrotóxicos em seus plantios de larga escala próximo às nascentes o Assentamento Gameleira e poderiam estar poluindo a água.

ANEXO V



Programa de Pequenos Projetos – PPP
Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

ANEXO C

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO

1. Identificação do projeto

1.1 Projeto

Número do projeto: BRA/03/02

Nome do projeto: Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para uma Comunidade do Cerrado

Nome da entidade: Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Caiçara (APRAC)

Data do início do projeto: 17/07/04

Data do término do projeto: 30/07/06

1.2 Coordenador do projeto

Nome do coordenador do projeto: Stefânia Palma Araujo

Relatório apresentado por: Stefânia Palma Araujo

Cargo na entidade e/ou no projeto: coordenadora

Data: 27/12/2007

Assinatura:

2. Implantação do projeto

2.1 Breve descrição dos resultados previstos:

Estavam previstos como resultados do projeto: a construção de um viveiro florestal e a produção de mudas de espécies nativas, entre outras espécies, para fins de reflorestamento de áreas de preservação permanente no assentamento e de consumo e comercialização; a introdução na comunidade de noções básicas relativas ao associativismo e cooperativismo; a adoção por parte da comunidade de práticas agrícolas alternativas (agroecológicas) visando a preservação do meio ambiente e de diversificação na produção agrícola visando a promoção da segurança alimentar; a implantação de uma agrofloresta coletiva contemplando o cultivo intercalado de espécies nativas do Cerrado e de mandioca; a construção de uma casa de farinha de mandioca; e o estímulo nas crianças do interesse e respeito pela natureza, bem como, a valorização do ambiente onde vivem.

2.2 Esses resultados foram alcançados plenamente?

Relativamente ao viveiro florestal o resultado foi plenamente alcançado. Além da construção do viveiro que ainda se mantém em atividade, foram produzidas cerca de sete mil mudas – três mil mudas de espécies nativas do Cerrado e quatro mil mudas de outras espécies, principalmente frutíferas, além disso, visando o reflorestamento de áreas de preservação permanente foram plantadas trezentas mudas de aroeiras em áreas próximas a nascentes.

Observa-se que o curso de associativismo e cooperativismo obteve resultados satisfatórios a partir do momento em que os participantes do curso se organizaram com vistas a conhecer o funcionamento de cooperativas próximas à região do assentamento, contudo, apesar do trabalho de esclarecimento

com relação à importância da organização comunitária e dos benefícios daí decorrentes não se verificou maior participação dos associados da APRAC nas atividades e decisões da associação.

Com relação à adoção de práticas agrícolas alternativas visando à preservação do meio ambiente e a promoção da segurança alimentar, ficaram pendentes a implantação de um sistema agroflorestal, bem como, a conclusão da construção da casa de farinha, iniciada em julho de 2006.

Relativamente ao trabalho desenvolvido com as crianças os resultados foram plenamente alcançados.

2.3 Se não, quais foram os principais problemas e/ ou dificuldades encontrados?

I - Na primeira etapa do projeto os principais problemas encontrados foram:

a) a disponibilização de madeira para construção do projeto. Essa polêmica surgiu porque, como nem toda a comunidade participava do projeto questionou-se a utilização de madeira do assentamento, a qual era um bem comum.

b) a administração da conta poupança contendo os recursos do projeto. Como a conta é da Associação, a coordenação de campo não teve acesso direto à mesma. Por outro lado, a Associação apresentou certa resistência em disponibilizar cheques da conta contendo os recursos do projeto para que a coordenação pudesse realizar as movimentações financeiras necessárias. Foi necessário abrir uma conta poupança em Brasília para administração dos recursos. Tal medida aumentou custos com gastos bancários.

II – Na segunda etapa do projeto os principais problemas encontrados foram:

a) substituição da coordenação de campo;

b) dificuldade de comunicação com a comunidade por falta de telefone;

c) despreparo material e de infra estrutura da coordenação do projeto para suportar o número de participantes do Curso de Associativismo/Cooperativismo. Depois se verificou que o grande número de participantes

foi devido a comunidade associar a participação nesse curso com a possibilidade de implantação de tanques para criação de peixe no assentamento, projeto piloto da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual, não tem relação com este projeto;

d) ausência temporária (dois meses) da coordenadora de campo do projeto, por motivos profissionais (realização de Curso de Especialização);

e) dificuldade de acesso ao assentamento nos períodos de chuva;

f) indisponibilidade de consultor para ministrar o curso de sistemas agro-florestais no final de 2005;

g) dificuldade de acesso à movimentação da conta corrente da APRAC, onde é depositado o dinheiro do projeto.

III – Na terceira etapa do projeto os principais problemas encontrados foram:

a) troca da diretoria da Associação. As pessoas que assumiram a nova diretoria, não participavam do projeto, por tanto, o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades previstas no projeto não ocorreu. Pelo contrário, observou-se durante o primeiro semestre de 2007, embaraço por parte da nova diretoria ao desenvolvimento das atividades propostas, principalmente com relação à disponibilização dos recursos constantes da conta financeira da Associação que eram utilizados para a execução das atividades. É importante frisar que a troca da diretoria ocorreu em virtude da insatisfação de alguns associados, relativamente à diretoria vigente naquele momento. No entanto, não houve eleição de uma nova diretoria, e sim, os membros foram indicados por alguns líderes locais;

b) desmotivação por parte das pessoas que vinham participando efetivamente do projeto, em função do mencionado na alínea a) deste item;

c) redução da equipe técnica responsável pela execução do projeto; Depois de um ano de atividades a equipe técnica foi bastante reduzida, em função de diversos fatores, isso dificultou o cumprimento da programação prevista para realização das atividades

d) dificuldade de acesso ao assentamento nos períodos de chuva;

e) devolução de um cheque da conta da Associação na primeira etapa do projeto, o qual impossibilitou temporariamente a emissão de novos talões de cheque. Este foi um grande empecilho, porque dificultou o acesso da coordenação do projeto ao recurso financeiro existente para execução do mesmo, principalmente depois que a nova diretoria da Associação tomou posse.

2.4 Como estes problemas e ou dificuldades poderiam ter sido evitados:

Acredita-se que o maior comprometimento de toda a comunidade rural, como também dos técnicos envolvidos, contribuiria para minimizar alguns dos problemas encontrados.

O Assentamento é constituído por cento e duas famílias, mas desde o início do projeto, uma pequena parcela desse grupo participou efetivamente das atividades desenvolvidas. Ao final, apenas cerca de vinte e cinco famílias estavam participando do projeto. Por sua vez, os demais membros da comunidade rural não tinham interesse na continuidade do projeto.

Apesar de assumido o compromisso pela execução do projeto, em função da baixa remuneração, a maior parte dos técnicos saiu do projeto com vistas a outras oportunidades de trabalho. Observou-se também, desmotivação por parte de alguns técnicos, devido às dificuldades/ problemas encontrados.

2.5 Atividades desenvolvidas:

I – Primeira etapa (2004):

DATA	ATIVIDADES
17/07/04	Comunicado para a comunidade do início do projeto. Apresentação pela coordenação das etapas do projeto e do calendário previsto para as atividades a serem desenvolvidas até dezembro/04.
24/07/04	Reunião com membros da diretoria da associação. Apresentação de todas as regras (relatórios das atividades e financeiros) e os princípios do PPP, assim com os resultados desejados do projeto.
25/07/04	Apresentação das regras, princípios e resultados desejados para a comunidade com auxílio dos membros da diretoria da Associação.
07/08/04	Oficina de mobilização e organização social. Trabalho realizado com o texto "Revolução na Carpintaria" em grupo com o objetivo de trabalhar a importância do coletivo e do respeito com as diferenças.
08/08/04	Oficina de mobilização e organização social. Apresentação de vídeo, atividades do Ipê no Pontal do Paranapanema. Discussão

	sobre a importância da preservação das nascentes, da biodiversidade, das práticas alternativas de produção e sobre desenvolvimento sustentável.
21/08/04	Curso de viveiro
22/08/04	Curso de viveiro
11/09/04	Retrospectiva de todas as oficinas desenvolvidas anteriores (muitas pessoas novas) e confecção do mapa do assentamento para definição das áreas a serem reflorestadas
12/09/04	Construção das regras de participação, utilização e responsabilidades da comunidade com os cursos de capacitação e com o viveiro comunitário.
25/09/04	Construção do viveiro
26/09/04	Construção do viveiro
16/10/04	Elaboração do relatório
17/10/04	Apresentação para a comunidade das origens do dinheiro do PPP, prestação de contas pela coordenação e trabalho com as cartilhas.

II – Segunda etapa (2005):

DATA	ATIVIDADES
13/11/04	Preparo de saquinhos
14/11/04	Preparo de saquinhos
11/04	Preparo de saquinhos
12/04	Plantio de sementes de aroeira
25/01/05	Reunião com a comunidade em virtude das alterações na coordenação do projeto
19/03/05	Avaliação das atividades realizadas em 2004 e programação das atividades a serem realizadas em 2005
20/03/05	Divisão das mudas de aroeira e escolha das áreas de plantio
02/04/05	Plantio de mudas de aroeira em áreas de preservação permanente
9/04/05	Plantio de mudas de aroeira em áreas de preservação permanente desflorestadas
10/04/05	Plantio de mudas de aroeira em áreas de preservação permanente

	desflorestadas
07/05/05	Curso de capacitação em Associativismo/Cooperativismo – etapa I
08/05/05	Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo – etapa I
05/05	Reforma do galpão
05/05	Reforma do galpão
05/05	Visita técnica a uma Cooperativa de Leite
05/05	Visita técnica a uma Cooperativa de Peixes
21/05/05	Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo – etapa II
22/05/05	Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo – etapa II
04/06/05	Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo – etapa III
05/06/05	Curso de capacitação em associativismo/Cooperativismo – etapa III
16/07/05	Preparo de saquinho
30/07/05	Curso de capacitação em Agroecologia – etapa I
31/07/05	Curso de capacitação em Agroecologia – etapa I
13/08/05	Curso de capacitação em Agroecologia – etapa II
14/08/05	Curso de capacitação em Agroecologia – etapa II
20/08/05	Preparo de saquinho
27/08/05	Plantio de sementes
03/09/05	Curso de capacitação em Agroecologia – etapa III – visita em uma unidade experimental agroecológica.
04/09/05	Curso de capacitação em Agroecologia – etapa III – visita em uma unidade experimental agroecológica.
24/09/05	Preparo de saquinhos
25/09/05	Plantio de sementes
08/10/05	Curso de Enxertia
05/11/05	Plantio de sementes de espécies nativas do Cerrado
19/11/05	Reunião para conclusão das atividades de 2005

III – Terceira etapa (2006/ 2007):

DATA	ATIVIDADE
04 a 06/06	Confecção do projeto da casa de farinha
16/07/06	Construção da casa de farinha
21/07/06	Construção da casa de farinha
04/08/06	Construção da casa de farinha
12/08/06	Construção da casa de farinha
18/08/06	Construção da casa de farinha
19/09/06	Construção da casa de farinha
29/09/06	Construção da casa de farinha
30/09/06	Construção da casa de farinha
22/10/06	Construção da casa de farinha
01/04/07	Compra de equipamentos para a casa de farinha
07/07	Reunião com a comunidade para conclusão do projeto

OBSERVAÇÃO:

I – Durante a primeira e a segunda etapa, paralelamente às atividades realizadas com a comunidade, foram realizadas atividades de educação ambiental com as crianças.

2.6. Quais foram os benefícios imediatos gerados aos participantes e, ou comunidades atendidas pelo projeto?

- participação em cursos de capacitação;
- instalação adequada para produção de mudas;
- instalação adequada para produção de farinha de mandioca e polvilho.

2.7. Quais foram os benefícios imediatos gerados à conservação da biodiversidade do Cerrado?

- a construção de um viveiro que culminou na produção de cerca de duas mil mudas de aroeira e de mais mil mudas de outras espécies nativas do cerrado;
- o plantio de parte das mudas de aroeira produzidas para reflorestar Áreas de Preservação Permanente – APP dentro do assentamento.

É importante salientar que os cursos ministrados durante o projeto sempre levaram em consideração questões relativas à preservação do meio ambiente e a conscientização da comunidade sobre a importância da manutenção do bioma Cerrado.

2.8. Quais os benefícios previstos a médio ou longo prazo para os participantes, as comunidades e a conservação da biodiversidade do Cerrado?

- manutenção da área de reserva legal do assentamento;
- manutenção das áreas de nascentes e das áreas de preservação permanente do assentamento;
- produção de farinha de mandioca e de polvilho como uma fonte alternativa de renda.

2.9. Que produtos de disseminação foram gerados pelo projeto.

Cartilhas educativas.

A experiência do projeto foi objeto de dissertação de mestrado da consultora sobre educação ambiental, Maria Corrêa, em Lisboa, Portugal.

2.10. Quais foram as tecnologias e, ou inovações desenvolvidas?

Não se aplica a este projeto.

3. Avaliação

3.1. Quais foram os principais pontos fortes do projeto?

- trabalho em equipe;
- construção do viveiro florestal;
- visita técnica a uma propriedade com produção agroecológica;
- construção da casa de farinha.

3.2. Quais foram os principais pontos fracos do projeto?

- logística. A distância e dificuldade de acesso ao assentamento dificultaram em muito o desenvolvimento das atividades do projeto;
- infra-estrutura. Falta de local adequado para ministrar os cursos e para estadia da equipe técnica.

3.3. Quais as lições aprendidas com o projeto?

- a elaboração de um projeto deve levar em consideração, sobretudo, os interesses da comunidade com que se pretende trabalhar e a disponibilidade das pessoas da comunidade em participar;
- na realização de cursos, para a comunidade rural em que se trabalhou, as atividades práticas geram maior satisfação e melhor participação e, conseqüentemente, mais eficácia, comparado às atividades teóricas;
- resultados práticos e imediatos são motivadores.

3.4. Quais as lições disseminadas?

3.5. Como foram disseminados os resultados do projeto?

4. Possibilidades futuras

4.1. Há planos para continuar, ampliar ou reproduzir o projeto (localmente ou em outro lugar?)

A comunidade mostrou interesse na realização de outro projeto no assentamento. Contudo, não existe uma proposta de trabalho.

4.2. Quais aspectos do projeto devem ser reproduzidos e como pode ser feito?

- produção de mudas. Por meio da construção de outros viveiros nas diferentes áreas comunitárias do assentamento;
- os fundamentos práticos do sistema de produção agroecológica. Por meio da aplicação das técnicas aprendidas na teoria e na prática durante a terceira etapa do curso de agroecologia.

4.3. O projeto é sustentável? Caso não, o que falta para que o projeto ou a atividade seja sustentável?

O projeto não é sustentável. Além de uma proposta inicialmente paternalista, durante a realização do projeto não foram identificados no grupo participante, possíveis líderes para dar continuidade às atividades.

No entanto, observa-se a aplicação de algumas técnicas de agroecologia por alguns assentados em suas parcelas.

5. Observações gerais

Em junho de 2007 três assentados, sendo que dois deles faziam parte da nova diretoria da Associação, seqüestraram um funcionário do INCRA, que só pode sair do assentamento com o auxílio de força policial. Esse acontecimento foi crucial para a decisão de concluir o projeto, por questões de segurança. Nesse momento a equipe técnica já estava reduzida a duas pessoas e já havia dificuldades impostas pela nova diretoria para dar continuidade às atividades de conclusão do projeto.

Nessa reunião, foram levantados os pontos que faltavam para terminar a construção da casa de farinha, as quais a diretoria da Associação se responsabilizou em conduzir, por ter acesso aos recursos disponíveis:

- instalação do portão;
- finalização do banheiro;
- instalação elétrica;
- aquisição de forno; e
- pintura de paredes.

Também ficou definido que o Senhor Nézio iria dar continuidade às atividades de produção de mudas do viveiro, tendo em vista, desde a construção do mesmo, esse assentado, em especial, mostrar maior interesse nessa atividade.

Um modelo do presente relatório foi encaminhado pelo correio no final do mês de outubro deste ano ao assentamento para que os membros da comunidade pudessem participar dessa fase final projeto. Sabe-se que o atual presidente da APRAC recebeu em mãos o envelope que portava o relatório e um envelope já postado para encaminhamento do relatório preenchido à Brasília.

Como até o momento não houve manifestação da comunidade, e o prazo para encaminhamento do relatório final suspirou desde 15 de novembro de 2007, conclui-se o referido projeto com este relatório final.

ANEXO VI

REUNIÃO DOS DIAS 16 E 17 DE OUTUBRO

DIA 16/10: Houve uma reunião com a diretoria da Associação com vistas à esclarecer alguns pontos relativos à parte financeira e executiva do projeto, a qual, a comunidade tinha dúvidas.

Também foi conversada a visita da presidente da Associação, M^a Aparecida, ao ISPN, realizada durante a semana, sem que a mesma tivesse avisado a comunidade ou ao grupo de monitores em Brasília. M^a Aparecida tinha dúvidas com relação à forma como estava sendo conduzido o projeto e principalmente com relação a gastos. Por motivos de desconfiança e de pressão por parte de colegas da comunidade, Aparecida entrou em contato diretamente com o Instituto solicitando uma cópia do projeto.

Constatou-se na reunião do dia dezesseis que a mesma não havia comparecido ao ISPN, contudo havia mandado outra pessoa, com o mesmo nome, que se fez passar por presidente da Associação, para pegar o projeto. Além disso, Aparecida confirmou não ter lido nenhum projeto, apesar de confirmar que havia dito ao Instituto haver INCONSISTÊNCIAS no mesmo.

Neste momento o grupo de Brasília expôs a sua indignação pela forma como havia acontecido o fato, pois foi uma decisão isolada e não houve aviso prévio, considerando que tanto o grupo comunidade, como o grupo de técnicos constituem a mesma equipe. A comunidade também expôs sua indignação, pelo fato de não ser avisada e, principalmente, pelo fato de ter sido enviada outra pessoa que não faz parte do projeto para buscar o projeto.

M^a Aparecida confirmou ter feito isto por haver muita pressão por parte dos colegas da comunidade, alguns que nem participam do projeto.

DIA 17/10: Neste dia foram esclarecidas as dúvidas com relação à movimentação financeira do projeto. Inicialmente, foi realizada uma explicação a respeito da origem do dinheiro utilizado na realização do projeto. Nesse momento foram respondidas as seguintes perguntas: Por que o projeto está sendo realizado no P.A. Gameleira? Como surgiu o PPP? Dá onde vem o dinheiro? Como se descobriu que o PPP distribuía esse dinheiro? Para quem é destinado o edital? Por que o PPP passa dinheiro para as comunidades? Porque o dinheiro é distribuído pelo ISPN? Por que o projeto está sendo realizado no assentamento?

Posteriormente, foi feita a prestação de contas com relação aos gastos de julho a outubro. Neste momento, a presidente da Associação afirmou aos colegas que a prestação de contas deve ser feita detalhadamente e apresentada ao ISPN e, por esse motivo, não havia necessidade de desconfiar da movimentação financeira.

Após a prestação de contas foi feita leitura das cartilhas do projeto relativas à organização social e desenvolvimento sustentável e à construção do viveiro. Participaram da leitura M^a Aparecida, Gerson e Laura.

Participaram da cozinha as Senhoras: ANA ALVES, NEUZA e NILZA e FRANCISCA SOARES.

ANEXO VII

REUNIÃO DOS DIAS 16 E 17 DE OUTUBRO

DIA 16/10: Houve uma reunião com a diretoria da Associação com vistas à esclarecer alguns pontos relativos à parte financeira e executiva do projeto, a qual, a comunidade tinha dúvidas.

Também foi conversada a visita da presidente da Associação, M^a Aparecida, ao ISPN, realizada durante a semana, sem que a mesma tivesse avisado a comunidade ou ao grupo de monitores em Brasília. M^a Aparecida tinha dúvidas com relação à forma como estava sendo conduzido o projeto e principalmente com relação a gastos. Por motivos de desconfiança e de pressão por parte de colegas da comunidade, Aparecida entrou em contato diretamente com o Instituto solicitando uma cópia do projeto.

Constatou-se na reunião do dia dezesseis que a mesma não havia comparecido ao ISPN, contudo havia mandado outra pessoa, com o mesmo nome, que se fez passar por presidente da Associação, para pegar o projeto. Além disso, Aparecida confirmou não ter lido nenhum projeto, apesar de confirmar que havia dito ao Instituto haver INCONSISTÊNCIAS no mesmo.

Neste momento o grupo de Brasília expôs a sua indignação pela forma como havia acontecido o fato, pois foi uma decisão isolada e não houve aviso prévio, considerando que tanto o grupo comunidade, como o grupo de técnicos constituem a mesma equipe. A comunidade também expôs sua indignação, pelo fato de não ser avisada e, principalmente, pelo fato de ter sido enviada outra pessoa que não faz parte do projeto para buscar o projeto.

M^a Aparecida confirmou ter feito isto por haver muita pressão por parte dos colegas da comunidade, alguns que nem participam do projeto.

DIA 17/10: Neste dia foram esclarecidas as dúvidas com relação à movimentação financeira do projeto. Inicialmente, foi realizada uma explicação a respeito da origem do dinheiro utilizado na realização do projeto. Nesse momento foram respondidas as seguintes perguntas: Por que o projeto está sendo realizado no P.A. Gameleira? Como surgiu o PPP? Dá onde vem o dinheiro? Como se descobriu que o PPP distribuía esse dinheiro? Para quem é destinado o edital? Por que o PPP passa dinheiro para as comunidades? Porque o dinheiro é distribuído pelo ISPN? Por que o projeto está sendo realizado no assentamento?

Posteriormente, foi feita a prestação de contas com relação aos gastos de julho a outubro. Neste momento, a presidente da Associação afirmou aos colegas que a prestação de contas deve ser feita detalhadamente e apresentada ao ISPN e, por esse motivo, não havia necessidade de desconfiar da movimentação financeira.

Após a prestação de contas foi feita leitura das cartilhas do projeto relativas à organização social e desenvolvimento sustentável e à construção do viveiro. Participaram da leitura M^a Aparecida, Gerson e Laura.

Participaram da cozinha as Senhoras: ANA ALVES, NEUZA e NILZA e FRANCISCA SOARES.

ANEXO VIII

Estatuto de Membro:

O que é preciso para ser definido como um membro do Assentamento Gameleira? O que os membros do assentamento tem em comum?

O que tem em comum entre os assentados?

Que investimento (material, emocional, ou de outro tipo) os assentados fizeram na comunidade?

Você sente segurança e confiança nos assentados?

Você acha importante ser um assentado para morar aqui no assentamento? (**identidade**)

Influência:

A comunidade do Gameleira como um todo, influencia suas atitudes como assentado?

E os assentados, influenciam no assentamento como uma comunidade?

Se os assentados, quiserem influenciar uma decisão nesta comunidade, como o fazem? (Se um indivíduo da comunidade quiser influenciar uma decisão nesta comunidade, de que forma o pode fazer?)

Integração:

De que forma são preenchidas as necessidades dos assentados nesta comunidade?

De que forma os indivíduos ajudam a preencher as necessidades uns dos outros?

Que valores são compartilhados nesta comunidade?

Vínculos Emocionais Partilhados:

Você sente que têm laços emocionais com os outros? Como?

Que festas, celebrações, ou outras ocasiões/momentos fortalecem os laços comunitários?

Que narrativas comunitárias são compartilhadas nesta comunidade?

ANEXO IX

SENTIMENTO DE COMUNIDADE
Assentamento Gameleira – Maio 2007

1 Discordo Totalmente	2	3	4	5 Concordo Totalmente	
	Discordo	Não tenho certeza	Concordo		
Q1 – Penso que o Assentamento Gameleira é um bom lugar para viver					
	1	2	3	4	5
Q2 - As pessoas no Assentamento partilham os mesmos valores					
	1	2	3	4	5
Q3 - Os meus vizinhos e eu queremos as mesmas coisas deste Assentamento					
	1	2	3	4	5
Q4 – Eu conheço a maioria das pessoas que vivem no Assentamento					
	1	2	3	4	5
Q5 – Eu me sinto em casa neste Assentamento					
	1	2	3	4	5
Q6 – Os meus vizinhos me conhecem					
	1	2	3	4	5
Q7 – Eu me preocupo com o que os meus vizinhos pensam sobre minhas ações					
	1	2	3	4	5
Q8 – Eu influencio sobre o que o Assentamento é					
	1	2	3	4	5
Q9 – Se existir um problema no Assentamento as pessoas que vivem aqui conseguem resolve-lo					
	1	2	3	4	5
Q10 – É muito importante para mim viver aqui no Assentamento Gameleira					
	1	2	3	4	5
Q11 – As pessoas do Assentamento, geralmente se dão umas com as outras					
	1	2	3	4	5
Q12 – Espero viver neste Assentamento durante muitos anos					
	1	2	3	4	5